

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação

No meio das notícias tinha uma pedra -

Uma reflexão sobre a alteridade a partir da análise de três anos de notícias envolvendo usuários de crack no Jornal O Globo para pensar as políticas públicas adotadas para o “cracudo” nos anos anteriores a grandes eventos no Brasil

Mariana Freire Lopes

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Rio de Janeiro

2015

Resumo

O grande tema, que norteia toda a construção deste trabalho, é a alteridade. Para isso, é realizada uma pesquisa em textos do jornal O Globo - durante os anos de 2010, 2011 e 2012 - que falem sobre usuários de crack, objeto desta reflexão. Nesses três anos, foram sorteados e analisados 15 textos, para cada ano, além de ser reservado um espaço para apreciação de mais notícias, desse mesmo período, e das características de construção de seus textos, em especial as que predominavam no jornal. Minha proposta é de que essas notícias evidenciam uma impressão expressiva sobre o usuário de crack nos jornais que, predominando, está intimamente ligada com as políticas públicas propostas - e aplicadas - no município do Rio de Janeiro, para os usuários, especialmente quando estamos próximos de grandes eventos do país, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Na alteridade radical descrita no corpo do “cracudo” e no crack desenham-se presságios do “Choque de Ordem”.

Palavras-chave: Alteridade; Crack; Drogas; Usuários de crack; Choque de Ordem; O Globo.

Abstract

The great theme, which guides the entire construction of this work is the otherness. For this, a search is performed in O Globo newspaper texts - during the years 2010, 2011 and 2012 - to talk about crack users, object of this reflection. In these three years, were randomly selected and analyzed 15 texts for each year, in addition to being a space reserved for consideration of more news of that period, and of the design characteristics of their texts, especially those that prevailed in the newspaper. My proposal is that these reports show a significant impression on the crack users in the papers that, predominantly, is closely linked with the proposed public policies - and applied - in the city of Rio de Janeiro, for users, especially when we are close to major events in the country, as the World Cup and the Olympics. The radical otherness described in the body of "cracudo" and crack are drawn omens "Choque de Ordem".

Keywords: Otherness ; crack ; drugs; Crack users ; Choque de Ordem; O Globo.

Para Fabio Soares Pinheiro, um anjo que passou em minha vida deixando apenas um terreno fértil em que eu pudesse “ser digna de mim mesma”. Para sempre em minha memória e em minha vida.

Agradecimentos

É fundamental iniciar meus agradecimentos lembrando de um “grupo” que de maneira mais objetiva me permitiu estar aqui. Ao Governo do meu país, que, mesmo espreitado pelo fantasma da privatização, ainda investe na educação pública e de qualidade no Ensino Superior, mesmo que para poucos. A Escola de Comunicação da UFRJ que me apresentou uma lógica de funcionamento que muitas vezes questionei, mas hoje considero profundamente humana. Ao Programa de Pós-Graduação desta Escola e ao programa de bolsas da Capes, do CNPq e da Faperj por ela priorizados quando ingressei, e não seria possível sem essa medida.

A todos os que me antecederam e iniciaram, por mim, minha história, antes ainda que eu mesma existisse: a minha ancestralidade. Especialmente as mulheres. Vó-enfermeira Alice, Bisa Valquíria, Vó-professora Valdeth, Dinda-professora Marisia. Por me enviarem do céu a energia que eu precisei para este trabalho. Por soprarem no meu rosto aquela brisa gostosa que nos dá um último fôlego enquanto escrevia na embolada bagunça do meu quarto. Lembro ainda a vovó que não conheci. Trazendo uma das primeiras marcas difíceis da alteridade na minha genealogia, foi proibida de criar meu pai porque era “mãe-solteira”. Deus te proteja onde você estiver, além de no meu coração. Espero poder honrá-las sempre.

Um dia, na mesa da ampla sala da Mansão dos Freire, meu avô Moacir (in memoriam) me convenceu a não casar antes que eu construísse minha Mansão. Vô, não temos nem sombra de casamento, e eu também não tenho uma “mansão”, mas finalmente começo a entender de que projeto arquitetônico o senhor falava. Acho que estou no caminho e este trabalho é um dos meus primeiros pequenos sinais. Muito obrigada! A sua benção eterna!

Ao Fabinho (para sempre nas minhas melhores memórias). Há uma fala de que: sempre que a gente vive de verdade todos a nossa volta também vivem. Então agradeço por ter vivido comigo um amor que nos fortalecerá por toda a eternidade, um amor que me acompanha em tudo que hoje eu faço, um sentimento que mudou minha vida para sempre. É tanta gratidão que, por aqui, meu maior esforço ainda é pequeno.

Aos meus pais, José Carlos e Valmiria, por sempre me apoiarem nos meus sonhos, independente do conteúdo que tivessem, desejando apenas que eu fosse feliz. Mas, principalmente, por chorarem diante do que é “de chorar”, e de maneira exemplar me

mostrarem que “um mundo melhor” não é apenas possível, mas, na maior parte do tempo, é necessário.

Ao meu irmão, Carlos José, o meu amigo mais bonito, o meu melhor amigo. Que me entende nos olhares e entrelinhas, que me enche de orgulho, meu eterno socorro contra nossos pais! Risos. Por me dar dois valiosos presentes: uma cunhada profundamente amável e uma sobrinha que é meu coração inteiro. Não satisfeito, me envia um segundo sobrinho, ainda na barriga.

Ao meu filho Luiz Antonio, um presente que a vida me deu “por acaso”, fazendo com que nunca mais nada na minha vida fosse por acaso. Por ter orgulho de mim e me ensinar que é amando que a gente ajuda os outros a fazerem seus caminhos. Por ser tão alegre e por me inspirar.

A todos os meus familiares. A família é grande, ainda mais com os “agregados”, mas todos sempre guardam tanto carinho! Todos sempre brindam comigo as mais simples vitórias. Como sou sortuda!

A Comunidade Batismo do Senhor. Também é difícil agradecer a vocês, tamanha expressividade que têm em minha vida. Por serem rosto amoroso de Cristo, por irem comigo além das dualidades rasas e me apresentarem um caminho simples – de trabalho - e possível. Por rezarem por mim, já que são canal direto com “o Cara”. Por me tratarem como filha e me amarem e ajudarem, todo dia, a entender e traçar minha conversão pessoal.

A Lygia, por topar a empreitada, pouco convidativa, de me acompanhar. Por sempre, olhando nos meus olhos, dizer que era visível o meu potencial e que tinha interesse no meu trabalho. E, mais, sabia do quanto aquele não era apenas um trabalho de final de curso, mas um projeto que poderia contribuir com mudanças importantes no nosso entorno. Por fim, por me trazer a ideia de potência, que acredito: não pode passar a margem da vida de ser humano algum. Junto, agradeço ainda as outras mulheres da minha vida, Leu e Dalva, por me ajudarem a entender a força da mulher; vó Gerusa e tia-mãe Irma, por me cederem um espaço tranquilo de sua casa para eu produzir.

Aos mestres da minha vida, mas hoje, com todo o meu coração, aos mestres desta Escola. Porque me trouxeram visões tão distintas, foram amados e detestados, mas me ensinaram, na prática, algo tão raro no meu contexto atual: é preciso disponibilidade para estar sempre aberto ao novo. Como admiro vocês! Em especial, penso na querida Ilana Strozenberg, a primeira a me inspirar e me encorajar a ser professora. Lembro

ainda de Renzo Taddei, que por um período curto me orientou na monografia e me fez gostar da

ideia de ser uma pesquisadora livre. Não dá pra deixar de mencionar o grande mestre Marcio Amaral, me recebeu em sua casa depois que me formei e clareou minha mente confusa, que no fundo só queria seguir a vida acadêmica.

Ao meu orientador Paulo Vaz. Ouvi muitas lendas sobre orientação, algumas histórias traumáticas, experiências que, felizmente, nunca vivi. Não estudei com Paulo na graduação e isso me fez temer o que viria. E só vieram presentes, muitas vezes sem que eu “merecesse”. Um mestre atencioso, incentivador e com o qual eu nunca saí de um café sem ter crescido. Um amigo que me ajudou nas duas perdas que tive nesse processo, de um jeito simples, e por isso verdadeiro, e que me impulsionou. Alguém que admiro para sempre e com quem - para simplificar, já que o vocabulário limita - gostaria de parecer “quando eu crescer”.

Aos componentes de minha banca de qualificação, os professores Marcio (de novo), Paulo (de novo), Mariana e Taniele. Pessoas detentoras da capacidade de fazer florir contrariando um impulso quase natural de apenas criticar aquilo do que discordamos. Obrigada por dizerem que eu conseguiria e que eu já podia me autorizar a essa jornada. Que jornada!

As minhas amigas-irmãs Vavá, Alice, Letícia, Lueni, Tuta, Marc, Érika, Marcinha, Michele, Ju Ribeiro, Bianca, Psilla, Fernanda, Pri, Paulinha, Ju Ferraz, Manu, Mel, Luana, Bruninha, Laís, Cammys, Jô e Ju Godim. Aos amigos-irmãos Johnn, Marcinho, Fred, Tom, Bruno, Dani, Rafa Bento, Rafa Cruz, Matheus, Clelio e Rapha. Aos mais recentes, Felipe, pela pesquisa que me fez refletir tanto e integrar; Evandro, por compartilhar uma nova proposta de meditação. A todos os outros da Eco e de escola, Marília, Thiago, Michael, Aniele, Adriano, Igor, Tatiane e demais amigos que trocaram muita ideia sobre a faculdade e a profissão, entre uma cerveja e outra, ou um café, no Sujinho. A todos esses e demais amigos que não aguentavam mais “a novela do mestrado”. Aos amigos que souberam me esperar, se negaram a sair comigo por conhecerem minha tendência suicida frente aos prazos, e ainda perguntaram sobre como andavam as coisas. Aos meus alunos, alegria pura! Finalmente eu posso dizer sim! Finalizo lembrando do Leo, que chegou trazendo uma alegria para o meu coração de quem senta, “de cara”, na janela. Também a Milena, que me incentivou a finalizar o texto, mesmo frente ao caos das emergências que surgiam no nosso trabalho, e Juju, essas duas guerreiras, trabalhadeiras e todas as “eiras”.

De maneira especial, a Glenda, a amiga que não apenas esperou por mim, mas fez questão de ser meu antes, durante e depois: ajudou a escrever o pré-projeto, questionou quando

eu ia afinal mergulhar no meu sonho de pesquisadora e professora e agora encerra, ao meu lado, essa fase, como se este também fosse um sonho seu. Por sempre acreditar em mim, quando até eu duvidava. Por sempre contribuir com o olhar de uma historiadora admirável.

A Aline, minha gata garota, minha dupla do mestrado. Por me mostrar, no argumento, na pele e na alma, que a vida é urgente! Pelos cafés, dicas amorosas e infinitas risadas altas e escandalosas, como seus cabelos e unhas. Por passar a minha frente me dando uma banda e me mostrar como se termina um mestrado. Por me ensinar que existe uma “hora boa”, e essa hora é agora. Por sua alegria! Por me ligar, naquele dia, e dizer tudo o que eu precisava ouvir.

A Vovó, Benti, Dona Vânia, Cadu, Daniel, Felipe e Grilo. A família que me acolheu numa das situações mais difíceis da minha vida. Me abraçou de novo e então nos ajudamos num momento de muita dor, de maneira que estamos para sempre unidos no amor. Esse reencontro me fortaleceu para terminar este trabalho. Muito obrigada!

A família psicodélica, meus irmãos. Por nossas experiências, que me levaram a uma grande luta iniciada com este trabalho. Marcinho (de novo), João Black Hole, Bruno, Aline, Leandrinho, Lua, André, Vevé e Leo Nunig. Por me mostrarem o amor que vem de qualquer parte, de graça, por ensinarem que estamos, todos, no mesmo barco.

Por fim, aos usuários de crack que captei nas folhas de jornal e da janela do ônibus, um deles inclusive um colega de escola. Essa existência que perturba e só assim me convoca a refletir sobre a imensidão do que somos, e do que podemos ser. Por me ensinarem tanto na resistência de caminhantes “em meio a tantas ausências”.

Essas pessoas, e também as que não mencionei, justificam toda minha existência como uma experiência plenamente feliz. Então eu agradeço.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1: Do cracudo ao noia: a alteridade é o cachimbo!.....	11
Capítulo 2: Notícias de uma ausência particular - entre o dano e a inconveniência.....	50
Capítulo 3: Só podia dar em choque! Sobre a responsabilidade com os contextos.....	104
Conclusão.....	133
Referências Bibliográficas.....	139

INTRODUÇÃO

Um dia, o ônibus parou em um sinal de trânsito no centro de Duque de Caxias, onde moro, e da janela eu vi o João¹, aquele garoto com “fama de playboy riquinho”² da época da escola. O menino que minha prima “ficou” em uma das festas de colégio. Agora, João era “cracudo”. Eu não fazia ideia do que tinha acontecido naquele longo intervalo de tempo em que não nos encontramos – acredito que uns oito anos -; mas eu tinha uma certeza: João não era um zumbi.

Apesar disso, muitas notícias de jornal a que tinha acesso, muitos amigos com quem conversava, mesmo alguns psicólogos e advogados; ou ainda, quando eu pegava o ônibus e podia me deleitar na conversa de outras pessoas. Por último, mesmo entre os queridos de minha família. Todos esses grupos, essas diferentes pessoas e lugares e vozes, às vezes, se não tinham certeza, traziam em suas falas impressões que me mostravam que João era mesmo um morto-vivo, “só que querendo comer seu próprio cérebro”, como apontam notícias que apresento nos capítulos. Essa unanimidade me incomodou bastante, foi dela que partiu a angústia de fazer este trabalho.

Mais à frente, relato em detalhes um pouco da minha experiência nos anos em que atravessei a Avenida Brasil e fui atravessada pelos ditos usuários de crack. “Ditos” porque assim de longe, da janela, fica difícil ter certeza do que vejo. Embora os jornais confirmassem com muita clareza, nem sempre conseguia comprovar que todos aqueles usassem crack, e não outras drogas, ou mesmo podiam não usar drogas. Mas retomo essa imagem para dizer que ali surgiu a angústia de experimentar um tempo em que se pode falar de algumas pessoas daquele modo que se falava, entre um passageiro e outro, um bate-papo e outro, e mais: era possível tratá-los de maneira desumana, literalmente – como vou apresentar neste trabalho -, até mesmo nos jornais.

Acredito que qualquer pessoa que queira seguir a vida acadêmica precisa encontrar um assunto que a dilacere. E foi assim comigo. Esse assunto me rasgou, mas não apenas do ponto de vista que machuca ou faz sofrer, mas também no modo como inquieta, perturba, tira a paz e o chão e me põe a escrever. Ou seja, esse assunto me dilacera “para frente”, impulsiona. Para começar, não tenho dúvidas, é preciso uma

1

Nome modificado.

² Havia muitos grupos na escola, que nem sempre eram separados na prática, mas pelos quais éramos muitas vezes identificados e reconhecidos.

angústia, uma “coceira” que seja. A minha surgiu dessa possibilidade de falarmos do usuário de crack com a repugnância que percebia quase em unanimidade nos jornais. Às vezes num sentimento de asco, outras vezes raiva, quase sempre medo.

E eu pensava como era possível essa leitura em um momento que sanciona o jeito politicamente correto de ser, um tempo em que se buscam nomenclaturas mais abrangentes, em que se luta pelo fim do preconceito e em que se propaga com força: ser diferente é normal. Como era possível, então, pedir choque de ordem, internação compulsória e recolhimento para os usuários de crack? Como foi possível vê-los em plena fuga na Avenida Brasil, se jogando no meio dos carros em alta velocidade, e exigir mais caças? Esse foi meu ponto de partida.

Então mergulhei numa jornada intensa para buscar respostas. Porém, no momento em que comecei a pensar na possibilidade de falar desse assunto, em 2013, acho essencial marcar: o que tinha era um “como”. Espantado mesmo, mas muito disposto também a fazer revelar-se.

Então pensei que este trabalho tinha lugar, tinha urgência e tinha corpo, ainda que um corpo que muitos declaram autodestrutivo. Embora a ideia de valor seja muito plástica, eu precisava ter essa confirmação de que o trabalho era “merecido”, porque eu sempre me cobrei sobre minha pesquisa dar algum retorno para o meu entorno. Receberia uma bolsa para isso, e quão gratificante seria também poder contribuir com uma questão que movimenta expressivas mudanças práticas no Rio de Janeiro, lugar de onde quis falar com mais cuidado. Então estava feito e o pré-projeto estava pronto. A alteridade me parece um tema “mais na moda do que nunca”. Nunca deixei de perceber isso com relação a outras questões, mas confesso que foi o usuário de crack que dessa vez me trouxe.

Inicialmente, o que logo veio a minha mente foi o seguinte, proponho uma reflexão sobre alteridade, que acredito construída, dessa vez, com o usuário de crack, mas de um modo que não é novo. Não é a primeira vez que se coloca como necessário excluir para manter a ordem, para acalmar o medo que temos da diferença – essa vontade de afastar foi percebida em diferentes jornais que leio e surgiu como uma questão a ser analisada. Também não é novidade que será mais satisfatório fazer isso com um grupo que possa ser responsabilizado por nos submeter a uma alteridade indesejada, de modo que seja visto como um risco, um perigo. Os meios de comunicação, por sua vez, apenas explicitariam algo que já existe. Ainda assim, se “no raso” estou cheia de “respostas”, “no fundo” encontro-me cheia de perguntas, diante de

um assunto “batido” completamente novo. A impressão é de que de alguns assuntos apenas se fala, mas há assuntos que se exigem urgentes. Então eu pesquisei para aquietar minha angústia, mas também porque me sinto diante de um assunto que exige mais olhares e mais respostas.

Para toda viagem, é importante um roteiro. Tentei ser flexível e me permitir mudanças de percurso, mas eu quis construir um primeiro mapa. Durante a faculdade, fui entendendo a maneira como a Comunicação é um grande lugar da significação humana, das práticas e processos de produção simbólica. Então pensei em mergulhar de verdade nesses jornais que vinha lendo primeiro de um jeito bastante solto, apenas pelas manchetes, às vezes na própria banca de jornal. Era preciso ir além.

Decidi organizar a pesquisa que já estava sendo construída no meu dia a dia. Decidi que escolheria o jornal O Globo, pela credibilidade que tem no Rio e também por ser um jornal de conteúdo bem rico, que me ofereceria mais material para trabalhar. Embora o jornal seja tradicionalmente dirigido para a classe média e apoie políticos reconhecidos como conservadores, nele escrevem pessoas de perfis diferentes, o que poderia me garantir opiniões distintas. Inicialmente eu pensei em sortear duas semanas de um único ano, mas com a ajuda da minha banca de qualificação percebi que seria mais rico pesquisar três anos, especificamente de 2010 até 2012, anos que antecederam os grandes eventos marcados para acontecer no Brasil.

Isso porque está claro para mim que a violência oferecida pelo Estado aos usuários como opção de “tratamento” certamente tem motivações. Então quero investigar se essa necessidade urgente de “limpeza urbana” está ligada com a recente decisão pelo Brasil como sede de eventos para as Olimpíadas e a Copa do Mundo, mas também a Copa das Confederações – já batendo na porta no ano de 2012 – e as eleições, que nesse contexto disputam quem é mais capaz de oferecer melhores estruturas para receber esses eventos. Ou seja, quem tem melhor capacidade de lidar com os grandes problemas da cidade, um deles, dos mais falados naquele momento e mesmo agora, o crack.

Um desejo que logo tive foi o de estudar o “cracudo”. Isso porque me intriga a maneira como o usuário de crack e o “cracudo” não parecem ser “a mesma pessoa”. Isso veio de uma primeira leitura dos jornais que apontavam muitas pessoas que estavam nas ruas, sem necessariamente estar fazendo uso de drogas, como “cracudos”. Essa impressão veio ainda da maneira como em outros espaços pelos quais passo, longe dos viadutos da Avenida Brasil, algumas pessoas também sejam assim nomeadas por

estarem magras, mas também por serem negras e até por carregarem um cobertor pela casa. Eu estava diante de uma pesquisa que certamente daria “pano pra manga”.

A sensação que me passa é de estar diante de uma figura plástica dentro do seu determinismo. Ou seja, me é bastante tranquilo o dado de que estou diante de pessoas singulares, mas o que digo é que o estereótipo do “cracudo” parece trazer muito mais do que o simples fato de usarem crack. Como um limbo entre o traficante e o mendigo. Clarear um pouco esse estereótipo significa entender como ele é criado, que contextos e que sentidos revela.

Nessa investigação, entendi que o segundo capítulo é o espaço ideal para a apresentação objetiva da pesquisa, com os dados, sorteios e descobertas. Vou começar por esse capítulo porque acredito que ele vá me colocar “no meio do furacão”, no coração da minha pesquisa, bem de onde eu decidi parar para olhar meu objeto.

Então, para cada ano – de 2010 até 2012 -, vou sortear duas semanas e nesses quinze dias pretendo analisar com mais cuidado cada conteúdo. Não desejo com essa divisão chegar a um resultado final, como uma pesquisa quantitativa, mas apenas fazer um sorteio que fuja aos próprios preconceitos que carrego e também que me permita olhar todos os dias da semana, o que me fala um pouco da característica diária distinta que o jornal traz. Além de ser um sorteio possível para o tempo disponível para a pesquisa.

Mesmo comprometendo-me a olhar com mais calma esses quinze dias, não desejo me prender a eles. Pelo contrário, pretendo também falar a partir da leitura de todas as notícias desses três anos – um olhar que seria besteira perder, uma vez que o passeio será feito -, o que certamente me permitirá abordar as contingências: outras narrativas realizadas em meio às que percebo mais comuns.

Os sorteios serão feitos por meio de uma amostragem aleatória simples, ou seja, toda amostra possível de mesmo tamanho tem a mesma chance de ser selecionada a partir da população, respeitando a regra de duas páginas distintas para cada dia da semana.

Ao definir uma amostragem aleatória, também pretendo ir além de uma busca apenas dos momentos em que esse assunto foi pulverizado nos jornais, para seguir em direção de períodos distintos, onde o olhar do jornalista estivesse menos urgente, mais solto; sem, é claro, abrir mão da chance de também sortear um desses momentos de mais aparição do assunto na mídia, quando desejo fazer um recorte do contexto em que aquela notícia está inserida, ampliando a discussão.

Nesse segundo capítulo, conto com o acervo do jornal O Globo, que recentemente digitalizou todo o seu conteúdo desde 1925, quando o jornal foi criado, e o disponibiliza por uma assinatura de preço bem mais baixo do que a do jornal impresso. Isso facilita a pesquisa em inestimável medida, evitando que eu precise juntar os jornais, como fiz, para me precaver, durante o tempo em que sabia que ia falar do assunto, mas não sabia como. Ajuda ainda porque faço toda a pesquisa de qualquer lugar com internet, embora a Biblioteca Nacional já realize grande esforço ao disponibilizar online alguns exemplares de periódicos brasileiros. O fato é que estive com as notícias desses três anos sempre por perto e de maneira bastante confortável, o que me tornou mais íntima delas.

Nas matérias, meu objetivo é de me ater às diferentes abordagens que possam ser apreendidas. Inicialmente, penso em olhar para três aspectos em cada texto: falas que demonstrem as consequências que a droga ou o usuário podem trazer para o outro, para si e, por fim, se de alguma forma existe uma compaixão autoritária, que se compadece e exige atitudes mais drásticas na solução do problema, por entender que o envolvido não tem condições de perceber, e mudar, sua própria situação. Mesmo que eu confie que acharei muito mais do que procuro, no começo penso em observar as narrativas compassivas que estejam ali. Acredito que pensar a compaixão é uma maneira de perceber alguns valores presentes nas nossas próprias práticas atuais. O autor Paulo Vaz foi importante nessa etapa em seu esforço de sintetizar uma reflexão sobre a compaixão que tenho visto bastante no que já pesquiso e pretendo continuar investigando no material a ser pesquisado.

Quando houver imagens nos textos sorteados, elas também serão analisadas. As fotos são um recurso bastante utilizado pelos jornais e com certeza contribuem muito para encerrar alguns sentidos. Nesse caso, a leitura de Erving Goffman sobre os “rituais de evitação” e de “apresentação”, durante a interação na vida cotidiana, que delimitam “distâncias cerimoniais” entre os indivíduos será relevante para pensarmos grande parte das fotos e textos, que parecem insistir na “indiferença” do usuário, algo muito associado ao olhar – ou à ausência dele.

Mary Douglas também ajuda nesse capítulo, especialmente no que diz respeito ao interesse pela pureza e a luta contra a sujeira, características apontadas como universais dos seres humanos pela autora e que não parecem sumir quando o usuário é o assunto. Michel Foucault e Zygmunt Bauman contribuem na discussão sobre a diferença, especialmente na distinção entre o “eu” e o “outro” e na definição do grupo

dos “estranhos”. A leitura de Stuart Mill, por fim, ainda do século XIX, contribui na medida em que propõe um limite à busca individual pela felicidade: o dano que se causa ao outro.

Minha questão é de que a leitura feita por esses autores parece estar presente em quase todas as matérias que tenho lido sobre o assunto, apontando para um alto nível de incômodo em relação a esses corpos que parecem estampar uma ambiguidade insuportável, causando muito dano ao outro e a si. Tenciono ainda questionar a dinâmica da vitimização social, que estabelece o lugar social dos que sofrem com a violência e, ao fazer isso, estabelece o lugar dos que provocam “mal-estar”.

Antes dessa análise dos textos e fotos, pretendo falar um pouco sobre a alteridade, no primeiro capítulo, uma conversa sobre a diferença, que amplia a discussão, mas localiza melhor a primeira grande questão deste trabalho. Depois, desejo comentar a alteridade que traz o crack, construindo melhor seu contexto social e histórico. Por fim, nesse primeiro capítulo, pretendo mostrar essa passagem do usuário de crack ao “cracudo”, onde vou aprofundar a discussão que pretende ir desvendando esse estereótipo e os contextos em que é evocado. Planejo entender o surgimento dessa nomenclatura nos jornais e perceber até que ponto a sua “alteridade radical” – levantada por Taniele Rui - perturba e força a construção dessa palavra, como que para dar conta de tudo o que parece se construir em torno da droga “mortal” e daqueles que se arriscam a experimentá-la “uma única vez”.

Não pretendo ignorar os efeitos da droga – embora reflexões sobre o barato do crack também não sejam o objetivo dessa pesquisa. Minha questão está mais focada na impressão de que quando os jornais contribuem na exaltação de uma alteridade para o usuário e aquela droga específica, muito pautada na atribuição de desrespeito pela vida do outro e mesmo na falta de zelo com si próprio, cria-se um espaço mais confortável em que o desejo de “eliminação” do outro é mais possível, ainda que velado na roupagem mais amena de que “é preciso resolver o problema”, ajudar um usuário que não é mais capaz de zelar por si próprio.

Nesse capítulo, Sigmund Freud e, mais uma vez, Michel Foucault auxiliam na discussão sobre a alteridade. Os estudos antropológicos de Gilberto Velho e Taniele Rui contribuem bastante quando a alteridade é aproximada do contexto do usuário de drogas e do crack, além de muitas pesquisas, citadas em detalhes no próprio capítulo, realizadas

no Brasil e no mundo em busca de entender um pouco mais sobre uma droga que trouxe discussões tão complexas.

No terceiro capítulo, trago uma outra questão: a partir da maneira como é construído o crack, que resultados isso faz aparecer nas políticas públicas do Rio para o usuário de crack? De novo, sinto que a maneira como muitos textos insistem na construção da imagem de um zumbi para o usuário, essa associação, no mínimo indelicada, pode revelar verdades mais profundas, como a de que o usuário não tem condições de participar de sua cura, sendo necessário que o Estado intervenha no seu direito de ir e vir, respaldado por seu compromisso com o direito à vida. Um discurso até bonito, mas que, na prática, tem se revelado bem mais violento. Dessa forma, certamente as internações compulsórias aparecerão em meu texto, entre outras realidades que essa narrativa tece, muitas vezes defendida como uma medida fundamental diante de um ser humano que “não pode estar consciente” e está “no nível mais baixo de prestígio social”.

Esse capítulo final será dividido em duas etapas, um primeiro espaço onde colocar as matérias que já prevejo fundamentais para o trabalho, sem precisar contar com um sorteio controlado. Isso porque este trabalho, como disse, não pretende trazer um resultado, mas porque procuro levar em conta todo resultado encontrado na pesquisa, todos serão válidos e nos ajudam a compreender um pouco mais do que têm acontecido em nosso entorno. Desejo ficar mais presa à expressividade do que às majorias, até porque os espaços nos jornais muitas vezes são alcançados a partir de critérios de poder. Não pretendo aprofundar essa discussão, mas entendo que é muito expressivo que certas manchetes apareçam nos jornais, ainda que uma única vez, então seria equivocado não olhá-las.

Ainda no terceiro capítulo, finalizarei com um sonho, falar das políticas públicas para chegar no lugar que desejo. Embora haja muitas iniciativas alternativas com relação ao usuário de crack, não existe no Rio uma ação do Estado que direcione todas as outras medidas e seja diferente do Choque de Ordem. Desejo falar um pouco disso porque sinto que me conduz ao doutorado, mas, sobretudo, me permite contribuir com aqueles que já lutam para que as exceções virem regra e caminhos alternativos e humanos se construam para toda a cidade.

Loic Wacquant é o autor que auxiliará na primeira etapa do capítulo, ao trazer um olhar “imbricado” que me ajuda a ver melhor as descrições dos corpos dos usuários, aparentemente muito direcionada para um sentimento de abjeção. Mais à frente, desejo

avaliar de perto a política do Choque de Ordem, colocada em prática no Rio de Janeiro. Além disso, serão avaliadas mais políticas que podem ser uma alternativa ao que temos, em especial a de Redução de Danos, que incorpora o indivíduo na paisagem. Uma outra impressão que tenho é de que as atuais políticas praticadas transformam o usuário em paisagem da forma mais desumana possível, um item a ser consertado, retirado, higienizado, transportado, mas que não incorpora mais as características que o permitiria ser um cidadão fundamental a contribuir em todo esse processo que se busca resolver e o envolve em toda sua inteireza.

Minha percepção geral, que acredito nortear todos os capítulos, é de que o consumo de crack tem sido isolado do consumo de outras substâncias. Ao ser entendido como “a droga do Diabo” – diga-se de passagem, uma afirmativa que não é consenso nem mesmo entre os pesquisadores do assunto -, faz com que todo o alarde possível seja feito pelas campanhas do governo para que nunca se use a droga, “nem mesmo uma vez”. Se por um lado esse esforço coloca o Estado num lugar responsável, quase um lugar maternal que profetiza: “eu avisei”; por outro, dá também lugar àquele que insistiu, foi rebelde e quis ir lá provar e agora carrega os resultados de uma catástrofe que já era prevista.

Esse tipo de discurso não pode ser único na hora de pensarmos nossas políticas públicas, embora essa seja a minha percepção geral do que se faz na prática. É preciso incluir tantos fatores quantos sejam necessários e percebidos durante a pesquisa. Já adianto que é fundamental questionar e entender mais os efeitos da droga, mas, muito mais, entender que outros fatores estão intimamente ligados à vida que levam essas pessoas. O tráfico parece matar muito mais que o crack, mas ele só aparece como parâmetro quando falamos da maconha. Por quê? Todas essas questões não precisam ser necessariamente respondidas, mas a política que é colocada em prática precisa ser constantemente questionada, é preciso abrir espaço para outras verdades.

Um outro ponto que me intriga é o fato de esses que vagam pelas ruas serem nomeados “cracudos” quando a realidade das ruas é muito mais complexa, inclusive se pensarmos no tipo de droga que se usa. Qual o interesse de manter a existência de um personagem baseada na escolha de uma droga? E, sempre, a que esse tipo de nomenclatura atende?

Unanidades são sempre um problema. No caso do usuário de crack tem causado um desejo por solução muito próximo ao do Nazismo, que juramos “de pé junto” nunca mais repetir. Não nos interessamos pelo local para onde vão esses “cracudos”, ainda que sejam “campos de concentração”, esse problema não é nosso. Pesquisas com diferentes drogas sempre apontam para envolvimento situacionais, ou seja, não há receita de bolo ou já teríamos resolvido o problema. Então por que insistimos em uma mesma maneira de agir? Por que essa medida cabe?

Tenho a impressão de que há um lugar que se reveza para o usuário de crack nos jornais. Ele transita entre a piedade, o incômodo e o nojo. Parece haver uma mistura entre medo e proteção; nojo e piedade. Ele não é um traficante, não ocupa o lugar marcado das favelas e não evoca de maneira rígida raiva e pavor. Ele também parece fugir um pouco da categoria do que está em situação de rua, que evoca mais piedade, mas muitas vezes fica bem coberto no sentimento da indiferença. O cracudo transita, muda de lugar, volta para os centros, envolve a classe média e pode atacar você, pode contagiar você. Então, se envolve piedade, na maior parte das vezes evoca também o medo, como uma experiência que me assalta, mas que perturba qualquer um que pode um dia ser humano; no outro zumbi.

Já antecipo que o maior esforço desse trabalho será o de não achar culpados. A culpa traz uma imobilidade sem tamanho e ainda ajuda bastante na imediata reação e busca por novos culpados. Esforços que funcionam como oferendas ao nada. Minha sensação de trabalho bem feito só pode vir da possibilidade de que essa dissertação saia do papel. Não como argumento para discussões e debates puros, mas para, como já disse, auxiliar na construção de políticas públicas alternativas.

Sendo assim, mesmo que minha análise envolva meu coração - não acredito que seja possível fugir disso -, antecipo que a culpa não é dos políticos nem mesmo dos jornalistas, colunistas e leitores. Meu objetivo é o de ajudar a criar um lugar de contemplação de tensões e não de disputa por verdades. Assim como suponho não ser possível resolver essa questão sem o usuário de crack, tampouco ela será realizada na falta de diálogo com esses outros atores. Evidencio determinadas situações muito mais para que possamos clareá-las, acredito que sem isso as mudanças também não são possíveis. Confio que esse encontro chocante, tanto com o usuário de crack quanto com algumas notícias de jornal pode revelar muito sobre nós, pode nos permitir refletir e mudar.

É muito difícil sustentar a existência de um usuário de crack em meio a tantas tentativas efetivas que querem eliminá-lo. Então, para finalizar, gosto de me lembrar da história do Super-homem. A interpretação de que falo ouvi durante a peça *A Alma Imoral*, montada a partir do livro, de mesmo nome, do rabino Nilton Bonder. É a atriz Clarice Niskier quem conta que quando, em pleno século XX, um artista americano, filho de europeus refugiados, cria o personagem de história em quadrinhos, Super-homem, ele deseja fazer uma leitura simbólica de seu mundo, de sua realidade. Apesar da destruição da Europa, Europa Krypton. Sobrevive no novo mundo aquele que será o redentor da semente, o frágil Clark Kent. Porque em seu íntimo habita o supra-humano. Em seu íntimo habita o mutante, habita aquele que ao atravessar de uma margem à outra, de um planeta a outro, descobre os seus superpoderes. E mesmo sendo filho ilegítimo de uma típica família americana é ele o redentor da semente.

O menor, o mais frágil, aquele que mais experimentou os rigores da vida e da injustiça, esse é na verdade o Super-homem. Ao contrário da expectativa de que a força e a virilidade sejam os melhores meios para se obter a continuidade da espécie, aos poucos se delineia a noção de que o futuro será produzido pelo fraco, desde que ele seja um transgressor. O pobre, o destituído, o estrangeiro, o marginal, aquele que veio de longe em relação ao que veio de perto, muitas vezes é mais bem-preparado para levantar acampamento e seguir os caminhos da evolução do que aqueles que, bem adaptados, encontram sempre maneiras de transformar em ideologia, em moral, em teologia, até mesmo em arte de conceitos imutáveis seu desejo de permanecer no lugar estreito. “O poder real está naquele que através da esperança humana é capaz de iluminar a escuridão”³.

Olhar o usuário de crack sempre me faz lembrar dessa história. Mesmo que ainda de forma rasa, vejo uma divisão clara entre aqueles com os quais, acredito, devemos contar para seguir os “caminhos da evolução” e os que vão insistir para que fiquemos num lugar estreito, um lugar que não comporta a todos, um espaço limitado. É essa a angústia da qual desejo falar.

³ BONDER, N. **A alma imoral**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

1) Capítulo 1: Do cracudo ao noia⁴, a alteridade é o cachimbo!

Quando entrei pela segunda vez na terapia - depois de sair de uma psicanálise que me mantinha constantemente numa reflexão sobretudo mental sobre mim, e, por isso, enlouquecedora e ineficaz no que tangia a minha transformação pessoal, só falo por mim -, encontrei com uma terapeuta reichiana que me disse que dividiríamos as sessões em conversas e exercícios corporais porque toda a minha experiência não podia, e não precisava, ser contada, mas antes estava grafada no meu corpo, na minha postura e até na minha voz, e por isso devíamos tratar essas questões em conjunto. Foi quando eu comecei a entender que não podíamos separar corpo e pessoa.

Ao longo deste trabalho, a necessidade de pensar nesse conjunto só foi ficando mais clara. De tal modo que vocabulários novos são criados na medida em que novas alteridades surgem, o que é o cracudo – em São Paulo, o noia – se não esse indivíduo com o qual eu não poderia trocar se não fosse a partir de uma reflexão que o entendesse na relação desse corpo usado quase que até o limite – numa análise mais rasa – com a pessoa que o carrega e o crack.

Não há, assim, como separar corpo e substância da construção da pessoa. São atos de consumo, ou melhor, eventos (como quer Vargas, 2006), continuamente repetidos que se materializam e se corporificam. Sem a substância química não se constrói esse tipo de corpo, sem esse corpo não se constrói essa pessoa, sem essa pessoa não se acionam os feixes de relações já observados e sem essas relações não se constrói territorialidades que se tornam igualmente abjetas. Está tudo imbricado. (Rui, 2012:246)

⁴ Abreviação de “paranoia”. Nesse título, o “noia” é uma referência a como o usuário de crack em cenários de uso abusivo foi nomeado / reconhecido em São Paulo, embora a palavra sirva para outros contextos de uso de droga, bem como para falar de alguém “muito doido”, “maluco”. É o “correspondente” ao “cracudo” no Rio. Vale ressaltar que esse nome é identificado como para o usuário de crack mesmo quando esse uso não é objetivamente comprovado, trazendo mais informações sobre o que seja o “cracudo” ou “noia”. Neste capítulo, esses nomes são usados exatamente para marcar as outras alteridades que eles carregam, como se o surgimento de um nome fosse naturalmente necessário para marcar a diferença.

Uma das reflexões, que desenvolvo mais nos próximos capítulos, inclusive, traz questões por mim levantadas de que essa separação da droga e da pessoa e do corpo, quando observada em algumas notícias de jornal, é insumo para uma série de ações questionáveis com essas pessoas na medida em que não abarcam todo o usuário de crack.

Por enquanto, é válido observar que a criação do próprio vocabulário acompanha, ainda que com um pouco mais de atraso, esse momento em que o uso do crack aponta para a nomeação da diferença. E é dessa reflexão sobre o surgimento da alteridade do usuário de crack, vivida pelo corpo e a pessoa e acompanhada da titulação do crackado, que falaremos neste capítulo.

1.1) A alteridade moderna

Muitas reflexões ao longo da história tentam dar conta da discussão sobre a diferença. Embora de maneiras distintas, e também chegando a lugares diversos, muitas acabam alcançando um ponto comum: o que constata que o diferente perturba. Nem sempre com a mesma intensidade ou gerando os mesmos efeitos, mas ao longo da experiência humana o “estranho” foi a figura que exigiu em torno de si uma ação (mais escancarada ou mais velada), quase sempre norteada pela exclusão que “mantém a ordem”.

Alguns autores são importantes nessa discussão e, mais do que evocá-los de maneira didática numa discussão teórica, acho importante trazê-los porque certamente têm influência nessa maneira como urge em mim a “estranheza com o estranhamento”, com o perdão da expressão; não me colocando num lugar de quem caminha descolada da pesquisa que relato, mas com os quais pude contar ao perceber que decisões expressivas são tomadas em nossa sociedade por meio de sentimentos de exclusão a favor da manutenção da ordem; que podem cada vez menos ser assumidos⁵, mas continuam presentes e, como não poderia ser diferente, acabam explicitados na comunicação, nas páginas de jornal. Ainda que haja, simultaneamente, muitos outros

⁵ Isso se refere a um contexto atual de lutas pelo direito à diferença, pela preservação do politicamente correto e a manutenção do espaço e do direito do “outro”. Embora esse contexto revele avanço nas lutas pela igualdade parece também propagar um preconceito velado, muito claro no Brasil no que diz respeito aos negros. Ou seja, algumas leis surgem a favor dessa minoria, bem como nomenclaturas que corrigem falas preconceituosas, representando avanços nas lutas; mas muitas vezes essas medidas servem pra consertar nos livros e nas falas um preconceito que, na prática, continua sendo vivido e mantido.

discursos na comunicação, meu olhar pousa, sem pressa, sob essa diferença que exclui, para identificá-la, entendê-la, clareá-la e, para ser justa comigo, tentar curar a angústia que me causa.

Por isso é importante resgatar a discussão em torno da maneira como a Sociedade Moderna pensou em si própria como uma atividade da “cultura” ou da “civilização” e agiu sobre esse autoconhecimento com os resultados que Freud passou a estudar. Uma reflexão nesse momento é sobre o modo como ela está permeada pelos conceitos de beleza (“perfeição da forma”), de limpeza e de ordem.

“Uma espécie de compulsão à repetição que, quando um regulamento foi definitivamente estabelecido, decide quando, onde e como uma coisa deve ser feita, de modo que em toda circunstância semelhante não haja hesitação ou indecisão.” (Bauman, 1997:7)

Em *O mal-estar na civilização*, Freud nota ainda, o que é fundamental pensando ainda o objeto deste estudo, que há dificuldades inerentes à natureza da civilização que não se submeterão a qualquer tentativa de reforma. Daí a utilização do conceito de mal-estar, principal para este trabalho na medida em deixa aflorar essa sensação que nos acomete sempre que estamos diante daquilo que para nós “não faz sentido”.

Durante os anos em que precisei atravessar a Avenida Brasil⁶, o fato de estar dentro de um ônibus foi básico para constatar essa tensão comum gerada nas pessoas a partir do encontro com o usuário de crack. Quase não me perdoou por não ter feito um caderno de campo, anotando os comentários que os passageiros trocamos nesses momentos. A certeza que guardo é de que, por mais que as falas fossem as mais diversas e por mais que as situações com que nos deparássemos fossem as mais distintas, nunca saímos dessas “trombadas” com as mesmas caras de paisagem com que normalmente vínhamos nos ônibus, trancados em nossos fones de ouvido. Pelo contrário. Se os ônibus, a exemplo dos elevadores, são lugares em que cada vez mais evitamos o olhar do outro, avistar os usuários de crack ali na pista era como um choque que automaticamente nos fazia procurar mais olhares para certificarmos-nos de que compartilhavam as mesmas cenas que nós, de preferência com as mesmas reações. Não

⁶ Com frequência diária de segunda a sexta, a partir do segundo semestre de 2006 até maio de 2012. Depois disso, pelo menos semanalmente.

satisfeitos, os comentários eram necessários, urgentes, como se para ao menos nos permitir expurgar o mal-estar que estávamos sentindo.

Mary Douglas (1976) afirma que o interesse pela pureza e a luta contra a sujeira emergem como características universais dos seres humanos. Sendo assim, sempre haverá os que são vistos como obstáculo para a apropriada organização do ambiente: os estranhos. No fim das contas, todos os olhares e comentários trocados no ônibus seguiam para um mesmo lugar: eles não deviam estar ali.

Se “a luta contra a sujeira” surge quase que naturalmente, a modernidade foi o período em que houve uma compulsão mais clara por identificá-la e resolvê-la. E não sendo a divisão histórica estática, muito menos linear, as notícias de jornais são um lugar privilegiado para termos, mesmo agora, acesso a expressões que entregam toda angústia e desconforto gerados no encontro do leitor – via lente jornalística - com o usuário de crack, possibilitando uma profunda reflexão sobre o presente - que traz as cores da modernidade em diferentes momentos, além de dados da atualidade que nos permitem ir além.

Um explicitação dessa ideia foi a percepção de que na maior parte das notícias presentes nos jornais havia a expressão “em plena luz do dia”, sempre remetendo ao uso do crack, ao que parece, inapropriado naquele horário. Dessa forma, um estranhamento muito claro nas matérias era de que os usuários pareciam não dominar o horário apropriado em que o crack poderia ser usado naqueles locais, ou ainda, pareciam não dominar as regras estabelecidas para o espaço da rua, ditadas pela norma. Mais à frente veremos que essa falta de domínio de certas regras, que em vários momentos as matérias pesquisadas associam ao usuário de crack, reforçam a confirmação da sua perda de humanidade e podem conduzir a determinadas práticas como a decisão pela internação compulsória⁷ em determinado momento aplicada no Rio de Janeiro a alguns usuários de crack.

Inicialmente, para Foucault (2005) a vigilância e a punição eram como mecanismos de poder que docilizavam as pessoas a fim de que se adequassem a algumas normas estabelecidas pelas instituições. Incidindo sobre os corpos dos indivíduos, vigiava a correta maneira de regularem seus gestos e sua vida.

⁷ Em maio de 2011, o Governo Municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, instituiu por meio da Resolução nº 20 o processo de internação compulsória de crianças e adolescentes usuários de crack recolhidos através de operações denominadas “Choque de Ordem” nas denominadas cracolândias e cenas de uso da cidade do Rio de Janeiro.

Ao afirmar que nos séculos XVII e XVIII, o poder estava sobretudo no direito de controlar os corpos e a vida, Foucault deu conta dessas pequenas decisões que tomamos que parecem ser realizadas a nossa revelia, mas que quando não tomadas, ou ainda, se tomadas de maneira muito distante da que se espera, provocam um desconforto que suporta muito pouco uma coexistência, exigindo uma solução para a experiência.

[...] O poder disciplinar é [...] um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”: ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. [...] “Adestra” as multidões confusas [...]. (FOUCAULT, 2005:143)

Embora para Freud, houvesse algumas alternativas para os estranhos - a “estratégia antropofágica”, que devora e padroniza; a “estratégia antropeômica”, que vomita os estranhos; e, se as duas estratégias anteriores não dessem certo, a “destruição física” (FREUD, 1930) -, Foucault já fala inserido em um momento em que a eliminação explícita vai ficando cada vez mais difícil de ser declarada socialmente⁸, o que revela a importância de se adestrar os corpos.

Ou seja, quando, da janela dos ônibus, os passageiros reagem ao verem a situação de alguns usuários de crack que estavam na Avenida Brasil, eles não se sentem confortáveis por completo com a ideia de eliminar aqueles “seres” (embora meus ouvidos deem conta de declarações desse tipo) como possível solução para o problema, porque o que choca mais é essa incapacidade dos “cracudos” de cuidarem de si, um desleixo total como se estivessem completamente a parte do controle de si que Foucault (1998) aponta - assim observados da janela ou pelo enquadramento limitado de uma foto e um texto de jornal. E é por isso que cabe o argumento de que, uma vez que não cuidam de si os usuários, cuidemos nós mesmos deles⁹.

⁸ O Holocausto, maior genocídio do século XX ocorrido durante a II Guerra Mundial, deixou marcas bastante objetivas sobre a maneira inadequada de lidar com uma alteridade.

⁹ Muitas notícias trazem esse desejo de normatizar uma vez que o outro parece não dar conta de si, quase sempre justificando essa necessidade com a descrição da cena em que estava o usuário e dele próprio. Como na carta do leitor do dia 31/3/2010 onde a seção Dos Leitores trazia o apelo de um morador do Catete que desabafava, “está ficando impossível transitar pela rua Santo Amaro, na Glória: mendigos ocupam as calçadas dia e noite. Dormem, fazem comida, brigam, gritam

Uma vez que o poder disciplinar é fruto do deslocamento do poder soberano para o corpo social, ele passaria a exercer-se na forma de micropoderes ou de uma micropolítica. Tal poder se exerce sobre os corpos individuais por meio de exercícios que tinham como objetivo, o adestramento e a docilização dos corpos. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Foucault, 2005:118). É por isso que quando uma cena do lado de fora da janela do ônibus causa um estranhamento, mesmo que por motivos distintos, em vários passageiros – 45 sentados; muitos em pé – é perceptível que todos ali compartilham de uma noção ao menos parecida de que comportamentos garantem a articulação harmoniosa da sociedade. Dessa forma, existem disciplinas que revelam relações de poder reguladas pelas normas.

Essa disciplina, além disso, distribui os indivíduos no espaço. Embora ocorra de maneira velada, os recolhimentos (“acolhimentos”) dos apontados como usuários de crack, realizados pela prefeitura do Rio ao longo dos anos em que foi feita esta pesquisa, ainda trazem muitos traços dos grandes encarceramentos dos considerados vagabundos e miseráveis que outrora pareciam não se comportar à norma. Isso porque sob muitos aspectos nossos corpos continuam tendo sua utilidade associada à sua capacidade de produção e submissão a determinadas normas. Essa anatomia política deve ser entendida, como:

[...] uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que [...] Circularam às vezes muito rápido (entre o exército e as escolas técnicas ou os colégios e liceus), às vezes lentamente e de maneira mais discreta (militarização insidiosa das grandes oficinas) [...](Foucault, 2005:119).

Dessa forma, o tempo de usar crack, “em plena luz do dia”, pode ser percebido como equivocado. Da mesma maneira, o espaço pode ser medido: algumas reportagens ironizam o fato de alguns usuários fumarem crack perto de delegacias ou de abrigos da prefeitura; ao passo que o uso é apresentado como justificativa quando próximo a

e sujam toda a calçada. Pela manhã, abrem os sacos de lixo à espera da Comlurb e pegam um monte de porcaria para vender na calçada da rua do Catete. Meninos usam crack em todas as praças. Dá medo passar pela rua do Catete, esquina com a rua Santo Amaro, assim como em outras ruas e praças. É uma pena o descaso das autoridades com a Glória”.

favelas. O corpo do usuário também é medido em seus movimentos desarmônicos: a maioria das matérias aborda seu descaso com a saúde, seu “mau comportamento”, sua animalização, de modo que podem ser escritas as matérias inclusive que dão conta do “curral do crack”¹⁰ ou os textos que associam os usuários a zumbis¹¹.

As práticas disciplinares permitem o controle das operações dos corpos e a sujeição constante de suas forças, impondo-lhes uma relação de docilidade e utilidade. Foucault (2005:117) ressalta que “Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. [...] tratava-se ora de submissão e utilização, ora de funcionamento e de explicação: corpo útil [...]”. Essa forma de anatomia política ocorreu nos diferentes contextos históricos. Inicialmente, nas escolas, nos hospitais, nos quartéis, mas aos poucos foi se disseminando em outras instituições.

A maneira como a disciplina atua ainda na distribuição dos indivíduos dentro do espaço, através de procedimentos disciplinares cada vez mais meticulosos, por meio de técnicas, inclusive, como o princípio de clausura e a fila, que são aplicados em diferentes contextos sempre permitindo observar e vigiar o indivíduo no espaço físico onde cada um se localiza, facilitando o sistema de vigilância e controle entre os indivíduos (Foucault, 2005), nos ajuda a entender a quantidade de vezes que a palavra “indiferença” e suas derivações são contadas nas notícias pesquisadas.

O usuário de crack é aquele indivíduo que parece alheio a qualquer uma dessas normas compartilhadas. “Indiferentes” – às fotos do jornal, à luz do dia, à presença das pessoas, ao local em que estão -, seguem com suas práticas, que ora parecem ser a causa desse comportamento “incompreensível” ora são mesmo resultado de uma escolha mal feita; mas uma escolha.

A matéria da Folha de São Paulo do dia 26/06¹² traz uma das mais expressivas sínteses dessa presença, inclusive com uma ambiguidade singular:

Eles perdem todos os traços de humanidade. Defecam na frente de todo mundo; fazem sexo em qualquer lugar. E, se você reclama, atacam de forma repulsiva. Escarram em você, abrem suas feridas, vomitam em você.

¹⁰ Cf. O Globo, 17/10/2012. “‘Curral do crack’: o vício do outro lado dos tapumes”.

¹¹ Cf. O Globo, 18/2/2012. “Como zumbis”.

¹² Cf. Folha de S. Paulo, 26/6/2009. “Nas ruas do centro de São Paulo, tragada custa R\$1”.

É singular a ambiguidade na medida em que as feridas do usuário, ao serem abertas, são abertas também em nós. Geram esse desconforto, esse mal-estar, essa obrigação de nos fazer olhar a ferida que, não sendo nossa, está em nós.

Em muitas matérias foi possível perceber essa dupla sensação que pode sempre permitir medidas autoritárias: ou o usuário está completamente entorpecido e por isso age dessa forma, não podendo responder por si; mas há ainda alguém ali, um traço de existência que poderia lhe conferir participação e responsabilidade na transformação de sua situação, mas acaba sendo apresentado como o lugar do “resto de existência” que escolheu, mais uma vez, queimar uma pedra, a segunda sensação, de que somente “nós”, os docilizados, podemos escolher por eles.

É esse duplo lugar do usuário que em determinado momento permitiu que se falasse em internação compulsória para ele, por meio do respaldo constitucional do “direito à vida”. E é nesse ponto que a discussão deve se manter, o que essas feridas causam em nós e que medidas nos ajudam a tomar?

Ou seja, problematizar a contribuição de Foucault é bastante relevante para o trabalho, a partir do ponto em que podemos avançar na percepção do quanto esse contexto apresentado pelo autor ainda perdura, cuidadas as devidas proporções, e pode nos apontar para novos desenhos, às vezes até bastante cruéis. E, mais ainda, é importante percebermos que sentimentos evoca a existência no real do usuário de crack, num esforço de reflexão sobre nós mesmos buscando transcendermo-nos em nossas próprias práticas ou ao menos questioná-las.

Do contrário, continuaremos enxergando no desvio apenas um termômetro sobre como andam nossos desejos e práticas, sempre o mantendo a distância e possibilitando, assim, a legitimação de um poder que consegue balizar quem está mais ou menos próximo de um ideal de ser.

Em relação ao uso do crack, não parece haver nem mesmo distância de segurança possível. Na maior parte das notícias, ficou claro que a droga vicia já no primeiro uso, destruindo a vida de quem a experimenta. Essa ideia fica clara inclusive em cartazes de campanha contra o uso da droga¹³ – Crack, nem pensar / Seja vivo. Não use crack / Crack, o começo do fim -, um tom fatalista já bastante conhecido nas campanhas do Ministério da Saúde, mas que parece ganhar ainda mais força com o crack.

¹³ A dissertação de mestrado de Dênis Roberto da Silva Petuco (2011) – Entre imagens e palavras: O discurso de uma campanha de prevenção ao crack - aborda especialmente esse assunto.

Por ser medo e esforço de controlar o desejo, o temor da anormalidade é uma forma secularizada de má-consciência. A culpa, como a vergonha, é uma emoção de paciente, pois, ao experimentá-las, não fazemos ou lutamos para não fazer uma ação vinculada a uma outra emoção. A diferença maior entre essas duas emoções reflexivas, que nos levam a pensar no que somos, a colocar nosso ser em questão, é que a vergonha requer a presença, real ou imaginada, do olhar acusador de um outro que o indivíduo preza ou respeita. As sociedades em que predomina a vergonha como emoção socializante são sociedades da exterioridade, onde o conteúdo das regras morais tende a se restringir aos atos na sua forma manifesta (isto é, algo que foi ou que pode ser visto, excluindo tudo o que é inacessível ao olhar do outro, como sensações e imagens) e segundo a opinião que os outros deles possam ter. (Vaz, 2015:7)

Mais uma vez, retomo a maneira como destacou-se nas notícias a indiferença dos usuários. Onde estava a vergonha desses usuários que eram fotografados “em plena luz do dia” e ainda assim pareciam completamente anestesiados, na maior parte das matérias “sem esboçar qualquer tentativa de esconder seus rostos”? Essa é uma questão que levanto em algumas partes deste trabalho e para a qual não achei uma resposta definitiva, embora tenha me permitido refletir sobre a invisibilidade que fortalece a não relação e a construção de uma interioridade, um isolamento, do que falarei no final deste trabalho.

Outros trabalhos, como o de Taniele Rui, já trouxeram mais falas que acrescentam a essa aparente indiferença. Muitas vezes o usuário permanece na cracolândia porque tem vergonha de retornar para sua família ou mesmo para qualquer outro espaço onde certamente vai atrair muitos olhares – “Estar do outro lado dessa “fronteira qualquer”, tão bem notou o escritor (Bill Clegg), limita a capacidade de se movimentar livremente pelo mundo, sem ser interdito, sem ser observado, sem ser evitado. Só aí é que se descobre a importância dos lugares que os agrega e, uma vez neles, o alívio de poder parar de se movimentar sem ter que se confrontar consigo e com os outros o tempo todo; o conforto de parar, olhar o sol e, ao menos uma vez no dia, se sentir ‘seguro’”. (Clegg apud Rui, 2012:322)

Ainda assim, essa “vergonha” não fica tão clara nas notícias pesquisadas, que quase sempre priorizam o fato de que, distantes, os usuários aparentam muita tranquilidade com sua situação e a presença de outras pessoas. A impressão que fica nítida nas matérias é de que, apesar de todo o aparato que qualquer ser humano naturalmente constrói para poder julgar o certo e o errado, os usuários parecem não usá-lo, numa atitude de indiferença profunda, entendida em alguns casos até mesmo como afronta.

A leitura feita nas matérias analisadas neste trabalho dá conta de pessoas que não parecem ter esse desejo de ser normal, presente em *Vigiar e Punir*, de Foucault. Embora a produção do anormal permaneça presente, a questão da internalização da anormalidade e da culpa não soam tão aparentes. Uma reflexão importante nesse ponto é notarmos a que serve essa interpretação que nos entrega os jornais. E, sobretudo, que políticas públicas direciona.

Em *A história da loucura*, Foucault associou lepra e loucura. De um lado, os leprosários se transformaram em asilos e os loucos ocuparam as construções que durante a Idade Média abrigaram os leprosos. Mais significativo, Foucault propõe que a lepra e a loucura são, respectivamente, para o mundo de Deus e para o universo do sujeito, o já-está-aí da morte (Foucault apud Vaz, 2015:10).

Com o usuário de crack, esse “já-está-aí da morte” também é presente em grande parte das matérias, inclusive com a associação deles com os zumbis dos filmes. Quase sempre nota-se uma descrição do corpo dos usuários, como acontecia com o leproso, como uma “antecipação viva da iminência da morte se os seres humanos continuarem na perdição e não retornarem a Deus”. (Vaz, 2015:10)

Embora a causa não seja uma doença, mas se na época elas eram entendidas também como um castigo divino funciona o exemplo, o crack é apresentado como uma droga que não deve ser usada nunca ou trará às pessoas transformações absurdas, estampadas em frases que trazem o passado glorioso dos usuários – ex-modelo, ex-gerente de banco... – até a falência do cuidado com o corpo.

O que a alteridade moderna nos traz é essa maneira como está baseada em diferentes

maneiras de articular poder e morte. O que, para Foucault, faz surgir uma “tecnologia positiva de poder” - positiva porque não suprime a morte matando, porque a inclui através da promessa de evitá-la a partir da obediência aos seus ditames, porque, pela construção de sua proximidade, se dá a tarefa de fazer viver. (Foucault apud Vaz, 2015:12)

Uma última contribuição é perceber, no entanto, que esse poder se legitima ao manter constantemente a ameaça, para que a intervenção seja “demandada e legitimada”. (Foucault, 1984:43) Ou seja, por mais que o “problema do crack” seja uma das maiores lutas em nosso país nos últimos anos, ele é também a tragédia, essencial que exista, na lembrança do que podemos ser se não nos cuidarmos. E que exatamente por isso dá poder aos que podem nos manter longe delas.

Embora sejam muito claros nas notícias de jornal os recortes que dão conta de expressões e títulos que falem bastante dessa norma sobre que lugar devemos estar – como no clipe de *The Wall*, décimo primeiro álbum de estúdio da banda britânica de rock Pink Floyd, "distribuir os alunos segundo suas aptidões e seu comportamento, portanto, sobre o uso que se poderá fazer deles quando saírem da escola; exercer sobre eles uma pressão constante para que se submetam todos ao mesmo modelo ... para que, todos, se pareçam” (Foucault, 1994:163). -, e é nessa medida que recapitular esse contexto é relevante. Sem esquecer que Foucault não se encerra nesse modo de vida e segue com outros estudos, chegando a outros lugares interessantes, que também ajudam neste trabalho.

1.2) Quando a droga se torna alteridade...

Mais do que precisar o momento no tempo em que determinadas substâncias passam a ser entendidas como drogas ilícitas, pretendo nesta parte do trabalho discutir um pouco sobre a alteridade. Além de perceber que uma definição temporal exata daria “pano pra manga” – discussão suficiente para uma nova dissertação -, o objetivo aqui é entender de que maneira a alteridade determina novas práticas que precisam ser pensadas como uma possibilidade de reflexão sobre nós mesmos. E, mais ainda, de que forma a diferença vai se construindo, de modo mais aproximado ou mais distante com a figura do “anormal”, e, assim, evocando diferentes políticas públicas e atendendo a diferentes interesses.

Uma diferença socialmente construída entre seres humanos pode ser transformada na diferença entre o que existe e o que pode existir. Afinal, se a abertura do futuro é trabalhada por uma cultura, o que ela visa é a continuidade dos modos de ser que valoriza. A diferença entre o que se espera que o futuro seja e o que ele pode ser é transformada, assim, na distância entre a normalidade que existe e deve continuar existindo e algo de diferente, inesperado. Esse algo de diferente já está aí incorporado, como convite, como aventura, como atração pelo que pode existir, pelo mistério. O anormal se torna signo da pura abertura do possível e pensar ganha a consistência do questionamento incessante do que se tem por verdadeiro. (Vaz, 2015:14)

A importância da reflexão sobre alteridade neste capítulo está, dessa forma, na consciência que ela nos traz da necessidade de certificarmos-nos de que estamos “no lugar certo”, mesmo que esse “lugar” nem sempre tenha sido o mesmo. E ainda, mesmo que o anormal seja apenas “a pura abertura do possível”.

No livro de Foucault, *A vontade de saber*, o autor comenta essa construção da alteridade ao citar a sodomia. Na França da Idade Clássica, “era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito de direito” (Foucault, 1984:43). Por não ser uma diferença marcada, a prática nem mesmo era perfeitamente definida, fazendo com quem

seu praticante fosse apenas um libertino, mas sem todas as determinações sobre seu caráter que a futura definição do homossexual implicaria.

Já na Modernidade, surge a definição do homossexual e a prática está vinculada ao desvio, a uma identidade negativa. A atitude moderna de tentar tratar essas pessoas, às quais esse e outros desvios estavam incorporados, legitimou o poder, não apenas para quem podia aplicar as penas previstas aos anormais, mas a todas as pessoas, que agora tinham o dever de não se deixar adoecer, mantendo-se a distância do anormal.

Ou seja, já havia relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo antes do século XIX; “contudo, não havia homossexualidade, pois esta implica o conceito de instinto sexual e a transformação do que era considerado pecado e imoralidade a ser punida em doença funcional a ser tratada”. (Vaz, 2015:5) É importante notarmos nesse ponto que também o uso do crack é anterior à existência do “cracudo”. Como no uso de outras drogas, muitas já naturalmente fazem parte de determinadas culturas quando passam a ser identificadas como um desvio. Isso pode ser percebido na constante atualização feita pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) de sua lista de drogas proibidas.

O libertino, esse devasso, que podia ser qualquer um que infringisse alguma das regras da aliança, se o desejasse, experimentava de tudo um pouco e percorria uma ampla série de práticas sexuais sem se inquietar se eram ou não doentias – cuidava apenas de não ser pego transgredindo a lei. Inversamente, o surgimento do perverso sexual implicará a especificação e estabilização de alguns desvios, destacados do “resto” confuso formado pelo que era imoralidade em relação às leis do matrimônio. Foi no Ocidente que se “configurou a fisionomia rígida das perversões”. O perverso sexual, por ser identidade, deve se deter num desvio, sem deslizar para outros. (Foucault apud Vaz, 2015:5)

Em *Vigiar e punir*, Foucault de certa forma continua contribuindo na discussão sobre alteridade quando analisa a relação entre crime e muitas práticas ilegais que eram comuns e estavam condensadas na “vagabundagem”. Ou seja, os vagabundos eram os que roubavam e matavam, mas também faziam parte do grupo os pobres e desempregados, os operários que entravam em conflito com seus patrões. Não que o

crime fosse considerado legal, mas “a criminalidade se fundamentava numa ilegalidade mais vasta, à qual as camadas populares estavam ligadas como a condições de existência” (Foucault, 1996:77).

A prisão surge nesse contexto como forma punitiva e destaca os delinquentes do meio dessa “ilegalidade popular”. A cadeia surge como maneira de conter tudo que pudesse ser perturbador para a ordem capitalista, “impedindo certas formas de resistência por identificá-las à negatividade da doença e da monstruosidade”. (Vaz, 2015:6)

Foi com essa sensação que comecei os estudos sobre notícias de jornal e usuários de crack. Embora as folhas de coca sejam usadas já há muito tempo, embora a cocaína seja ilegal e, ainda assim, também seja usada há tanto tempo, houve um momento em que o uso do crack pouco a pouco foi se associando “à monstruosidade e à doença”, de maneira que atualmente é considerado uma espécie de praga que precisa urgentemente ser combatida.

Ao longo deste estudo recorri a vários artigos e pesquisas¹⁴, inclusive da área médica, buscando elementos no crack que justificassem seus riscos. Ainda que seja comprovada a maior possibilidade de vício por conta de ser fumado – o que torna imediato seu efeito, mas também rápida sua duração, induzindo a novos usos -, as mortes de usuários em diversos trabalhos quase sempre foram por homicídio. Então me perguntei a serviço de que estava essa diferenciação do crack em relação a outras drogas – a droga que mata, a droga que não pode ser usada nem mesmo um vez -, sem me perder dos próprios efeitos da pedra.

A pesquisadora Janirza Lima, em seu livro *Passageiros da fantasia*, aponta que a transformação do uso de drogas em um problema público data das duas últimas décadas do século XIX e está articulado de maneira íntima com o processo de intervenção médica - a medicalização da sociedade. “Nesse processo, a partir do século XIX, assiste-se à intervenção da medicina em todas as áreas: urbana, de controle do indivíduo e da população com a finalidade de torná-los mais produtivos, saudáveis, viris, robustos e inofensivos.” (Silva, 2004:6) Essa questão é retomada nas primeiras décadas do século XX pelo movimento da Psiquiatria Organicista. De lá pra cá, todo um aparato

¹⁴ Acho importante citar o livro *O tratamento do usuário de crack*, organizado por Marcelo Ribeiro e Ronaldo Laranjeira. Em muitos momentos, ele mais pareceu estar alinhado com alguns discursos simplificadores observados nos jornais, mas inclusive esse fato foi primordial para que eu refletisse tanto sobre esta pesquisa.

médico-jurídico-policial foi montado para combater a disseminação social das “drogas” (Lima, 1990: 55).

Um movimento que perdura ainda hoje, mesmo com toda a luta atual que se trava a favor da legalização das drogas. É interessante notar que, embora se expresse um avanço na discussão, ele é pontual; ou seja, ao mesmo tempo não parece haver similar boa vontade no progresso da discussão de drogas como o crack. Essa escolha da sociedade por nem mesmo encarar o debate é porta de entrada para muitos equívocos e a natural possibilidade de que apenas alguns estejam aptos a tratar do assunto, quase sempre voltados para medidas mais práticas que de novo remontam, não da mesma forma, o início do século XIX. Como poderemos refletir mais a fundo no próximo capítulo, os meios de comunicação, no caso deste trabalho o jornal impresso O Globo, são um espaço privilegiado de explicitação do poder de impor classificações sobre o uso do crack, para o qual, a partir do que foi pesquisado, quase sempre não parece haver meios-terminos.

Gilberto Velho explicita essa questão já em Nobres e Anjos, quando aponta que a classe social, o estrato ou grupo de status ao qual está inserido o usuário de drogas interfere na maneira como as substâncias serão utilizadas, mas sobretudo reprimidas. (Velho, 1998: 204) Isso é bom para pontuarmos a maneira como diferentes alteridades, com o perdão do termo, são construídas para diferentes drogas. Muitas pesquisas¹⁵ realizadas sobre o crack no Brasil e nos Estados Unidos, por exemplo, dão conta de que inicialmente a droga era utilizada principalmente entre as camadas mais pobres, embora essa seja uma afirmação questionável.

No Brasil, em especial no Rio de Janeiro, foi possível notar em muitas notícias de jornal que se esperava o uso equivocado de drogas – expresso na escolha pelo crack – por uma parcela específica da população, a mais pobre. Isso fica mais evidente quando as notícias oferecem destaque para os personagens para os quais parece haver um paradoxo no uso do crack – “ex-modelo, ex-gerente de banco...”. Ou seja, mesmo que os relatos de certas pesquisas de que um maior uso do crack é percebido entre os mais pobres possa ser questionado, essa parece ser a droga a ele destinada, por ele

¹⁵ Artigos como *Perfil do usuário e história natural do consumo e Aspectos socioculturais do consumo de crack* ilustram essa tentativa de traçar um perfil para o usuário, mas que são tentativas questionáveis na medida em que são feitas quase sempre com uma expectativa prévia sobre o resultado, muitas vezes já enviesado no próprio campo em a pesquisa é feita.

incorretamente escolhida e no meio em que mais habitualmente será procurada, o que interfere nesse parecer.

Essa diferenciação é perceptível ainda quando se observa a luta a favor da legalização das drogas. Enquanto o “maconheiro” está apto a lutar por suas causas e conduzir suas marchas, o “cracudo” parou no tempo na figura grotesca do “zumbi¹⁶”.

Mais uma vez é importante percebermos até que ponto a associação entre o crack e os mais pobres é mais uma conexão que se espera, fruto de um contexto específico, do que algo que possa ser constatado. Esta é uma outra chance de pensarmos o que mais isso nos revela, para além dos efeitos das drogas, mas como efeito de nossa própria sociedade.

Chama atenção a maneira como, nos três anos da pesquisa em jornais, poucas vezes o usuário foi convidado a falar sobre a “situação do crack”, quase sempre ocupando o lugar – que não é único – da vergonha. É como se, pouco além do papel de um jornal, raramente estivesse presente naquelas páginas a complexidade que envolve o uso de drogas, quase sempre sendo ouvidos os não consumidores, autoridades e acusadores potenciais, reservando ao usuário um espaço com ares de confessor.

Algumas pesquisas acadêmicas relevantes¹⁷, embora ainda em pequeno número, foram encontradas. Foi interessante perceber que elas sempre questionaram o discurso jurídico, medicalizante e moral sobre o assunto e privilegiaram as histórias contadas pelos próprios usuários. Se os jornais continuam admitindo ser possível a busca pela verdade dos fatos, a imparcialidade, ouvir as mais diferentes fontes, é preciso, não para condenar, mais para entender, por que os usuários foram tão pouco procurados quando o assunto principal era eles próprios. A resposta de que os efeitos do crack impossibilitam esse contato me parece insuficiente, uma vez que mesmo em contexto de uso excessivo o acompanhamento foi possível, e reveladora.

¹⁶ Cf. O Globo, 9/11/2012. “Nossa Zumbilândia”.

¹⁷ Destaco a pesquisa de doutorado de Taniele Rui (2012) - *Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack* -, que durante dois anos realizou etnografia, de 2008 até 2010, nas cidades de Campinas e de São Paulo com usuários de crack em cenas de uso abusivo. Acho importante comentar também o trabalho de Carl Hart, professor associado de psicologia e psiquiatria da Universidade de Columbia. Ele trabalha especialmente com pesquisas sobre abusos e vícios em drogas.

Reveladora em especial desse contexto de medicalização da sociedade, comentado anteriormente. Se no início do século XIX, a intervenção da medicina se fez presente no controle do indivíduo e da população, em última análise, com a finalidade de torná-los mais produtivos, por isso os mantendo saudáveis e inofensivos, me parece que esse ímpeto pelo controle é bastante presente em várias notícias de jornais.

Os textos serão analisados em mais detalhes no próximo capítulo, mas é importante discutir já aqui a maneira como o olhar lançado ao usuário de crack pertence a um limbo entre o traficante e o em situação de rua – nem tão violento, nem tão digno de pena, revelando em muitas notícias esse indivíduo como alguém que não é saudável (é desleixado), mas também não é inofensivo (porque pode agir de maneira violenta, mas sobretudo por perturbar identidades).

Na maior parte das matérias publicadas nos três anos da pesquisa o usuário de crack foi construído como o indivíduo animalizado, desleixado – inclusive perdendo a capacidade de cuidar de si e a aptidão de fazer escolhas -; quase sempre evocando piedade, medo ou nojo.

Os textos trazem detalhes de práticas, descuidos com o corpo e fotos que deixam claro que o maior estranhamento causado pelo uso do crack, que entrega a definição de sua alteridade, está na capacidade de perturbar a ordem. Ou seja, embora existam os efeitos da droga, que devem ser levados em conta, existe uma angústia nas notícias desse limite do que ninguém deve ser, do limite transposto para o lugar que não se pode ocupar.

E é por isso que é importante a discussão sobre alteridade. Se há os efeitos particulares da droga – bastante distintos para cada organismo, resultado de substâncias e misturas de origens nem sempre fáceis de determinar, de efeitos ainda discutidos e estudados -, é preciso descolar disso (“descolar” unindo) essa angústia da alteridade criada em torno da droga. O discurso raso de que o crack é uma droga que vicia desde a primeira vez que é usado e não deve ser experimentado nunca, para além de sua constatação de veracidade precisa ser algo mais do que quase um convite à utilização, porque a “criminalização de certas práticas é também uma forma de incitamento a essas práticas. É uma maneira de estimulá-las e ao mesmo tempo mantê-las sob controle.” (Serra, 1985:24).

A criminalização das drogas no Brasil e no mundo é inclusive um outro ponto de partida para aprofundarmos a discussão sobre a alteridade. É importante perceber como a criação da alteridade pode ser marcada pela criminalização. Ou melhor, toda

construção de alteridade é sempre acompanhada da criminalização, um caminho que vale a pena rever.

A primeira vez em que houve a menção formal à punição no Brasil, pelo uso e comércio de “substâncias tóxicas”, foi no documento das Ordenações Filipinas, que tiveram vigência no Brasil de 1603 até 1830. Embora fosse a primeira vez em que o assunto era tratado, a pena prevista para esse uso – sem correr o risco de cometer um anacronismo – revela um pouco do quanto o assunto já marcava um interesse de combater uma escolha a ser evitada.

Nenhuma pessoa tenha em sua caza para vender rosalgar branco, nem vermelho, nem amarello, nem solimao, nem água delle, nem escamonéa, nem ópio, salvo se for Boticario examinado¹⁸, e que tenha licença para ter Botica, e usar do Officio. E qualquer outra pessoa que tiver em sua caza algumas das ditas cousas para vender, perca toda sua fazenda, a metade para nossa Camera, e a outra para quem o accusar, e seja degredado para Africa até nossa mercê. E a mesma pena terá quem as ditas cousas trazer de fora, e as vender a pessoas, que não forem Boticarios. (Silva, 2011:1)

Em 1830, entra em vigor o Código Penal Brasileiro do Império, nele não havendo qualquer menção sobre a proibição do consumo ou comércio de entorpecentes. Até 1890 havia apenas algumas raras restrições a nível municipal, como a proibição pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro da venda e uso do pito de pango, uma espécie de cachimbo de barro usado para fumar maconha. A pena para quem desobedece essa regra era de uma multa de vinte mil réis para o vendedor e de três dias de cadeia para os “escravos e demais pessoas” que os usassem.

Em nível nacional, a proibição volta apenas no Código Penal de 1890, já sob o modelo republicano. Na parte “Dos Crimes contra a Tranquilidade Pública”, estava previsto como crime: "expor à venda, ou ministrar, substâncias venenosas sem legítima autorização e sem as formalidades prescriptas nos regulamentos sanitários". (Silva, 2011:2) A pena era de multa e essa proibição era destinada aos boticários, para prevenir

¹⁸ Desde o século XIV, físicos, cirurgiões e boticários eram examinados por dois físicos do rei para poderem exercer as suas “artes”, como eram entendidas suas profissões naquele momento.

o uso de veneno para fins criminosos. Ou seja, pouco se falava a respeito dos usuários, e parecia que o uso dessas substâncias não marcava ainda de maneira clara uma alteridade, mas estava bem composto com as práticas daquele contexto.

Esse entendimento começa a mudar com o surgimento das primeiras Convenções Internacionais sobre drogas¹⁹. Mais importante do que explicar as convenções é falar um pouco do contexto que impulsiona sua existência.

Os europeus entraram em contato com um grande número de substâncias psicoativas desde as Grandes Navegações (século XVI), e as introduziram, progressivamente, em suas sociedades com finalidades médicas ou recreativas. No século XIX, Europa e Estados Unidos passaram a conviver com grande variedade de novas drogas, com as quais tinham pouca ou nenhuma identificação cultural. Paulatinamente, da expansão europeia à revolução industrial, as substâncias psicoativas deixaram de ser ministradas segundo preceitos culturais, ritualísticos e litúrgicos, para se converterem em mercadorias, bens de consumo. O marco definitivo desse processo foram as Guerras do Ópio (1839 e 1865), pelas quais os ingleses, que declararam guerra à China em favor do "livre comércio", garantiram o monopólio internacional, consolidaram o domínio no Extremo Oriente e implementaram a prática comercial de substâncias psicoativas em larga escala. (Silva, 2011:2)

A partir desse contexto, a resposta veio como necessidade de elaboração de políticas públicas voltadas sobretudo para solucionar os prejuízos causados pela intensificação do consumo dessas substâncias, que passaram a receber atenção da saúde da mesma maneira que outras doenças. Nesse aspecto, os Estados Unidos foram os precursores na luta contra o consumo de drogas. Em nível internacional, passaram a tentar controlar o comércio de ópio para fins não medicinais. Havia, porém, motivos que sobreporiam os aspectos sanitários: “adaptar os imigrantes do século XIX ao estereótipo

¹⁹ No plano internacional, o controle das drogas psicotrópicas é feito através de tratados, acordos ou convenções celebrados pelos países membros das Nações Unidas. O consumo de substâncias é tão antigo quanto a humanidade, mas somente no início do século XX é que iniciaram as primeiras tentativas de controle do consumo e do tráfico de drogas a nível internacional.

moral da elite anglo-saxônica protestante, penalizando os desviantes” – nesse contexto vale lembrar da alteridade moderna; “e conquistar espaço de manobra e poder econômico nos mercados do oriente, então dominado pelos ingleses”. (Silva, 2011:2)

A pressão americana impulsionou a Conferência Internacional do Ópio, em 1909. Mais tarde, ocorre a Primeira Conferência Internacional do Ópio, em 1911, e dela resulta a “Convenção do Ópio”, em 1912, já com medidas de controle da comercialização de drogas como a morfina, a heroína e a cocaína, observadas dentro do sistema legal de cada país.

Nem sempre essas medidas de controle visavam apenas aspectos sanitários, muitas vezes a pressão internacional era um forma de dividir com mais países (em especial com os quais havia disputas econômicas) o prejuízo com o fim do comércio dessas drogas. A recente indústria farmacêutica obteve muitos lucros com a cocaína nesse momento.

Ainda em 1912, a partir das pressões internacionais, o Brasil aderiu à Convenção do Ópio. Foi o presidente Wenceslau Braz que, em 1915, oficializou o decreto que determinava a observância da Convenção²⁰. A partir dessa aproximação das regras da Convenção, a política criminal brasileira passou a se aproximar do que Nilo Batista chamou de “modelo sanitário”, “caracterizado pelo aproveitamento dos saberes e técnicas higienistas, com as autoridades policiais, jurídicas e sanitárias exercendo funções contínuas”. (Silva, 2011:3)

O viciado era tratado como doente, com técnicas similares às do contágio e infecção da febre amarela e varíola e não era criminalizado, mas objeto de notificações compulsórias para internação com decisão judicial informada com parecer médico. O próprio tráfico se alimentava do desvio da droga de seu fluxo autorizado, feito por boticários, práticos, funcionários da alfândega, etc. O consumo de drogas não era massivo, mas ligado a grupos exóticos, a um universo misterioso, sem significação econômica. (Silva, 2011:3)

²⁰ Decreto 11.481, de 10 de fevereiro de 1915.

Mais tarde, dois decretos de 1921 deixaram claro que venda ou prescrição de determinadas substâncias era crime comum. Esses decretos abordavam ainda a internação dos “toxicômanos”, o controle dos entorpecentes das alfândegas e farmácias, além de responsabilizarem não apenas o farmacêutico, mas particulares que participassem de alguma maneira da venda ou prescrição de determinadas substâncias. O que vamos percebendo é que, ao longo da história sempre tivemos disponíveis experiências que alteravam o modo de funcionamento de nosso sistema nervoso, mas que a criação da alteridade da droga inicia-se com a própria “percepção” de seus efeitos, na medida em que alimentam a angústia da possibilidade de não manutenção do controle da população, além de outras questões políticas e econômicas.

As convenções tornaram-se cada vez mais comuns e eram sempre recebidas pelo Brasil e internamente colocadas em prática. Destaca-se nesse momento um decreto²¹ de 1932 que passou a considerar a toxicomania como doença de notificação compulsória²² e determinou que a lista das substâncias tóxicas deveria ser revisada periodicamente. Uma evidência de que o controle precisava ser compulsivamente testado, pois sempre havia formas de burlá-lo e as novas listas, leis e convenções surgem como uma maneira de tentar dar conta desse escape de identidades que as drogas parecem evocar, bastante similar ao que seguimos fazendo agora, na já comentada constante atualização da lista de drogas proibidas da Anvisa.

O tipo do tráfico começou a acumular núcleos (vender, ministrar, dar, trocar, ceder, ou, de qualquer modo, proporcionar). A posse ilícita passou a ser criminalizada. Foram trazidos ainda vários efeitos severos penais e extrapenais: inafiançabilidade do tráfico; perda do cargo se funcionário público; exclusão e trancamento da matrícula para os estudantes; proibição da concessão do sursis e do livramento condicional; equiparação do crime tentado ao crime consumado; expulsão do estrangeiro do território nacional; reincidência era causa de duplicação da pena aplicada. Para se ter uma ideia do contexto moralista dessa

²¹ Decreto 20.930, de 11 de janeiro de 1932, alterado pelo Decreto 24.505, de 29 de junho de 1932, e revogado pelo Decreto 891, de 25 de novembro de 1938.

²² A notificação compulsória consiste na comunicação da ocorrência que deve ser feita às autoridades sanitárias por profissionais de saúde ou qualquer cidadão, visando à adoção das medidas de controle pertinentes. Há uma lista de agravos que especificam que ocorrências devem ser reportadas, entre elas a toxicomania.

legislação, o artigo 36²³ previa como agravante a procura da satisfação de prazeres sexuais nos crimes deste decreto. (Silva, 2011:4)

Uma série de especificações foram sendo criadas depois que o uso de drogas foi de fato considerado um crime. Em 1936, foi instituída a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes. Pouco depois, antes do advento do Código Penal de 1940, um decreto antecipou a punição para os atos preparatórios (plantar, cultivar, colher) e tornou mais radical a internação obrigatória, que poderia ocorrer "quando provada a necessidade de tratamento adequado ao enfermo, ou for conveniente à ordem pública".²⁴

A internação obrigatória não podia ser realizada no domicílio e podia ser aplicada por tempo indeterminado, trazendo características prisionais. Nesse ponto, é importante percebermos como é quase imediato fazermos uma relação com a internação compulsória aplicada no Rio de Janeiro, mais recentemente, a alguns usuários de crack. Em 1936, ela esteve de maneira bem clara associada à manutenção da ordem pública e ao enquadramento do indivíduo, atualmente a ideia de limpeza urbana que antes cabia no contexto parece encontrar-se velada na noção de que a droga acabou tornando os usuários incapazes de responder por si próprios, sendo necessário que os demais escolham por eles. Provavelmente por ainda persistir a ideia de que "o seu direito começa onde o do outro termina" presente na "conveniência da ordem pública" e também no controle sobre o tratamento "correto" para o usuário. Ou seja, embora tenha havido um entendimento mais claro sobre os direitos do outro ser humano – o que parece alterar o discurso de ação com o usuário - a alteridade moderna parece voltar com força em situações entendidas como limite.

O Código Penal de 1940 passou a tratar a questão das drogas como crimes contra a saúde pública. O comércio, a posse ou o uso de "Entorpecente ou Substância que determine Dependência Física ou Psíquica" eram crimes e foram equiparados tráfico e porte para uso próprio, além de descriminalizar-se o consumo, uma mudança

²³ *La legislación antidrogas latinoamericanas: sus componentes de derecho penal autoritário*. In: Fascículos de Ciencias Penais, v. 3, nº 2, Porto Alegre: 1990, Fabris, p. 18.

²⁴ Decreto 891, de 25 de novembro de 1938.

que impediu a ação não apenas dos que lucravam com as drogas, mas dos que criavam angústia na utilização delas.

Outros decretos²⁵ foram criados no Brasil até 1946. Internacionalmente, em 1948 um protocolo²⁶ foi assinado em Paris colocando certas drogas sob fiscalização internacional. Em 1953, outro protocolo²⁷ regulamentava o cultivo de papoula e o comércio de ópio.

Em 1961, surge a Convenção Única Sobre Entorpecentes de Nova York - ratificada por cerca de cem países, liderados pelos Estados Unidos -, que unifica e fortalece os tratados anteriores sobre drogas e torna as Nações Unidas responsável pela fiscalização internacional de entorpecentes. Essa convenção estabelece as medidas de controle e fiscalização e orienta o procedimento na inclusão de novas substâncias que devam ser controladas. Além disso, toca na importância da cooperação internacional entre os serviços, traz disposições penais e recomenda tratamento médico aos toxicômanos e que fossem oferecidas facilidades a sua reabilitação.

No Brasil, com o golpe militar, foi implantado o modelo bélico, ingressando o Brasil definitivamente no cenário internacional de combate às drogas. Vale ressaltar que o modelo sanitário continuou sendo usado com quem se encaixava no estereótipo da “dependência” – jovens de classe média e alta – (Batista, 2004), mas a mudança do modelo sanitário para o modelo bélico entrou para a ordem do dia, uma vez que satisfazia o contexto da Guerra Fria, que promoveu "uma aliança de setores militares e industriais para a qual a iminência da guerra era condição de desenvolvimento" (Batista, 1997:129), sendo fundamental para os Estados Unidos e a União Soviética a militarização das relações internacionais e também em nível interno. É nesse momento que a figura do inimigo interno – que perdura até hoje: antes os criminosos políticos,

²⁵ O decreto-lei 4720/42 fixou "normas para o cultivo de plantas entorpecentes e para a extração, transformação e purificação dos seus princípios ativo-terapêuticos". O Decreto-lei 8.646, de 11 de janeiro de 1946, alterou o Decreto-lei 891/98, centralizando em determinada repartição pública o poder de autorizar a "importação, e exportação de substâncias entorpecentes a drogarias, laboratórios, farmácias e estabelecimentos fabris". O Decreto nº 20.397, de 14 de janeiro de 1946, regulou o funcionamento da indústria farmacêutica no Brasil, tratando nos artigos 19 a 26 dos laboratórios que fabricassem especialidades contendo entorpecentes.

²⁶ Protocolo, assinado em Paris, em 19 de Novembro de 1948, para Limitar o Fabrico e Regular a Distribuição de estupefacientes.

²⁷ Protocolo para Regular o Cultivo de Papoula e o Comércio de Ópio, promulgado em Nova Iorque em 23 de junho de 1953.

hoje o criminoso comum – é fundamental para escoar uma produção bélica enorme, fruto de gastos bilionários com armamentos por parte dos dois blocos.

A década de 60 foi ainda o momento dos movimentos de contracultura e de protesto político; o momento do estouro da droga e da indústria farmacêutica, que contribuía com a explosão na criação de drogas sintéticas como o LSD. Como esse consumo já não estava apenas nos guetos – se é que em algum momento realmente esteve, esse torna-se um problema moral, uma espécie de luta entre o bem e o mal. Nessa dualidade era fácil associar os que vinham dos guetos com o mal, algumas vezes era o pequeno distribuidor, que incitaria o consumo, corrompendo os mais ricos, que eram “doentes/dependentes”, os que mereciam tratamento por médicos e psicólogos. Um pouco parecido com o que foi possível perceber nas notícias de jornal em relação aos usuários de crack. Assustava o uso muito mais (isso notado por meio da maneira como era evidenciado nas manchetes, títulos e partes de destaque do texto) dos que faziam parte de uma camada da sociedade que não parecia fazer sentido estar ali, os mais ricos.

Nesse momento, uma prática efetiva de intervenções diplomático-militares foi posta em exercício pelos EUA, com a justificativa de que os países marginais a ele (mais pobres) tinham responsabilidade por seu consumo interno de drogas – eram os fornecedores, de onde vinha o problema - separando a questão entre os países –vítimas e os países-agressores. (Rodrigues, 2012:3) Ou seja, de um lado estavam os produtores, como China e Bolívia, enquanto os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental sofriam, vítimas da situação. O discurso de que o contato de tantos jovens com drogas era mais um estratégia do bloco comunista para aterrorizar as bases da civilização ocidental cristã (Batista, 1997:140) também foi usado, culminando com o direcionamento de que a situação devia ser enfrentada inclusive com dispositivos militares, sedimentando o modelo bélico como central para lidar com a questão da droga.²⁸

Esse foi um importante passo dado na direção da transnacionalização do controle, com a repressão às drogas sendo universalizada. O elemento bélico e o argumento religioso-moral contribuíram com uma guerra às drogas. Os reflexos foram imediatos para muitos países, que adequaram suas políticas de segurança pública, em

²⁸ Diz o autor que o discurso da guerra às drogas deve ser entendido como uma diretriz de segurança nacional na medida em que colocou em marcha uma prática efetiva de intervenções diplomático-militares patrocinadas pelos Estados Unidos.

especial os da América Latina (Carvalho, 2007:22), que assumiram não só o discurso mas muitas das práticas dos EUA.

No Brasil, esses reflexos foram observados com a edição de dois decretos pelo presidente Castelo Branco, um²⁹ que estabelecia que qualquer pessoa que fizesse uso de substância causadora de dependência física ou psíquica – ainda que não fosse considerada entorpecente – sofreria as aplicações da legislação repressiva sobre droga, outro³⁰ que dispunha sobre a fiscalização em laboratório de produção de substâncias tóxicas e entorpecentes. Além disso, a atribuição de relacionar as substâncias foi atrelada ao diretor nacional do Serviço de Fiscalização da Medicina e Farmácia do Departamento Nacional de Saúde.

Em 1968, um outro decreto³¹ seguiu um rumo um pouco diferente da tendência internacional e dividiu psicólogos, psiquiatras e juristas ao equiparar usuários e traficantes no Brasil. De maneira semelhante ao que já havia feito o Código Penal de 1940, que equiparou o tráfico e o porte para uso próprio, esse tipo de aproximação aponta para o rompimento com o combate apenas de uma prática comercial ampliada ilícita (até porque está poderia ser regulamentada), mas explicita a maneira como a angústia da alteridade é a grande vilã que perturba identidades e parece deixar a população descontrolada; não pelo efeito das drogas, mas no sentido de estar experimentando outras identidades encaradas como inconcebíveis.

Um ano depois, um novo decreto aumentou a fiscalização sob laboratórios que produzissem ou manipulassem entorpecentes, demonstrando também preocupação com a questão da distribuição.

Em 1971, a lei 5.276 convocou a nação para a “guerra santa contra as drogas”, afirmando ser de todos o compromisso de "colaborar no combate ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica". Nessa guerra, diretores de escola passaram a ser obrigados a denunciar o uso e o tráfico ocorridos dentro da escola. Também deviam ser trancadas as matrículas de alunos flagrados com qualquer substância “maligna”. Além disso, incluíram na lei a associação de duas ou mais pessoas com essa atividade como formação de quadrilha.

Um destaque da lei foi o entendimento da inimputabilidade do usuário que "em razão do vício, não possui êste a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de

²⁹ Decreto-lei 159, de 10 de fevereiro de 1967.

³⁰ Decreto 62.391, de 12 de março de 1968.

³¹ Decreto-lei 385, de 26 de dezembro de 1968.

determinar-se de acordo com esse entendimento". Dessa maneira, o usuário estava sujeito a uma medida de recuperação, envolvendo internação para tratamento psiquiátrico, em ambiente hospitalar, pelo tempo que fosse necessário a sua recuperação.

Em Viena, ainda em 1971, foi realizada a Convenção sobre as Substâncias Psicotrópicas, que tornou mais atual a fiscalização, por conta das novas drogas que foram surgindo. Nesse documento, foi feito o controle as então novas drogas sintéticas, as anfetaminas e o LSD.

Em 1976, a lei 6.368 instaurou no Brasil "modelo inédito de controle, acompanhando as orientações político-criminais dos países centrais refletidas nos tratados e convenções internacionais" (Carvalho, 2007:139). Nesse momento, a expressão "combate" foi substituída por "prevenção / repressão". Dessa forma, os alunos não teriam mais suas matrículas trancadas. Da mesma maneira, os diretores já não eram obrigados a entregá-los.

Em 1988 foi concluída a Convenção de Viena, que tinha medidas abrangentes contra o tráfico de drogas. Em consonância com ela, no Brasil foi promulgada a Constituição Federal de 1988, onde encontramos a equiparação do tráfico de drogas aos crimes hediondos, além da inafiançabilidade e a proibição de graça ou anistia. Nela, foi autorizada ainda a extradição do brasileiro naturalizado se "comprovado envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins". Por fim, foi dada à Polícia Federal a atribuição de prevenir e reprimir o tráfico de drogas.

Essa delegação à polícia da prevenção e repressão do tráfico é singular. Uma vez que em dois momentos anteriores o usuário e o traficante ou o portador e o traficante foram aproximados, a prevenção e repressão pela polícia - que pode até ser coerente do ponto de vista estratégico de atuação nas fronteiras ou mesmo diante do poder armado dos traficantes -, teve sua atuação confundida também sob os mesmos usuários e traficantes, uma prática que precisa ser questionada.

Embora já haja mudanças nessa parte, por meio de uma atuação mais plural com os usuários, envolvendo também psicólogos e agentes de saúde, a polícia continua com vaga cativa em muitas ações, uma realidade que deve ser examinada, se não na interrupção completa dessa presença – o que pode ser uma garantia de segurança, para parte dos envolvidos -, mas na reflexão sobre novos modos de se pensar essa atuação – sendo de fato uma garantia de segurança, para todos os envolvidos. A presença da polícia junto aos usuários marca determinado tipo de tratamento repressivo que parece

já ter sido combatido faz bastante tempo, especialmente no meio médico, é necessário então atualizar essa participação.

Com o fim da guerra fria e das ditaduras latino-americanas, já não era mais possível justificar a intervenção norte-americana nacionalmente. A menos que o narcotráfico fosse identificado como a nova ameaça, o que de fato aconteceu. Foi assim que houve a ocupação da Amazônia, além de outros locais na América Latina. O discurso da segurança nacional foi deslocado para esse novo inimigo.

Em 1990, a lei 8.072, além das anteriores restrições condicionais, acrescenta a questão do tráfico de drogas a proibição da liberdade provisória, além de aumentar prazos da prisão temporária e do livramento condicional.

Mais recentemente, em 2006, foi instituído o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD -, que trouxe medidas para a prevenção do uso, a questão da atenção e reinserção social de usuários e dependentes, além de estabelecer normas para a produção e o tráfico ilícito de drogas. Essa lei definiu ainda crimes e reforçou o discurso médico jurídico, aplicando modelos de descriminalização para usuários e penas mais altas às condutas entendidas como tráfico de drogas.

Se o Poder Pastoral (Foucault, 2003a:51) parece não mais atender de modo competente esse controle da população – ninguém mais aceita a ideia de ser conduzido – o caminho percorrido na criminalização do uso e tráfico de drogas é uma força mantida, não a única³², que baliza a manutenção do sentimento de inadequação, agora muito mais por parte dos que se mantiveram “limpos”, e exatamente por isso capazes de conduzir para o bom caminho os usuários.

O poder se marca, assim, não apenas na medida da lei, tal como um definidor de identidades, que incorpora e cria no real aquilo que ninguém deve ser, agindo como modelo/padrão para aqueles que assim não querem ser, fato que justifica a separação do “desviante” da sociedade. Ao excluir/expurgar de forma assintótica o anormal do real, a norma visa produzir o perigo, o negativo a partir do qual o poder se exercia. Como os asilos que na modernidade separavam os loucos da sociedade. Porém não se tratava lá, e não se trata agora, de excluir a alteridade, mas sim de utilizá-la para construir cidades mais organizadas.

A moralidade é quem também contribui nesse reforço de dualidade quando cria a sua forma de diferença entre o bom e o ruim, que vai rebater sobre a desigualdade de

³² Baliza também essa discussão o potencial destrutivo, constante associado à droga, especialmente presente nas campanhas do Ministério da Saúde.

condições sociais criando hierarquias, sobretudo, de ordem simbólica. Não se trata, dessa maneira, de pensar numa sociedade livre nem justa como seria tratada a questão pelos marxistas, mas sim de questionar o lugar da autonomia dos indivíduos numa sociedade em que eles são limitados e homogeneizados pela cultura em que vivem. Uma das questões levantadas por mim é de que a criação da diferença entre usuários de crack e saudáveis - normais e anormais - está baseada numa diferença de funcionamento também por preconceito moral que vai gerar efeito na própria condição social, para além do efeito próprio das drogas.

1.3) Do usuário de crack ao cracudo

O conceito de droga precisa ser discutido se tentamos refletir sobre as alteridades que ele revela. Isso porque embora haja uma concordância “de que droga se refere a qualquer substância que, em contato com os corpos vivos, altera o modo de funcionamento de seu sistema nervoso”, “não se pode perder de vista que esta definição, aparentemente objetiva, é recortada por juízos de valor” (Rui, 2012:19).

Vargas mostra que os processos de medicalização – uma restrição feita por meio de critérios medicamentosos que dividem as substâncias em, alimentos, medicamentos, drogas e venenos - e de criminalização – a ilegalidade que conduz à perseguição policial, ao julgamento moral e é pauta para o debate público - fazem parte de uma restrição mais comum do vocábulo atualmente. Para o autor “problema de repressão e de incitação, a ‘droga’, (...) não existiu desde sempre, sendo invenção social recente. De fato, mais do que se apropriar da experiência do consumo de ‘drogas’, o que as sociedades contemporâneas parecem ter feito foi criar literalmente o próprio fenômeno das ‘drogas’” (Vargas, 2001:211).

A definição sobre o que seja droga, portanto, parece uma tarefa difícil de ser empreendida, inclusive porque, conforme acompanhamos nas atualizações de listas da Anvisa, esse é um recorte um pouco fluido, sempre em transformação. Essa tarefa não pode, porém, ser abandonada. Esse recorte rico sobre o que seja a droga contribui inclusive na sugestão de que ela carrega também julgamentos morais que podem chegar ao extremo do que representa o pejorativo “cracudo”.

A função deste tópico é, assim, refletir sobre como determinadas expressões entregam alteridades que marcam julgamentos mais leves ou mais perversos. E, principalmente, sem tentar fixar a perversidade dos termos, trazer um pouco do que essas escolhas revelam de nossos lugares e olhares. O intuito é desvelar esse “complexo sistema de relações, redes sociais e interações individuais, cujos significados são extremamente instigantes.” Utilizar esse termo, “a despeito de sua generalidade e imprecisão”, significa reconhecer todo o potencial que ele tem de falar muito sobre nós mesmos. (Rui, 2012:19)

Todas as palavras - em seus diferentes sentidos, em seus diferentes contextos - nos ajudam a entender melhor o mundo, a partir das direções para que apontam. Às vezes o tempo (o contexto) muda e muda também a expressividade que a palavra antes carregava. Foi assim também com este trabalho: achei milhares de localizações da

palavra “crack” de 1920 até 1980 (em torno de 15 mil), nenhuma delas servia, no entanto, para o objeto deste trabalho. Crack era o bom jogador de futebol, mas, muitas vezes, nomes de estabelecimentos, marcas. Em 1929, crack foi a quebra da bolsa, a penúria econômica do mundo; para alguns, um problema igualmente catastrófico.

No Rio, já foi nome de um famoso restaurante na Glória que vendia galletos. Hoje é difícil alguém querer sua marca associada a uma “epidemia de drogas”. Não vende, não dá credibilidade. Já há alguns anos, até o crack no futebol é evitado, foi “a pedra no meio do caminho”³³ de Jobson, do Botafogo – que o manteve dois anos fora dos campos por ter sido acusado no antidopping, e agora parece que o obrigará mesmo a uma aposentadoria forçada.

Esse processo de nomear é rico de referenciais que nos entregam não apenas o que os “objetos” são, mas que lugar eles ocupam na sociedade, se merecem a mais ou a menos um tom pejorativo ou se recebem um status de prestígio. Esse nome marca alteridades que também nos falam sobre o quanto a diferença pode ser desprezível.

Por isso fiz o esforço de manter a expressão “usuário de crack” ao falar do meu objeto, havia um lugar específico que queria marcar pra ele, refletindo sobre a palavra que melhor cabia ali. Mas é fundamental refletirmos brevemente sobre o “cracudo”, um nome bastante comum para falar das pessoas que usam o crack de modo excessivo, mas que acabou também servindo de piadas que relacionavam pessoas muito magras, mendigos, pacientes de saúde mental, gente suja que anda com um cobertor na rua, pessoas negras. O que é importante ressaltar desta pesquisa é a maneira como o “cracudo” algumas vezes incluiu valores e conceitos que passavam até mesmo desvinculados, ou mais distantes, do uso objetivo de drogas.

Longe de querer que haja uma mudança de nome (o que transforma apenas do ponto de vista da tolerância), considero relevante percebermos o preconceito existente sobre esse grupo na sociedade, que não escapa aos jornais – como observado por esta pesquisa –, mas que certamente apenas explicita um preconceito que existe também entre quem trabalha com essas pessoas e, sobretudo, entre os cidadãos e autoridades que decidem sobre essas pessoas.

Em um contexto onde os nomes são usados com mais cuidado, onde “ser diferente é normal” e há um esforço inclusive gráfico para se respeitar tod@s as pessoas em suas peculiaridades, cabe refletirmos sobre por que continua havendo espaço para o

³³ Cf. O Globo, 8/3/2012. “A luta de Jobson diante das pedras no caminho”.

“cracudo” ou quem são essas pessoas para as quais a norma não parece servir. Dessa forma, esse tópico é um esforço também em apresentar um pouco da história do crack no Brasil e no mundo e de que maneira é construída a alteridade dessa existência.

O consumo da cocaína pela via pulmonar era praticamente desconhecido na América do Sul antes dos anos 1970 (Ribeiro; Perrenoud, 2012:33). Na época, o que começou a tornar-se popular foi o hábito de fumar a pasta de folhas de coca, um uso que foi crescendo ao longo da década nos países produtores e nos Estados Unidos. (Ribeiro; Perrenoud, 2012:33)

A pasta de folha de coca, ou pasta básica (sulfato de cocaína), é obtida a partir da maceração ou pulverização das folhas de coca com solvente (álcool, benzina, parafina ou querosene. Valendo salientar que a ilegalidade torna o controle do tipo de solvente usado menos eficaz.), ácido sulfúrico e carbonato de sódio. O crack é um derivado da pasta base da coca, estabilizada com a adição de uma substância alcalina, como o bicarbonato de sódio e consumido como uma pedra fumada. Foi na década de 1980 que ele foi primeiro identificado, nas ruas dos Estados Unidos, fortemente concentrado em comunidades em situação de vulnerabilidade social (Bastos; Bertoni, 2014:16), que habitualmente viviam nas regiões centrais, como Baltimore, Maryland, MD e Los Angeles (Smart, 1991). Nesse período, os locais de maior concentração de tráfico e consumo era dividido com minorias étnicas e linguísticas, afetando proporcionalmente as comunidades negra e hispânica (Bastos; Bertoni, 2014:16). Os cristais eram fumados em cachimbos e estralavam (cracking) quando expostos ao fogo, de onde vem o nome da droga. O consumo de cocaína e de seus derivados nos Estados Unidos se alastrou de maneira a tornar esse país seu maior consumidor por décadas. O advento da aids levou alguns usuários de cocaína por via intravenosa a optarem por um consumo de administração mais segura, sem precisar abrir mão dos efeitos. Além disso, o baixo preço também atraiu novos consumidores.

A cocaína cheirada começa a fazer efeito dentro de dois a três minutos depois que é usada e seus efeitos duram de trinta a quarenta e cinco minutos. Já sua forma fumada, têm seus primeiros efeitos depois de oito a dez segundos em que é usada, podendo durar os efeitos de cinco a dez minutos. Essas informações são do documento *Usuários de Substâncias Psicoativas: abordagem, diagnóstico e tratamento* (2003), produzido pela Associação Médica Brasileira, Conselho Federal e Conselhos Estaduais de Medicina, no qual afirma-se ainda que “quanto mais rápido o início da ação, quanto

maior a sua intensidade e quanto menor a sua duração, maior será a chance de o indivíduo evoluir para situações de uso nocivo e dependência”.

Embora não haja um registro preciso do início da circulação do crack no Brasil, os primeiros artigos sobre seu consumo foram publicados em 1996, referentes a usuários da cidade de São Paulo, e relatam que a droga estaria disponível na cidade já a partir de 1991. Os apontamentos nos jornais são inclusive anteriores a essa data. Há um registro jornalístico, em São Paulo, de junho de 1990, marcado como o primeiro, pelo Departamento de Investigações sobre Narcóticos. Nesse ano, já havia pesquisas que apontavam para o consumo da cocaína em modalidades e vias diferentes, o que indica que o crack já estaria em circulação, uma vez que esses estudos só podem ser posteriores à chegada da droga. Há relatos de 1989, por exemplo, que chamam a atenção para o aparecimento da droga e a popularização de seu consumo já a partir de 1989. (Perrenoud e Ribeiro, 2012:35)

Em 1996, alguns estudos³⁴ já documentam o uso do crack como explicação para o “isolamento social, negligência quanto aos cuidados corporais e rompimento de vínculos familiares e afetivos”, problemas psicológicos e neurológicos. Além disso, foi associado a problemas sociais e de saúde, mas sobretudo a atividades ilegais, como roubos e furtos, para financiar o hábito e obter a droga. Embora esses estudos sejam relevantes, porém, é importante destacar que quase sempre foram feitos com pessoas em tratamento, às vezes amostras de conveniência, em que certas vezes o pesquisador simplesmente se utiliza dos elementos mais disponíveis da população, por isso acabam sendo interpretadas sem que sejam relativizadas para outros contextos. O importante é notarmos que esses resultados não passam despercebidos. Pelo contrário, quase sempre são considerados fontes seguras (e são, mas apenas se tomadas as devidas proporções) por alguns jornais e procurados como chamariz para compor manchetes e alavancar vendas. Especialmente num contexto internacional de forte combate a essa droga. Ou seja, tudo isso – a maneira combativa como a imagem do crack já nos chega ao Brasil, associado ao modo como nossos jornais também a vendem, inclusive com o respaldo das pesquisas – vai compondo o tecido que constrói nossas impressões sobre o crack e seus usuários. Apesar disso, os mais distintos contextos precisam ser levados em conta, e também pulverizados, quando vamos discutir o assunto, ou estaremos sempre a

³⁴ Dados do artigo de Luciane Ogata Perrenoud e Marcelo Ribeiro, de 2012, sobre *Histórico do consumo de crack no Brasil e no mundo*. Essa informação também é encontrada na *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack*, de 2014, realizada Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), da Fiocruz.

serviço de uma agenda midiática ainda muito restrita e repetitiva, por isso insuficiente. Como muitas pesquisas que partem para campo já com os resultados, é complexo se pensar num tipo de jornalismo que baseia suas vendas na constante necessidade de afirmar que traz a verdade dos fatos, mesmo quando fala de um presente em construção constante. Mais do que criar a figura de um Zumbi, simplificando a questão – e muito mais do que isso -, seria relevante se os mesmos jornais que se interessam por apontar um possível padrão sobre os usuários entendessem e pulverizassem também a necessidade de estudos específicos, que associassem danos e riscos ao uso, de maneira profunda, e exigissem melhor qualidade de vida para os indivíduos que fazem esse uso, associando essas pessoas aos serviços de saúde e assistência social e cobrando a formulação de políticas públicas específicas, respeitando as peculiaridades de cada um e contribuindo ao pressionar o poder público, e não apenas capacitando as pessoas a identificarem as peculiaridades de um novo inimigo exótico.

Há evidências que apontam para o aparecimento do crack no Brasil primeiro em alguns bairros da zona leste de São Paulo (São Mateus, Cidade Tiradentes e Itaim Paulista) para, em seguida, alcançarem a Estação da Luz. Esse local ficou conhecido como “Cracolândia”, embora mais tarde muitos outros lugares nos centros urbanos onde houve uma quantidade expressiva de usuários de crack também tenham recebido esse nome. A própria repressão policial e a exclusão social fizeram com que as “cracolândias” tomassem corpo e fossem migrando para outros espaços da cidade. (Perrenoud e Ribeiro, 2012:34) Aliás, uma das marcas desses locais é exatamente essa migração constante e refém das repressões do estado – não só refém, mas também resposta a essas repressões -, evidenciando a ineficácia de muitas das políticas aplicadas e, sobretudo, a escolha por uma ação superficial de tirar o mal de nossas vistas.

Alguns estudos (ibidem:35) em diferentes capitais brasileiras apontaram a mortalidade que atingia um grande número dos usuários. O interessante é perceber, porém, que eles chegaram a mesma conclusão: os homicídios eram a causa mais frequente dessas mortes, apontando uma relação estreita entre as mortes e o tráfico de drogas – seja pelas dívidas que os usuários adquirem com traficantes e não conseguem pagar, seja quando os usuários chamam a atenção da polícia para os locais de uso, atrapalhando o trabalho do tráfico. Ou seja, as mortes quase sempre estão relacionadas aos riscos apresentados pelo sistema ilícito de venda de drogas. Uma relação pouco observada nas campanhas realizadas pelo Estado, que acabam se restringindo ao efeito, o que precisa ser visto com cautela, da droga – tida como causadora principal das

mortes - e, a partir daí, responsabilizando bastante o usuário pela escolha que faz ao experimentar o crack. A discussão pautada na existência do tráfico fica restrita ainda a drogas como a maconha, embora certamente afete todas as outras.

Alguns autores (Ribeiro, Nappo e Sanchez, 2012:54) sugerem que, se considerada a população da cidade de São Paulo, a taxa de mortalidade dos usuários de crack seria em torno de sete vezes maior do que a da população em geral, um dado que deveria apontar para uma discussão mais ampla sobre a legalização das drogas, tamanho o impacto percebido a partir das relações de ilegalidade. Estudos mais recentes (*Id. Ibid*) inclusive corroboram com essa afirmativa de que grande parte das mortes está associada a homicídios quando abordaram a existência de usuários a longo tempo, alguns (*Id. Ibid*) demonstram o uso por décadas, entregando uma possível adaptação à cultura do uso, bastante contraditória com o que vemos em muitas campanhas do Ministério da Saúde, que orientam as pessoas a nunca usarem o crack, nem mesmo uma vez, e mesmo às notícias de jornal, ambas muito alarmantes e igualmente rasas na discussão, concentrando a responsabilidade das mortes dos usuários na droga.

Essa discussão localizada em diferentes eixos – no tráfico, no caso da maconha; na própria droga, no caso do crack – é relevante para percebermos o estágio em que anda essa pauta na sociedade e também entregam a maneira como o poder público as trata e os contextos dos quais são parte. A postura de colocar todo o mal na pedra do crack apenas faz com que a discussão sobre o tráfico de drogas passe mais distante. Fica parecendo que toda tragédia que observamos no jornal dos que fazem uso abusivo é apenas resultado dos efeitos da droga. E fica fácil, assim, pensar que a única maneira de resolver o problema é a responsabilização do usuário, decidindo nunca experimentar o crack. A discussão sobre a maconha já é feita evocando mais atores e a pauta principal dela está no enfrentamento do tráfico. Certamente não pretendo abrir mão dos efeitos peculiares de cada droga, mas não posso priorizá-lo, pois acredito que já haja muitas vozes atuando nesse sentido e acredito que também não posso abrir mão de levantar essas outras questões que coloco aqui; para mim, essa é a condição para que não se repitam as mesmas reduções que acabam vindo de olhares objetivos demais, que também são valiosos, mas precisam resistir a contextos mais plurais, e todos são. Nas palavras de Taniele Rui - que não abriu mão dos efeitos reais do crack, mas decidiu que era preciso problematizá-los e não imediatamente rejeitar crack e usuários -, era necessário que “bombardeados pelos relatos de perda da autonomia individual e da sujeição total dos usuários aos tantos ‘poderes’ do crack, (não) deixa(sse)mos

(acréscimo meu) de pensar sobre o que esses usos geram em termos de produção de corpos e de valoração moral”.

No início dos anos 2000, esperou-se que no Brasil se repetisse a redução do consumo de crack que houve nos Estados Unidos, onde se investe mais em pesquisa e em políticas públicas; no entanto, o que ocorreu foi o contrário. Inclusive as pesquisas começaram a trazer mais informações que indicavam novos usos da droga – não apenas para entretenimento, mas associados ao dia a dia das pessoas, como para lidar com frustrações e problemas familiares -, assim como já apontavam seu uso em todas as classes sociais (Perrenoud e Ribeiro, 2012:34) e de maneira adaptada à cultura do uso.

Embora as políticas públicas para o crack sejam tratadas no terceiro capítulo, é importante entrar nesse histórico também que são recentes as medidas tomadas pelo governo para resolver o problema – como trataremos no terceiro capítulo -, mesmo que a demanda por tratamento tenha sido a que mais cresceu nos últimos anos. (Perrenoud e Ribeiro, 2012:36) O Brasil é o maior mercado na América do Sul em números absolutos, havendo mais de 900 mil usuários de cocaína no país. (Ibidem) No entanto, ainda não foi posta em prática uma política de prevenção menos desesperadora e, por isso, mais adequada a pessoas que já parecem destituídas de muitos direitos ou, quando pensamos os jovens, um público que ainda não lida com a morte como algo próximo.

Nesse contexto, todos os modelos de atendimento que privilegiaram uma abordagem em detrimento da outra se mostraram ineficazes (Ibidem:37), então isso precisa servir para que haja uma diversificação das opções de atendimento, com mais serviços intermediários entre o ambulatório e a internação, assim como uma integração mais forte da rede existente, entrosando a rede pública e os grupos de autoajuda e as comunidades terapêuticas, muitas delas ligadas inclusive à religião – sem deixar de lado o próprio usuário, fundamental na construção ativa desse processo. Ou seja, é fundamental que sejam disponibilizadas mais abordagens para que cada indivíduo sinta que suas peculiaridades podem ser atendidas, se assim desejar. Sem mencionar os graves problemas sociais para os quais não se menciona solução, mas também relacionam-se intimamente com o uso de drogas: eles também precisam ser levados em conta.

Desde as primeiras descrições a respeito da cultura de uso de crack no Brasil nota-se a insistência por apontar um perfil predominante de usuário, um perfil inclusive que alguns pesquisadores afirmam perdurar nas descrições atuais. (Ribeiro e Nappo e Sanchez, 2012:51) Embora essas pesquisas sejam relevantes para entendermos um

pouco mais das diversas experiências em que está envolvido o usuário de crack, elas não foram utilizadas aqui com o mesmo caráter que são apresentados seus resultados, porque podem produzir analogias e generalizações que não são verdadeiras em todos os contextos e muito mais contribuem para uma leitura preconceituosa.

Contudo, é necessário trazer algumas informações sobre o crack que ajudam a ver melhor este trabalho. Uma delas é de que as pedras têm sido com frequência substituídas por novas apresentações, como o farelo de crack e o oxi, formas mais baratas e adulteráveis do crack, repetindo a experiência internacional de adulteração da cocaína. Além disso, a mistura de pequenos fragmentos de crack em cigarros de tabaco e maconha também tem sido frequentemente relatada como forma de uso. Em São Paulo, são os denominados “pitolho” e “mesclado”, considerados formas mais leves de uso, mas que também causam dependência. (Ribeiro e Nappo e Sanchez, 2012:51) É importante considerar ainda que é muito complexo tomar o uso de crack de maneira isolada, uma vez que na maior parte do tempo os usuários utilizam mais de uma substância, como maconha, cocaína, bebidas alcoólicas e, acima de tudo, cigarros (Rui, 2012:42) – um apontamento que, uma vez mais, nos obriga a relativizar a maneira como o crack vem sendo apontado como uma droga pior do que as outras ou de efeitos claramente determináveis.

Em relação aos ritos de uso, algumas observações são importantes. O fator de decisão para o local utilizado é a condição financeira do usuário (Ribeiro e Duailibi e Perrenoud e Sola, 2012:44), mas - diferente da leitura percebida em muitas notícias de que essas pessoas não têm qualquer cuidado sob suas vidas - esse local é sempre escolhido como uma estratégia de proteção. Dessa forma, a prioridade é por locais fechados – casas e pequenos hotéis. A proximidade com os pontos de venda e a permissividade ao uso também facilitam o consumo em certas áreas. Com a utilização em ambientes fechados, o usuário tenta evitar a violência dos meios coletivos e o estigma relacionado ao uso. Grande parte dos usuários opta ainda pelo uso da droga em grupo, o que pode favorecer o compartilhamento de equipamentos e o maior consumo de droga. Inclusive esta pesquisa nasce da reunião de um grupo apontado como de usuários de crack na Avenida Brasil, na altura do viaduto Engenheiro Edno Machado, em Ramos, o que nos leva a refletir sobre as cracolândias. As cracolândias surgem nesse cenário como locais em que os usuários conseguem estabelecer diversas relações, inclusive para o uso de drogas, mantendo-se mais distantes dos estigmas que

naturalmente receberiam fora dali. Alguns usuários não saem desses locais exatamente por terem vergonha (Rui, 2012:254).

Assim que foi notada a aparição do crack, ele surgiu como uma droga considerada de uso restrito à população socialmente marginalizada (Ribeiro, M. et al, 2012: 51). Seria uma droga de guetos, ou seja, de populações minoritárias e separadas do resto da sociedade no sentido da pobreza, do desemprego e, em alguns casos, da ausência de vínculos familiares. Alguns pesquisadores afirmam inclusive que essa incidência ainda permanece (ibidem: 52), apesar de o crack estar presente hoje em todo o mundo, como uma relevante questão de saúde pública em diversas nações.

Embora seu uso tenha se alastrado de forma não mais limitada aos guetos, tampouco à população marginalizada – pesquisas chamam a atenção para a presença do uso da droga em todas as classes socioeconômicas (ibidem: 52) -, é importante notarmos que um estigma foi criado em relação a uma droga específica e a um usuário específico. É comum, por exemplo, o uso concomitante de outras substâncias psicoativas (poliuso) (Ribeiro, M. et al, 2012: 43) pelo “cracudo”, mas não é isso que marcam grande parte das notícias de jornal. Pelo contrário, a alteridade dessa droga vai sendo construída a partir de um endereço específico (as cracolândias, áreas “esquecidas” da cidade) e de pessoas específicas (moradores de rua, os mais pobres). Quando esse uso chega a outros lugares e a outras pessoas, o jornal muitas vezes fortalece a potência da droga, mostrando o quanto é absurdo uma ex-modelo ou uma ex-gerente ³⁵tornarem-se reféns dessas substâncias.

Não é possível apontar, mesmo a partir de estudos realizados sobre o assunto, um motivo único que explique o uso de drogas pelas pessoas, não podemos abandonar determinados estigmas associados à alteridade do crack. Porque eles não são abandonados pelos jornais, pela sociedade e, especialmente, na decisão sobre políticas públicas para esse grupo. Inclusive umas das minhas questões para este trabalho é de que a construção da crença de que existe um grupo específico para o qual o crack “foi feito” não pode ser deixada de lado ao pensarmos em algumas políticas implementadas, como a de recolhimento (culminando no “acolhimento compulsório”).

Não é possível deixar de lado ainda que, ao considerarmos o uso do crack por longos períodos contínuos (também chamado de episódios de binge), muitas vezes o usuário se esgota física e psiquicamente, abstendo-se do que é considerado como

³⁵ Cf. Folha de S. Paulo, 26/6/2009. “Nas ruas do centro de São Paulo, tragada custa R\$1”.

cuidados básicos à saúde: alimento, sono e procedimentos de higiene pessoal. Além disso, com o compartilhamento dos acessórios para o uso da droga, o usuário pode ficar predisposto a situações como contaminações por tuberculose ou hepatite – além de outras complicações. Esse tipo de ligação abusiva com a droga, que não é a única, é uma das poucas a ser usada para ilustrar nos jornais a situação dos usuários de crack. E exatamente por se tratar de uma relação radical, ela perturba os limites do comportamento determinado como “normal”, impedindo inclusive que as outras pessoas percebam muitas outras relações que há no meio desse aparente caos, relações também de cuidado para a manutenção da vida, ainda que esse cuidado seja por demais plástico para quem vê de fora (muitas vezes, quem vê de fora não olha), sobretudo quando acrescentamos o envolvimento com atividades ilícitas e a ruptura de vínculos sociais (como se na cracolândia e na rua novos vínculos não pudessem ser estabelecidos; e mais, como se esses novos vínculos não fossem reconhecidos).

A discussão sobre o histórico do crack, no Brasil e no mundo, só pode apontar, assim, para um contexto que funciona como uma roda-viva, com muitas variáveis interligadas, um rol de adversidades que precisam ser levados em conta a quem interessar se debruçar sob a questão. Esse histórico nos ajuda a entender ainda mais como surge a figura do cracudo.

E mais, para Paseti, “pensar a ‘descriminalização’ das drogas é interceptar pela lei um uso milenar que atende a exigências culturais diversas” (Paseti, 1991:41), por isso o autor considera fundamental recuperar a história. Também por isso foi feito esse esforço de recuperar a maneira como ao longo do tempo medidas foram sendo tomadas em relação às drogas, marcando alteridades e, sobretudo, evidenciando, ou ao menos apontando caminhos, para as diversas exigências culturais de nosso tempo, que sempre caminham no sentido contrário também, e agora parecem clamar, às vezes exigir, por uma intercepção pela lei.

Segundo Deleuze e Guatarri (Deleuze e Guatarri, 1997:76), todas as drogas “concernem primeiro às velocidades e às modificações de velocidade”. Sendo assim, a mudança de percepção é o que marca a natureza dessas práticas, independente de distinções secundárias e outros efeitos sobre o organismos que elas possam ter. O que será que marca então uma alteridade específica para o crack, corroborando com o que disse Gilberto Velho sobre o tipo de “tóxico” utilizado ser mais um dos marcadores de “fronteiras bastante distintas”? (Velho, 1998:15) É preciso que essa diferenciação seja entendida a partir de contextos mais abertos.

Foi esse o entendimento alcançado com a pesquisa prática que vem agora na segunda parte do trabalho. A percepção de uma possível alteridade para o crack conduziu, assim, a um mergulho em três anos bastante relevantes para essa questão de resolver o “problema da droga” no Rio de Janeiro. Mais do que buscar uma resposta para essa inquietação, o caminho ficou aberto para falar de variados contextos, que algumas vezes conduzem aos mesmos caminhos e nos entregam interessantes reflexões.

Mais uma vez, foi importante voltar ao trabalho de Gilberto Velho para entender como se debatia ali uma questão de identidade, que por isso precisava ser discutida a partir de contextos mais amplos, que também abordassem hierarquia e distinção. Para ele, o “tóxico” é entendido apenas contextualmente, mas é sempre sinal de diferenciação, “mais um elemento que contribuirá para o estabelecimento de hierarquias internas a uma classe, categoria ou estrato” (Velho, 1998: 205)

É desses distintos contextos, mas sobretudo dessa diferenciação que falaremos no próximo capítulo, uma vez que a discussão sobre a alteridade no contexto do uso do crack já está mais embasada. “Em suma, trata-se de investigar como determinados marcadores sociais operam na prática do consumo de ‘drogas’” (Rui, 2007: 5).

2) Capítulo 2: Notícias de uma ausência particular - entre o dano e a inconveniência

Talvez não exista pior privação, pior carência, que a dos perdedores na luta simbólica por reconhecimento, por acesso a uma existência socialmente reconhecida, em suma, por humanidade.

Pierre Bourdieu, *Meditações pascalinas*

Para iniciar este capítulo, julguei necessário retomar um pouco, mais uma vez, o surgimento deste trabalho. De maneira mais breve agora, mas percebendo que, embora eu estructure esse capítulo como o “segundo”, foi nele que pensei “primeiro”, foram as notícias de jornal que me angustiaram e me fizeram caminhar.

Por ser moradora de uma cidade da Baixada Fluminense caracterizada como “dormitório”, passei, e passo, boa parte da vida dentro de ônibus que me atravessam do lugar em que as coisas “dormem” para o lugar em que as coisas acontecem. Duque de Caxias representa, assim, a possibilidade de ter um custo de vida mais barato (nem sempre uma escolha) sem estar totalmente distante dos espaços em que há cinemas com filmes mais variados, teatros e museus em maior número, grandes universidades, empresas mais reconhecidas, belas praias, enfim, é a oportunidade de estar um pouco mais próximo dos lugares em que “tudo acontece”.

O custo de vida um pouco mais barato, porém, impõe um trajeto não tão curto assim. Durante os quatro anos em que estive na faculdade (do segundo semestre de 2006 até o final de 2010), precisei atravessar, às vezes cinco dias da semana, a Avenida Brasil ou a Linha Vermelha para acessar o centro da cidade do Rio de Janeiro e a Zona Sul. Depois de formada, continuei, pelo menos semanalmente, este trajeto. Houve um período em especial, do ano de 2012, em que trabalhei próximo à passarela oito da Avenida Brasil, fazendo, daquela pista, um lugar privilegiado de observação; dos ônibus em que estive, um lugar privilegiado de trocas, ou apenas captação, de comentários.

Quanto mais escrevia este texto, ficava claro que esta pesquisa surge dessa travessia.

Foi a partir da utilização do vão do viaduto Engenheiro Edno Machado por um grupo classificado como de usuários de crack, em Ramos, às margens da Avenida Brasil, que pude observar uma luta, travada à base de muito material de construção civil, entre o poder público (às vezes a polícia, às vezes assistentes sociais, às vezes secretaria de obras) e as pessoas que ali estavam. Cimento, pedras pontiagudas, muros e muito entulho foram algumas das tentativas de remodelagem do local que pudessem resolver o “problema”. Mas “o problema” resistiu, exigiu ações ainda mais incisivas da polícia e da assistência social, provocou “acolhimentos compulsórios” (uma contradição já em termos) e ganhou os jornais.

Ao ler alguns jornais, como mencionei no início da pesquisa, ainda sem qualquer compromisso com a organização de um material, a narrativa transmitia a mim a sensação de que existia um grupo de estranhos que atrapalhava a ordem e, contra todo o discurso do politicamente correto, tornava-se um problema a ser resolvido. Parecia ainda que, quanto mais o grupo pudesse ser responsabilizado por seus atos, mais fácil seria levantar contra ele ações pouco aceitáveis num contexto pós-moderno em que todo mundo tem (será?), não só o direito; mas o dever de ser feliz.

Nesse período, uma matéria em especial fez com que a pesquisa começasse a ser mentalmente construída. Em julho de 2012, o jornal O Globo informou: “Viaduto em Ramos vira endereço do crack”. Foi a partir de uma reflexão sobre essa matéria – momentos que o engarrafamento do trajeto pode proporcionar – que comecei os rascunhos de um projeto que envolvesse a velha “criação e anulação dos estranhos” (Bauman, 1997), a partir da investigação de notícias de jornal de uma mídia que contribuiria para a identificação e manutenção da classificação desse grupo. Ideia que desenvolvo de maneira mais detalhada neste capítulo; mas, agora, contando com muito do que vi nas páginas de jornal.

Ao ler a matéria, experimentei a ideia de que toda sociedade “ao mesmo tempo que traça suas fronteiras e desenha seus mapas cognitivos, estéticos e morais, ela não pode senão gerar pessoas que encobrem limites julgados fundamentais para a sua vida ordeira e significativa, sendo assim acusadas de causar a experiência do mal-estar como a mais dolorosa e menos tolerável” (Bauman, 1997).

Quatro aspectos me chamavam a atenção na leitura da matéria. O primeiro foi a escolha do título, que usava a expressão “endereço do crack”, localizando espacialmente no nosso território o lugar da droga, do problema, daquele estranho que não se encaixa. Dentro da matéria, um dos pontos de referência do local era imediatamente associado a

uma favela, “em Ramos, embaixo do viaduto Engenheiro Edno Machado, próximo à favela Parque União”. Uma vez que o viaduto fica numa das vias mais importantes da cidade do Rio de Janeiro, soava quase que como uma forma de justificar por que aquelas pessoas estariam ali. Mais para frente, será enfoque da discussão o sentimento que se cria com as notícias uma vez que o crack não está sempre nas favelas, mas nos espaços urbanos comuns.

Logo em seguida, o subtítulo “Polícia evita passar perto do reduto dos usuários” ressaltava a polícia como a representação de um Estado ineficaz ao lidar com a questão da segurança pública, além de fortalecê-lo quase que como o único responsável pelo problema. O texto seguia relatando:

Na madrugada de quarta-feira, uma equipe do O Globo foi ao local e flagrou uma patrulha do Batalhão de Patrulhamento de Vias Especiais da Polícia Militar, que cobre a Avenida Brasil, trafegando pela pista lateral da via. Para não passar pelo ponto de consumo da droga, os policiais pegaram a pista central da avenida pela agulha antes do viaduto e retornaram para a pista lateral pela agulha seguinte, após o viaduto.

Inserida nas sociedades contemporâneas de controle, o grupo que ocupa o viaduto da Avenida Brasil representa um conceito de risco que deveria ser evitado, mas não é por conta de um “responsável” que não cumpre seu papel — somos diariamente bombardeados por notícias que revelam incidentes com os quais os leitores intimamente se identificam, criando a sensação de que tudo o que é veiculado poderia ter acontecido com eles. Essa identificação quase sempre é o que reforça a cobrança por mais “eficácia” do Estado na solução do problema.

Há ainda um terceiro aspecto, a divisão da responsabilidade do problema com o próprio usuário – dentre tantos vícios possíveis ele elegeu a pior das drogas. Esse ponto é acentuado pelo jornal, ganhando, inclusive, um tom pejorativo na notícia: "Durante o dia, moradores de rua e viciados consomem a droga de maneira mais contida sob o viaduto. Mas, quando cai a noite, o pudor é deixado de lado e grupos de usuários se reúnem. Sem serem importunados, fumam crack livremente". A condição de um grupo específico — o dos “estranhos” — é hoje, muitas vezes, especialmente na abordagem dos jornais, resultado direto do seu próprio desleixo.

Por fim, ganha destaque a manobra pública (mais cimento) para resolver a situação, associada, outra vez, à opção do grupo pelo vício: "Na base do viaduto, que

era de terra e grama, foram instaladas pedras pontiagudas de concreto para impedir que pessoas sentem ou deitem no chão. Contudo, os frequentadores do local cobrem a área com tapumes (...) Alguns, de tão entorpecidos, chegam a deitar em cima das pedras.”

Há uma dupla existência aí, a do estranho e a do “nós”. A sensação que fica é de que, diante dessa divisão, o Estado deverá defender alguns — aqueles que exigem a segurança pública —, ao mesmo tempo em que culpará os estranhos, distanciando-se de qualquer responsabilidade sob sua existência. A “população de bem” culpará o Estado, mas entendendo que a escolha do uso da droga é do usuário. A este último, por fim, será dado o direito privado ao dano.

Muitas vezes durante o trajeto anotei comentários dos outros passageiros. Ouvi falas compassivas com “a mãe desses meninos” e outras mais espantadas com a forma como cresciam em número, “parecendo se reproduzir como ratos”. As pessoas que ocupavam aquele viaduto e seu entorno, no mínimo, perturbavam a ordem.

Os estranhos tipicamente modernos foram o refugo do zelo de organização do estado. Foi à visão da ordem que os estranhos modernos não se ajustaram. Quando se traçam linhas divisórias e se separa o assim dividido, tudo o que borra as linhas e atravessa as divisões solapa esse trabalho e destroça-lhe os produtos. A sob - e sobredeterminação semântica dos estranhos corrompeu divisões nítidas e arruinou balizas. Simplesmente por estar nas proximidades, eles se intrometeram no trabalho que o estado jurou realizar e desmancharam seus esforços por realizá-lo. Os estranhos exalaram incerteza onde a certeza e a clareza deveriam ter imperado. Na ordem harmoniosa e racional prestes a ser constituída não havia nenhum espaço - para os “nem uma coisa, nem outra”, para os que se sentam escarranchados, para os cognitivamente ambivalentes. Constituir a ordem foi uma guerra de atrito empreendida contra os estranhos e o diferente (Bauman, 1997).

E se a única ação do Estado em relação a esses novos estranhos é a política de recolhimento, é essencial que nos perguntemos sobre onde e como são esses novos campos de concentração e sob que contexto são agenciados. É tempo de olharmos com mais cautela as exigências que a própria sociedade brasileira tem feito ao Estado, não apenas na defesa de direitos, mas na possibilidade de pensarmos sobre nós mesmos, tendo como pano de fundo a comunicação.

Este capítulo tenciona, dessa forma, investigar o lugar do preconceito, e dos discursos dominantes diante da multiplicidade de vozes que surge hoje na sociedade,

agora com ajuda mais direta dos textos de jornal. Percebo que é fundamental analisar as representações midiáticas, porque permitem observar de que forma os artefatos culturais operam manipulando a aceitação das estruturas de poder e de sistemas de significação.

E, mesmo antes de começar o trabalho, a impressão foi de que o usuário de crack não passa despercebido por ninguém. O “cracudo” causa nojo, piedade, incômodo, enfim, um desconforto insuportável. Sua desumanização está presente na fala das pessoas e até nos jornais, que já o estamparam com o título de zumbi.

Por mais que cause medo pelo “potencial ladrão” que é, o desvio do usuário de crack não parece ser exatamente igual ao do traficante. O torturador das favelas tem algo de inescrupuloso, sua eliminação ilegal rapidamente pode ser justificada de acordo com o crime que tenha cometido, ou mesmo com o perigo que represente. Já o “cracudo” se aproxima um pouco do que está em situação de rua. Ele não está necessariamente no espaço da favela, o que já o afasta de determinados valores, é um elemento que sobra no espaço urbano, torna mais feio o lugar com seus excessos, sujeira, comportamentos.

Perturba ainda mais exatamente por não sabermos o que fazer com ele, mas sobretudo por não podermos fazer nada com ele numa sociedade que defende tanto a liberdade individual (o único crime que podemos atribuir a ele quase sempre é o de não zelar por si). Numa sociedade que globaliza o consumo e a transformação das pessoas em produtos, ele resiste.

Resiste diante da impossibilidade de falar por si. Com interesses mercadológicos, os jornais quase sempre reservam dois lugares únicos de fala para o usuário de crack: ele é ouvido quando está sob o efeito da droga (quanto mais espetacular for sua existência, mais lucrativo) ou ainda quando “já superou o mal do crack”. Enquanto os discursos não partirem, nas mais diferentes tentativas, dos usuários, os jornais parecerão muito se importar com um problema com o qual não querem de fato se meter.

Enquanto não for possível um diálogo com os usuários, os meios de comunicação continuarão prestando um desserviço ao apresentar um texto infantil que abomina pessoas e uma droga, mas não contribuirão em nada no enfrentamento das pessoas que se encontram em cenário de uso abusivo de crack, mas que, quase sempre, não têm nessa droga o seu maior problema.

Isso foi um pouco do que senti enquanto o tema foi tomando meu olhar e minha vida. Isso foi um pouco do que vi, de maneira solta, mais livre. Agora, quero falar um pouco do que eu encontrei, sem tirar o valor do que vi antes.

2.1) A pesquisa

Para isso, a pesquisa precisava adquirir critérios mais cuidadosos. Então, para realizar o trabalho, contei com o acervo do jornal O Globo, que recentemente digitalizou todo o seu conteúdo desde 1925, quando o jornal foi criado, e o disponibiliza por uma assinatura de preço mais baixo do que a do jornal impresso.

Através de amostragem aleatória simples - aquela em que toda amostra possível de mesmo tamanho tem a mesma chance de ser selecionada a partir da população -, sorteiei quinze páginas dos anos de 2010, 2011 e 2012 (dentro das 1.194 que tinham alguma menção ao crack durante os três anos) – quinze para cada ano -, respeitando duas páginas distintas para cada dia da semana.

A escolha da amostragem aleatória se justifica pela crença de que eu não devia buscar apenas os momentos em que o jornal pulverizou notícias sobre o assunto, especialmente nas diferentes ações de expulsão dessas pessoas da Avenida Brasil. Mas buscar períodos distintos, nos quais pudesse haver também um olhar dos jornalistas menos urgente sobre a notícia, mais factual, e, assim, perceber o que havia também nos dias em que não se pensava apenas na cobertura sobre o “problema do crack”. Isso tudo, sem tirar a possibilidade de sortear matérias que coincidisse com um desses momentos de maior aparição do assunto na mídia. Da mesma maneira, a decisão por cobrir todos os dias da semana (duas páginas por dia) segue o raciocínio de uma abordagem plural que privilegie diferentes editoriais.

A escolha por esses anos faz parte de uma tentativa de privilegiar os anos em que o Estado estaria mais atento a questões estruturais da cidade. Também se relaciona bastante com questões formuladas antes de o trabalho ser concretizado, investigações por onde desejava caminhar que davam conta de uma impressão de que havia uma limpeza urbana em curso, muito por conta dos grandes eventos que se aproximavam. Nos anos em que pesquisei, lembro da proximidade ou mesmo acontecimento de eleições municipais e federais, da Copa das Confederações no Brasil, das Olimpíadas e da Copa do Mundo, da Jornada Mundial da Juventude, dos Jogos Olímpicos de Verão. Grandes ações do Estado também me davam pista sobre por onde seguir, como o início do programa Crack, é possível vencer, várias implantações da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP's) em diferentes comunidades na cidade, o pioneirismo das internações compulsórias e até mesmo situações que davam conta de proibição do uso do crack pelo próprio tráfico de drogas.

Escolhi manter aqui a apresentação invertida, e não cronológica, dos anos que pesquisei. Isso porque consigo falar de modo mais próximo do ano que é mais recente e considero que isso muda a relação que tenho com o trabalho. Embora eu desconfie da cronologia de tudo, quis manter a distinção das matérias por ano, na expectativa de que isso me apontasse alguma regularidade anual.

No ano de 2012, especialmente entre os meses do segundo semestre, houve um grande número de notícias envolvendo o crack e os apontados como usuários. Mais uma vez, o viaduto da Avenida Brasil e outros pontos dessa pista estiveram nos jornais nas diversas tentativas de “acolhimento” do poder público. Algumas vezes em relatos trágicos, como quando as pessoas corriam dos acolhedores e atravessavam a pista.

Importante ainda dizer que algumas matérias sorteadas foram retiradas porque, apesar de terem a palavra “crack” em seu texto, não apresentavam abordagem que pudesse ser relevante (em conteúdo mesmo) para a pesquisa. Houve textos como o da carta de um leitor que dizia que o teste do bafômetro deveria detectar também drogas como cocaína, maconha e “crack”, mas que falava apenas sobre a Lei Seca ou ainda o caso de uma coluna de cinema que mencionava um filme onde era abordada a venda de crack em outro país. Esse tipo de conteúdo, quando sorteado, foi retirado para que pudesse haver uma análise mais direcionada para os textos em que a figura do usuário de crack ou da droga fosse comentada de modo mais denso.

Sendo assim, foram sorteadas 15 páginas de jornal do ano de 2012. Nas matérias, me ative às diferentes abordagens que pudessem ser apreendidas. Inicialmente pensei de modo específico em três aspectos, se havia falas que demonstrassem as consequências que a droga ou o usuário podem trazer para o outro, para si e, por fim, se de alguma forma havia uma compaixão autoritária, que se compadece e exige atitudes mais drásticas na solução do problema, por entender que o envolvido não tem condições de perceber, e mudar, sua própria situação. No fundo, pretendi observar as diferentes narrativas compassivas que estivessem presentes nos textos. Com a leitura das matérias, porém, muito mais foi encontrado, aspectos que apresento ao longo deste capítulo.

Inicialmente, apesar disso, refletir sobre a compaixão presente, ou ausente, nesse material, me permitiria iluminar mais a questão vinda da angústia inicial que motivou o trabalho: por que, mesmo hoje, há um grupo ao qual se pode lançar com tanta liberdade um olhar depreciativo, evidenciado inclusive no vocabulário (cracudo, noia)? Além disso, pensar a compaixão é uma maneira de perceber alguns valores das nossas práticas culturais.

Nessa primeira reflexão, o estudo de Paulo Vaz, em seu artigo *A compaixão, moderna e atual*, foi utilizado. O autor busca em Aristóteles fundamentação sobre as crenças necessárias e suficientes para que alguém possa experimentar a emoção de compaixão. O filósofo grego revela que esse sentimento pode surgir a partir de três aspectos: um juízo de gravidade sobre o sofrimento do outro, a partir do juízo sobre a inocência do sofredor (que seria uma compaixão orientada pela moralidade) e, por fim, pelo juízo de possibilidades similares (nesse caso, quem experimenta a compaixão, experimenta também o medo).

2.1.1) 2012

A primeira matéria estava na página 10 da editoria Rio, na edição do dia 26/11/2012. Ela abordava a perseguição feita pela polícia a dois assaltantes, que levou “pânico à Avenida Brasil”.

O tiroteio começou quando os assaltantes foram interceptados por PMs do Batalhão de Choque, “forçando motoristas a darem marcha ré”. Esse tipo de matéria, bastante comum, é construída com a seguinte ordenação: a população é vítima dos bandidos e o Estado (quase sempre na figura da polícia) precisa dar conta da situação. A palavra crack, nessa reportagem, está presente apenas no seguinte trecho: “A via já teve a segurança reforçada por causa da presença de usuários de crack.”

Nesse texto, a compaixão é compartilhada em relação ao motorista que trafega a via, que fica “em pânico”, que precisa que a “segurança seja reforçada”, que achou que aquilo tudo parecia “cena de filme”. O leitor tem compaixão desse motorista ou do pedestre que por ali passa, pois é capaz de perceber a gravidade do sofrimento do outro. O usuário de crack é rapidamente mencionado, mas responsabilizado pela necessidade de mais segurança na via.

Na segunda-feira do dia 25/6/2012, foi analisada uma foto, também da editoria Rio, que mostrava uma faixa estendida na areia de Copacabana por integrantes da ONG Movimento Rio de Paz.

No breve texto da faixa, além de cobrar uma ação mais efetiva do Estado, o usuário surge como alguém que precisa de ajuda. Não pode ficar sozinho (“quem o acolherá?”), precisa de “apoio para abandonar a droga”, “atendimento”. Como não tem autonomia, revela uma compaixão autoritária, onde apenas alguém de fora é capaz de dizer o que deve acontecer a ele.

Embora a faixa também revele – não de maneira óbvia – uma busca por exigências ao Estado de cuidado com o usuário de crack, ironizando sua situação de constantemente recolhido de maneira ineficaz (“migrante”), a faixa marca a figura de alguém que precisa ser “acolhido”, é indefeso. Aliás, é exatamente isso que cobra a faixa, uma ação (compaixão) dos que estão “de fora”.

É interessante perceber que, uma vez que o usuário vai sendo construído como alguém que não tem o controle de si, poderia ser reservada a ele a compaixão aristotélica que fala da inocência do sofredor, provavelmente alguém que não foi capaz de lidar com seus impulsos e que agora mereceria a presunção da inocência e o cuidado. Não mais o tratamento reservado aos doentes mentais na modernidade, mas a aceitação que esse grupo recebe hoje. Mas outros sentimentos parecem entrar em cena em parte expressiva das reportagens.

O julgamento sobre o usuário de crack observado nas matérias quase sempre se divide entre um causador de dano, um inconveniente (misturando piedade e nojo) ou um consumidor de performance duvidosa, o que diz muito sobre o sentimento de compaixão que suscitarão e as políticas a eles reservadas.

Na terça-feira do dia 18/9/2012, a editoria O País publicou uma entrevista, dentro de uma série de outras a candidatos às eleições de 2012. Nesse dia, o entrevistado foi Cacau de Brito, advogado e teólogo, e o conteúdo foi basicamente a questão das drogas – o candidato defendia a internação obrigatória dos usuários de drogas - e a vulnerabilidade que causa aos cidadãos que assistem ao problema.

Cacau Brito afirmou, na época, que sua bandeira de campanha era o crack porque “o cidadão está sendo assaltado com o aumento do consumo de drogas” e “a cidade está vulnerável e insegura”. Ao ser questionado sobre a internação compulsória, o advogado respondeu que era a favor uma vez que “essas pessoas trazem perigo para a sociedade”.

A maneira como Brito fala da construção de hospitais especializados e da retirada das pessoas das ruas para o tratamento revela certa compaixão com o usuário, mas logo esse sentimento é deslocado para a população, quem realmente sofre com o crack.

Certamente porque, ao avaliar a situação, o advogado sente que esse usuário causa dano, invade e impede a possibilidade de felicidade plena das outras pessoas, perturba a ordem. Todo o indivíduo tem direito, e dever, de ser feliz, mas sem atrapalhar a felicidade alheia. Além disso, parte da felicidade do indivíduo, na contemporaneidade, também depende de si, do seu próprio esforço, de sua performance. Nesse aspecto, o usuário de crack falhou. Apesar de toda informação sobre a droga e seu poder de vício “já no primeiro uso”, ele usou. Não se empenhou a contento.

A exposição do sofrimento, de acordo com Vaz, tem “três dimensões relevantes”. A primeira é a “seleção”, que define os sofrimentos que podem ser exibidos no espaço público – os critérios que privilegiam sofredores, nesse caso, estão associados à cultura. A segunda é a “responsabilidade”, que separa os sofrimentos evitáveis e inevitáveis, a partir dos resultados que traz para o coletivo. Ou seja, é uma reflexão sobre o poder de ação humana individual que, se falhar, pode causar sofrimento a si e aos outros. A terceira dimensão coloca a questão das estratégias que suscitam solidariedade. A partir da maneira como os eventos são exibidos no espaço público e do anonimato de quem sofre e quem ajuda, os eventos cada vez mais presumem a construção da solidariedade. Essas três dimensões são muito relevantes quando se relê o conteúdo dos jornais separados para esta pesquisa.

No texto do dia 26/6 – editoria Rio, página 20 -, o crack e os usuários são apresentados como problema para traficantes, que a partir do consumo e venda da

droga, precisaram lidar com operações constantes da polícia no Jacarezinho. A faixa na entrada da comunidade apontava para a libertação, aquela droga não seria mais vendida ali.

Essa é a primeira matéria, dentre as selecionadas, que permite análise também da imagem, presença dos usuários. E a imagem é a de um grupo que, apesar de fotografado, não encara a câmera ou o fotógrafo, mas também não esconde o seu rosto. Aliás, esse tipo de afirmação é quase uma regra nas matérias. Os jornais declaram expressões como “fumam em plena luz do dia”, “não se incomodam”, “mesmo com a presença da polícia continuam”, além de usar de maneira expressiva a palavra “indiferença”.

Erving Goffman associa as regras de conduta vigentes nas interações face a face a "rituais de evitação" e de "apresentação" que integrariam a atividade cerimonial da deferência, importante medida ritual feita por um indivíduo a outro durante a interação, na vida cotidiana. A perspectiva implica distinguir "ritos positivos" de "negativos", que delimitam

"distâncias cerimoniais" entre os indivíduos.
(Goffman, 1967)

É interessante perceber, porém, o que se dá com os usuários de crack. Eles não oferecem o olhar, mas também não o escondem. E essa provável noção de “rito negativo” sem ser, apesar disso, carregada de vergonha faz com que o desconforto declarado sobre sua atitude seja ainda mais fácil por parte das pessoas.

Mais abaixo, na mesma página, há uma continuação da matéria. Agora, a delegada titular da Delegacia de Combate às Drogas (Dcod) afirma que os usuários podem praticar mais roubos na região, e reforça que o patrulhamento ostensivo vai aumentar. O comentário que poderia demonstrar compaixão com os usuários é resumido em recolhimento e tratamento. O dano que eles provavelmente vão causar à sociedade, por sua vez, merece um novo texto afinal de contas a ação humana individual falhou e causa sofrimento a si, mas, sobretudo, aos outros.

Nesse novo texto, o título chama a atenção: “crack é a droga mais usada por moradores de rua”. Através de uma pesquisa de resultado previsível, uma vez que envolveu adultos recolhidos pela prefeitura do Rio, o jornal enfatiza a situação de quem usa a droga.

No dia 7/3/2012, quarta-feira, na página 2 da editoria de Esportes, uma notícia diferente das que eram vistas no jornal abordando o crack é analisada. Em meio a outras matérias esportivas, o atacante Jóbson, na época do Botafogo, é celebrado: “nova oportunidade”.

O texto é construído a partir da ideia de superação. Comparado com dois ídolos do Botafogo que tiveram fins “dolorosos”, Jóbson acredita em seu “potencial” e quer “nova chance”. Depois de ser pego no doping por uso de crack e ser suspenso, Jóbson representa o usuário que não fracassou, “o brasileiro que não desiste nunca”. Apesar de causar dano a si próprio, o jogador percebe a tempo seu desvio e se supera. “Pula no campo, abre os braços e grita: ‘Viva a liberdade!’”.

A imagem de Jóbson retrata o indivíduo que luta, que carrega a performance de quem se superou, se esforça e domina a “bola”.

No dia 17/10/2012, na página 13 da editoria Rio, em meio a outras notícias sobre criminalidade, uma se destaca: “Curral do crack: o vício do outro lado dos tapumes”.

O título da matéria já carrega a desumanização do indivíduo que está nesse “curral”. E embora o título sugira uma abordagem que mostre como é o vício por trás do tapume, o texto fala de como veem a internação compulsória os que estão do lado de fora dele, mais uma vez indicando os que têm condição de falar do assunto. Em nenhum momento se ventila a possibilidade de que um usuário comente a questão. Especialistas em drogas e psiquiatras, mesmo quando fazem parte do mesmo grupo, se dividem diante do assunto. Para alguns especialistas, as ações oficiais são tímidas, e “se o maior de idade está colocando em risco a própria vida, ou a de terceiros, deveria haver a internação involuntária”. Sugerem a tutela do tratamento pela família e informam que “tem que ir para um hospital se estiver sem controle e não conseguir se afastar da crackolância”. Mais uma vez o argumento do dano causado, que pode atrapalhar a felicidade de alguém, ou de si próprio, é levado em conta na definição de uma política de tratamento.

No fim da notícia, anunciam que a Secretaria de Segurança começou a capacitar policiais dentro do programa “Crack, é possível vencer”, ao que o secretário de segurança, José Mariano Beltrame, porém, afirma: “São pessoas doentes, não é caso de polícia.” A presença dela em um assunto que deveria envolver sobretudo a saúde, porém, ressalta o apoio ao embate que deve acontecer, caso necessário, para a transposição do obstáculo.

Mary Douglas afirma que o interesse pela pureza e a luta contra a sujeira emergem como características universais dos seres humanos. Sendo assim, sempre haverá os que são vistos como obstáculo para a apropriada organização do ambiente: os estranhos. (Douglas, 1966) A política do crack que usa a polícia para resolver o problema parece ilustrar bem essa fala.

Na quinta-feira, dia 15/3/12, na página 10 da editoria Zona Sul, mais uma vez o interesse pela eliminação (não solução) do problema dos usuários de crack esteve presente no texto jornalístico. A matéria anunciava uma nova van e mais dois funcionários para agilizarem os “processos de remoção de moradores de rua”. Além disso, informava que mais homens do 19º BPM seriam usados nesse processo. Um telefone é colocado à disposição dos moradores do Leme e de Copacabana que “se sentirem incomodados com a presença de moradores de rua”. Usuários de crack e moradores de rua são confundidos como um mesmo problema: o estranho. Como, por lei, ninguém pode ficar no abrigo sem concordar, o secretário municipal de assistência social defende a internação compulsória. A internação parece ser a melhor saída para o

importuno da convivência com os usuários de crack, mas também com quem é morador de rua.

No fim da matéria, um professor é convidado a falar da questão. É ele quem primeiro mostra que as ações da polícia são pontuais e ineficazes, fala da necessidade de um diagnóstico de cada sem-teto e de uma ação conjunta entre diferentes profissionais para uma tentativa de solução mais complexa. Enquanto essa estrutura não se constrói, porém, a polícia é a única solicitada a cuidar do problema.

É evidenciado um paradoxo na legenda que acompanha a imagem do jornal: Como pode alguém que mora na rua decidir sobre seu recolhimento? Ou ainda, como pode alguém em situação de rua discordar de sua necessidade, mais que urgente, de ser imediatamente recolhido e tirado das vistas dos que sabem levar a vida do jeito certo?



■ UM GUARDA aborda um morador de rua em Copacabana: recolhimento depende de concordância

Na foto, estamos em face de um ambiente expressivo. A matéria fala de usuários de crack, mas na imagem temos um morador de rua; que pode, ou não usar crack. A forma como o guarda o aborda sinaliza para seu desleixo e, apoiada em Goffman, tal como o corpo, o espaço físico é idioma. Nos fala de alguém que não encara a câmera,

não liga para o que acontece e ocupa o espaço físico de maneira inadequada, sem o menor constrangimento.

No dia 18/10, mais uma vez o “curral do crack” é lembrado. Novamente, porém, não vamos conhecê-lo, mas apenas ler o que falam dele os que estão do lado de fora.

A matéria traz uma foto do vão do viaduto Engenheiro Edno Machado, que motivou esse trabalho. Fala do acolhimento que foi feito a 67 pessoas e ressalta a forma como poucas horas depois eles já estavam de novo no local, evidenciando a insistência.

Nessa matéria, um usuário fala. Ele explica que nas comunidades de Manguinhos e do Jacarezinho é difícil conseguir drogas depois da pacificação e que por isso ocuparam a cracolândia do Parque União. O entrevistado ressalta ainda o preço “bom” da droga ali. No fechamento de sua fala, o jornalista encerra a fala escolhida do usuário assinando, “contou ele, que se negou a ser internado”.

Uma outra usuária fala. Ela explica como consegue dinheiro para comprar a droga – com prostituição, assaltos e vendas de objetos de casa. A fala escolhida para ser usada na íntegra aborda o fato de ela fazer de tudo para conseguir a droga e ainda o de ter iniciado o uso depois de ver sua mãe usando.

O que o leitor pode notar com a abordagem da matéria é que apesar de todo recolhimento que se faça, os usuários sempre dão um jeito de voltar, “em menos de 4 horas”. E mais, são capazes de fazer qualquer coisa pela droga e estranhamente não aceitam a internação. A terceira fala escolhida pelo jornalista para ser colocada na reportagem, de uma usuária de crack, sintetiza a condição de usuários que são quem querem ser curados: “a droga mata, mas a onda é boa”. A incoerência para o jornalista parece ser tamanha que em um dos trechos ele diz que “20 dependentes químicos recusaram internação e fugiram”. O termo “fugiram” nesse caso é equivocado uma vez que o recolhimento depende da concordância.

A psicóloga da prefeitura diz que a Secretaria de Assistência Social tem dificuldade para retirar os viciados das ruas, mas por responsabilidade deles. Afirma que eles estão abandonados nas ruas e, com a secretaria, recebem assistência. É contraditório, porém, imaginar que estão abandonados e assistidos pelo mesmo poder público. A menos que a escolha pelo uso da droga e o total desleixo pessoal sejam uma escolha individual, apesar de toda oportunidade de tratamento.

A matéria continua com o subtítulo “Abrigo de portas abertas para a favela”. A localização geográfica nesse caso justifica a ineficácia do tratamento ali. Na rua do abrigo, “enquanto alguns se sentam e acendem cachimbos, outros perambulam

desorientados”. O jornalista afirma que os abrigos não são obstáculos para o vício. Mais uma vez, se ventila a importância da internação compulsória como um possível “final feliz” para os usuários de crack.

No dia 17/8, uma matéria da editoria Rio fala dos “altos e baixos” do Parque do Flamengo, e de sua ineficiência para receber os jogos olímpicos. “De um lado”, afirma a jornalista, está a natureza, “um oásis à beira-mar”, mas, “de outro”, os moradores de rua e os usuários de crack antecedem inclusive alguns problemas estruturais como a iluminação, as quadras e os canteiros. Na verdade, quase não dá pra distinguir que há

peças entre esses elementos da paisagem. Não há. Elas se misturam à falta de luz e o problema com os canteiros.

A indiferença dos usuários mais uma vez aparece no texto. Eles se reúnem ali, “em plena luz do dia”, “perto de um ponto de ônibus lotado”, e fumam crack. Toda a matéria é discutida sob o ponto de vista do paisagismo. Fica claro, portanto, que o usuário de crack e os moradores de rua apenas prejudicam a vista.

A matéria do dia 23/11, da editoria Rio, traz um texto com muitas características de uma abordagem policial. Dizem que a cracolândia é “alvo” de nova “ação”, uma “operação” de acolhimento que contou com a ajuda de policiais e envolveu uma ação “tática” para que os usuários não corressem pelas pistas da Avenida Brasil.

Nessa ação, encontraram uma usuária, que tinha sido recolhida uma semana antes, em meio ao lixo e à sujeira. Ela se recusou a ser recolhida de novo, de acordo com o jornal, por estar “sob o efeito da droga”.

Em seguida, o jornal relatava o acolhimento, em números, feito pela prefeitura. Era uma matéria que seguia a primeira e como título falava do valor cobrado pelos usuários para ensinar novatos a fazer cachimbos de copo d’água (R\$ 1,00), “uma tentativa de ganhar mais dinheiro para comprar crack”.

Um novo subtítulo é colocado e, mais uma vez, ressalta a recusa da internação mesmo sob situações apontadas como extremas, a usuária tinha sido ferida no supercílio por um outro usuário.

Finalmente uma matéria saiu, momentaneamente, do olhar para a droga (e todo o seu potencial destruidor) e o usuário (e sua performance malsucedida). No final do

texto, abordaram uma outra forma de a polícia resolver o problema, o enfrentamento do tráfico de drogas.

A foto colocada para acompanhar a matéria não tem muita relação com o texto. Há uma leve ironia presente na frase da legenda da foto, que mostra um usuário, em meio ao lixo, manuseando um laptop. Indiferente.

No dia 15/9, a editoria O País colocou em uma página inteira entrevista com o candidato às eleições Eduardo Paes. No texto, havia perguntas de leitores. Uma delas falava sobre “o combate compulsório”. O candidato responde, então, que a única convicção é de que manterá a internação compulsória. Segue dizendo que “quando não tem os pais zelando, portanto, acho que o Estado deve entrar e levar, sim, para casas de acolhimento”. O candidato continua dizendo que o atendimento, porém, deve ser mais “sofisticado”, mas não detalha muito a questão. Ou seja, nesse texto, o problema do crack é responsabilidade dos pais dos usuários que não conseguem mantê-los em casa.

Uma página inteira da editoria Rio, no dia 13/10, falava da “resistência” da cracolândia. Já na legenda da primeira foto, uma palavra em negrito: Indiferentes. Como observado em várias outras notícias dentre as escolhidas para o trabalho, o usuário é sempre alguém com total desleixo e despreocupação, inclusive com a presença da polícia e das “pessoas de bem”.

RUMO À PACIFICAÇÃO



Indiferentes. Um grupo de usuários consome crack perto da Favela do Jacarezinho. Nem mesmo o cerco de policiais militares fez com que os viciados fugissem. A Secretaria de Assistência Social recolheu ontem 11 pessoas no local

Na matéria, comenta-se o aparato montado pela PM para cercar o Complexo de Manguinhos e a Favela do Jacarezinho. Apesar da atuação da polícia, o texto ressalta o fato de consumirem “livremente” a droga “num cenário de total abandono”. A crackolândia aparece como obstáculo à pacificação. Há uma descrição dos usuários, “maltrapilhos e desnutridos”, que “dormem em colchões e sofás velhos, e circulam noite e dia pelas ruas enrolados em cobertores”. O jornalista afirma que, apesar do trabalho de acolhimento da prefeitura, o problema resiste. É interessante observar que o verbo resistir só pode ser usado porque o problema é personificado, nesse caso, do próprio usuário.

Na matéria, os jornalistas justificam o fato de os usuários não serem presos, “essas pessoas não podem ser presas por estar perambulando”.

No dia 18/3, um domingo, mais uma página da editoria Rio fala do crack. Dessa vez, o título aponta para “uma crônica de um menor viciado em crack”. O texto fala do garoto de 14 anos que “é mais um no exército de menores de idade dependentes”.

A reportagem segue falando dos números da internação compulsória para menores, mas das constantes fugas que há apesar disso. O jornalista aponta que o menino da crônica “diz rindo” que já conhece as pessoas que fazem o acolhimento por conta de todas as vezes que fugiu. Na matéria, seu perfil é traçado por meio de suas relações. O texto destaca que sua namorada também é viciada em crack e que ele já perdeu as contas de quantas vezes roubou para se drogar. Sua mãe não foi localizada, ele perdeu um irmão para a “guerra do tráfico” e seu pai também morreu (o texto não diz como). Chega um momento em que uma diretora não sabe para onde encaminhar o menino por conta de seu histórico.

A crônica de um menor revela uma situação crônica: pessoas que parecem não aceitar a cura e sair de sua situação crítica. É preciso destacar que embora as fugas dos abrigos seja notícia constante nas matérias, o bom jornalismo não parece se preocupar em investigar a fundo o porquê de esses lugares serem rejeitados, associando o ato apenas ao vício e à falta de persistência dos usuários.

A matéria continua quando o secretário municipal de Assistência Social diz que os abrigos não são presídios, mas “acabou esse negócio de portas abertas, de entrar e sair a hora que quer”. Ele considera que manter os meninos nos abrigos, mesmo contra

sua vontade, é a melhor maneira de resolver o problema e não ficar “enxugando gelo”. Apesar disso, a diretora de um dos abrigos “estima que apenas 15% dos jovens que passam por lá se recuperam”. Uma advogada da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ acrescenta no final da notícia que visitou um dos abrigos em Laranjeiras e percebeu que “a prefeitura não está recuperando ninguém”. Mesmo essa afirmação parece não conduzir de maneira natural a notícias que cubram os abrigos.

No meio da página, um box grande conta uma história de superação. Bruna, de 18 anos, “filha de uma família desestruturada”, apesar de usar crack desde os 16 anos, está há 10 meses longe do vício e se considera uma vencedora. Ela considera que o abrigo foi importante. O coordenador do Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas da UFRJ, no entanto, diz que afastar e tratar são posturas diferentes, trazendo um outro olhar para a questão.

A última matéria selecionada para a pesquisa estava na editoria Zona Norte, era do dia 29/4. Na coluna *Fala, Zona Norte!*, uma moradora de Engenho de Dentro comenta a mistura de sentimentos quando passa pela Avenida Dom Hélder Câmara, em Manguinhos: medo e pena. A moradora, porém, parabeniza um projeto social que ela tem esperança de que mude a vida daquelas pessoas. O medo reforça a possibilidade de que alguém ali lhe cause dano, mas também há a mistura da piedade (ainda que tenha o desconforto do nojo) em relação a situação daquelas pessoas.

O que se pode perceber em todas as notícias é que o usuário de crack pode ocupar três papéis. Ele é alguém que causa dano – a si ou aos outros -, ele é uma figura inconveniente – desperta nojo, mas piedade das pessoas – e ele sintetiza no corpo a mercadoria que não deu certo – o consumo que falha – numa sociedade em as pessoas são mercadoria.

2.1.2) 2011

Apenas a Sociedade Moderna pensou em si própria como uma atividade da “cultura” ou da “civilização” e agiu sobre esse autoconhecimento com os resultados que Freud passou a estudar. Esse período esteve permeado pelos conceitos de beleza (perfeição da forma), de limpeza e de ordem: “Uma espécie de compulsão à repetição que, quando um regulamento foi definitivamente estabelecido, decide quando, onde e como uma coisa deve ser feita, de modo que em toda circunstância semelhante não haja hesitação ou indecisão.” (Bauman, 1997).

Ainda assim, Freud notou que havia dificuldades inerentes à natureza da civilização que não se submetiam a qualquer tentativa de reforma, causando um “mal-estar”. Estes, obstáculos à apropriada organização do ambiente, são os que o autor denominou “estranhos”.

Porém, a sociedade não estaria em funcionamento se o único mecanismo de restrição de comportamento fosse a punição ou a sua ameaça. Assim, é preciso que de algum modo o indivíduo tenha uma relação de desejo com a norma social. A adesão dos indivíduos à regra da cultura é possível porque o comportamento humano é plástico, e esta plasticidade é moldada no interior de cada grupo social. A cultura padroniza de forma incompleta os comportamentos por limitar a expressão de certas emoções propriamente humanas (vergonha e culpa). Essas emoções reflexivas levam o indivíduo a pensar sobre sua própria natureza e produzem a consciência de si (capacidade de o sujeito ser simultaneamente objeto – ele é o que age e ao mesmo tempo se observa agindo). A culpa é um tipo de emoção socializante que de um lado cerceia o direito do indivíduo de ser diferente e cria nele a obrigação de ser igual. Ela funciona pela extensão da noção de igualdade e implica numa divisão do indivíduo entre o que ele deseja ser e fazer.

A consciência é um produto originado pela sociedade que age no interior do sujeito. É o que nos faz obedecer as regras e querer ser igual a todo mundo. É também o

órgão onde está e se exerce a pressão do grupo. Nesta concepção o poder é exercido por meio da consciência agindo no interior do sujeito. A consciência não é o outro do poder, é o meio pelo qual ele se exerce, afetando profundamente o que o sujeito pensa sobre si mesmo e sobre o mundo. É o que cria a obrigação moral dos indivíduos limitando o nós, reduzindo as possibilidades de atuação, e padronizando as normas de conduta na sociedade. Este tipo de produção de subjetividade associada à cultura cria uma narrativa que tenta articular moralidade e poder. Deste modo, os indivíduos precisam acreditar que eles não podem ser diferentes, senão não funciona. Pois o poder opera por produzir a crença na ideia de igualdade e forjar no indivíduo a obrigação moral de ser igual.

Na modernidade, a criação do anormal teve atuação fundamental no exercício do biopoder (o poder sobre a vida), a vista disso se encarregou da necessidade de gerar mecanismos reguladores corretivos. Entretanto, ao fabricar a diferença entre o normal e o anormal, o poder faz internalizar no sujeito as regras sociais, que se transvestem como verdades. Assim, o poder se configura como um definidor de identidades, capaz de produzir no real, aquilo que ninguém deve ser, no mal que deve ser combatido para por fim se exercer. Por isso, a “vigilância hierárquica sobre os indivíduos permitiu a articulação de um *poder* com um *saber*, que se ordenou em torno da *norma*, do que é ou não normal, do que é correto ou incorreto, do que se deve ou não se deve fazer” (Foucault, 1999). Sendo, assim, anteriormente a “felicidade era consequência colateral de cumprir o seu papel”, implicava, portanto, ao indivíduo cumprir a norma e que de certo modo ele fosse capaz de seguir o que era considerado a regra social.

Na contemporaneidade, a experiência do mal-estar vivenciada pelos indivíduos que não se enquadram continua sendo realizada, mas ela provém de uma situação oposta: a liberdade de busca pelo prazer, que aceita uma segurança individual pequena demais. Nesse contexto, o homem abre mão de sua estabilidade por mais e mais liberdade. Essa liberdade, porém, ainda traz seus testes de pureza, que, quando não são realizados com êxito, revelam a “sujeira” estranha da pós-modernidade:

Na pós-modernidade há ainda um livre teste de pureza: mostrar-se capaz de ser seduzido pela infinita possibilidade e constante renovação promovida pelo mercado consumidor, de se regozijar com a sorte de vestir e despir identidades, de passar a vida na caça interminável de cada vez mais intensas sensações e cada vez mais inebriante experiência. (Bauman, 1997)

Portanto, a atual liberdade que sentimos tão presente, em que tudo é permitido, não significou o fim das pressões sociais: “ao invés de nos culparmos pelo que

desejamos ser, atormentamo-nos no vazio incessantemente escavado entre o que somos e nosso ideal de ser.” Esse ideal de ser também é pensado na construção de uma sociedade perfeita, uma construção que por vezes passa pela distinção entre o “eu” e o “outro” (o estranho).

Sendo assim, a todos será dado o direito à liberdade e à autenticidade, mas, mais do que nunca, vale a máxima de que o direito do outro começa onde o meu termina. Nesse contexto, é preciso que nada ofereça riscos, medo, insegurança, invada espaços. É fundamental que tudo esteja “sob controle”. Então, o homem pós-moderno passa a perceber que tem direito à felicidade, o direito de não ser interrompido, o que nos aproxima do princípio do não dano: As culturas ocidentais contemporâneas são marcadas pela generalização da exigência de autenticidade: cada um deve buscar o que o realiza como indivíduo”. (Taylor, 2007)

Essa generalização implica a hegemonia do princípio do não dano (no harm), formulado por Stuart Mill ainda no século XIX, que propõe como único limite à busca individual da felicidade o dano que se causa ao outro. Assim, não há, no nível imediato, nenhum consenso sobre a boa vida; ao contrário, o que esse princípio exige é a tolerância em relação às múltiplas formas de ser e de se obter prazer. A vítima de crime violento, por sua vez, torna-se o lugar de consenso moral mínimo, até pela clareza moral de seu sofrimento. (Boutellier, 1999)

A existência de um estranho que pode provocar dano cria uma sensação de risco contínuo na sociedade, uma situação que em diferentes contextos mantém e impulsiona o preconceito e, em circunstâncias mais urgente, leva o grupo do “nós” a exigir do Estado que impeça que os outros “inescrupulosos, ‘sem coração’, dispostos a tudo por nada, sem nenhum respeito pela vida, ameacem nossa rotina”. (Vaz, 2008)

Essa cobrança tem sido especialmente observada na exigência da população por cada vez mais segurança, uma requisição tão grande que se revela como um dos argumentos principais para votar — ou desistir — de um candidato atualmente. A sensação de insegurança, experimentada especialmente pelo carioca, é tão intensa que os jornais se voltam para esse leitor cada vez mais obcecado por causas e soluções para o assunto.

A partir da diferenciação “eu”/“outro” a mídia reforça um coro bastante contraditório. O Estado não deve apenas dar conta da segurança pública, mas também dar a quem eu reconheço como potencial fornecedor de riscos a responsabilidade completa pela insegurança que provoca. Dessa forma, a o papel de vítima que tem sido

preenchido por quem se sente acuado com a violência urbana e vive a sensação de risco que as matérias revelam faz com que parte da sociedade cobre por segurança para apenas parte da sociedade.

No ano de 2011, ficou bastante clara a maneira como as matérias revelaram quase sempre esses lugares demarcados ocupados pelo o “nós” e o “outro”, mesmo no meio do sorteio aleatório foi possível notar isso. Noto que o intuito desta pesquisa muitas vezes foi o de tentar lembrar que “seja qual for a estratégia realista de competição com o desconhecido, o incerto e o desconcertante podem ser reconsiderados. É preciso partir disso.” (Bauman, 1997)

Dentre os quinze textos sorteados, a maior parte deles tratou de números sobre o recolhimento compulsório, que tinha sido colocado na ordem do dia por Rodrigo Bethlem. A palavra “operação” – que normalmente é usada em textos de jornais para falar de ações da polícia nas comunidades do Rio –, mas foi usada em quase todas as notícias, que traziam números sobre os recolhimentos.

Operação contra crack recolhe 64 no Centro

Desde março, 1.843 pessoas já foram retirados das ruas

• Pela segunda vez em uma semana, agentes da Secretaria municipal de Assistência Social realizaram uma operação para recolher usuários de drogas e moradores de rua na região do Centro. A ação começou às 5h de ontem e contou com o apoio da PM, da Polícia Civil e da Guarda Municipal. No total, 64 pessoas, sendo 49 adultos e 15 menores, foram conduzidas para abrigos da prefeitura.

Os agentes visitaram o Teatro João Caetano, na Praça Tiradentes, onde moradores de rua dormiam embaixo da marquise. Eles também encontraram algumas tendas improvisadas no Largo de São Francisco. Diversos menores dormiam no local e foram encontrados pouca quantidade de maconha e tiner. Um dos adolescentes tentou fugir, mas foi capturado por guardas municipais.

A operação seguiu para as imediações da Rodoviária Américo Fontenelle, na Central do Brasil, mesmo local onde na noite da quarta-feira os agentes recolheram mendigos e, onde também, O GLOBO flagrou 12 pessoas dormindo e um grupo de oito pessoas fumavam crack, pouco depois da operação. Desde março, a secretaria já realizou 1.843 acolhimentos. ■

37

Mais 90 são recolhidos em ação anticrack

Entre usuários havia 2 grávidas; operação foi em Madureira

• Uma operação da Secretaria municipal de Assistência Social em cracolândias no Morro do Cajueiro, em Madureira, e em outros pontos do bairro, na manhã de ontem, recolheu 84 adultos e seis crianças e adolescentes. Entre as pessoas recolhidas estavam duas grávidas. Os agentes percorreram locais conhecidos como pontos de consumo de drogas, como o entorno do Mercado de Madureira e da linha férrea, nas proximidades da comunidade de São José da Pedra. De acordo com a prefeitura, um educador social levou uma cabeçada de um morador de rua, que acabou contido por policiais. Durante a operação, que teve o apoio da Polícia Militar, foram localizados canivetes, facas e material

38

Do fim de março até ontem, já foram 13 operações

De 31 de março até ontem, a secretaria realizou 13 operações em diferentes regiões da cidade e já retirou das ruas 932 pessoas, 747 adultos e 185 crianças e adolescentes. O secretário municipal de Assistência Social, Rodrigo Bethlem e a delegada titular da DPCA, Valéria Sadlo, anunciaram que os pais dos menores flagrados em cracolândias poderão responder criminalmente por abandono material e intelectual de seus filhos.

Na última operação na semana passada, no Jacarezinho, uma grávida de 22 anos foi internada compulsoriamente. Ela não aceitou receber cuidados médicos, mas uma decisão da Justiça determinou sua internação. A mãe da jovem entrou em contato com a prefeitura, pedindo orientações sobre o que fazer com a filha, que aparentava estar em crise de abstinência. ■

Era bastante clara a associação entre aquelas ações e as tradicionais ações da Polícia Militar do Rio. Além de sempre serem tratadas como operações e mencionarem “capturas”, quase sempre eram destacados objetos como facas e canivetes encontrados junto a essas pessoas, além de abordarem nos textos o fato de os usuários serem levados até delegacias, em busca de crimes anteriores. Em última instância, houve momentos em que a diminuição de crimes foi associada às operações de recolhimento

³⁷ Edição de 1 de outubro de 2011 - Editoria Rio, página 27.

³⁸ Edição de 16 de maio de 2011 - Editoria Rio, página 16.

³⁹ Edição de 4 de junho de 2011 - Editoria Rio, página 23.

⁴⁰ Edição de 20 de novembro de 2011 - Editoria Rio, página 14.

compulsório. Ou seja, o que foi vendido como um facilitador no tratamento aos usuários logo se revelou nitidamente mais perverso.

É importante destacar ainda o quanto os números eram alarmantes. Nos primeiros três meses da internação compulsória, quase duas mil pessoas tinham sido recolhidas nas ruas do Rio. As parcerias eram também bastante claras, envolviam a polícia, a guarda – o enfrentamento, a coerção - e buscavam o bem estar do morador, que não era o “de rua”.

Uma outra parte expressiva dos textos comentou o comportamento dos usuários, a maneira como era desleixados por completo, apresentando um comportamento facilmente entendido como bárbaro, a ponto de assustar a leitora que “contribui” com um IPTU de R\$ 4.500,00 e, ainda assim, convive com os gritos de palavrões “de todos os calibres”.

Quando fotografados, soam indiferentes. Não parecem ter vergonha, esparramam-se nos assentos, apresentam um visual completamente desleixado, dormem e são associados à diminuição do número de assaltos. Aterrorizam as pessoas que por eles passam, são verdadeiros “zumbis” e ainda roubam o brinquedo das crianças, que utilizam como “moradia”, recorrendo a “criativas soluções para os dias de chuva”. Detalhes como a cabeçada que leva um educador social e o fato de terem grávidas entre as recolhidas, reforça o quadro de “descontrole”. Embora esse tipo de fala esteja mais presente na voz dos leitores, não deixa de estar também muito presente no texto dos jornalistas.

41 42

43

44

⁴¹ Edição de 3 de abril de 2011 - Jornais de Bairro, página 2.

⁴² Edição de 11 de abril de 2011 - Carta de leitor, página 8.

⁴³ Edição de 3 de maio de 2011 - Segunda Página.

⁴⁴ Edição de 21 de maio de 2011 - Jornais de Bairro, página 2.

Brinquedo vira casa de mendigo

Moradores de rua invadem Praça do Rocha e afastam crianças de área de lazer. Muitos consomem crack

Victor Costa

victor.costa.personale@oglobo.com.br

• Dificilmente é possível encontrar crianças nos brinquedos públicos da Praça do Rocha, no Rocha. O local virou moradia de mendigos, que, à vontade, recorrem a criativas soluções para os dias de chuva. Um dos moradores de rua providenciou uma lona sobre uma das estruturas da área de lazer e ali vive há semanas.

No local funciona uma escola de futebol mantida pela Secretaria municipal de Esporte e Lazer. O professor de edu-

cação física Francesco Bencardino conta que a situação é pior numa passagem que liga a Rua Ana Neri ao outro lado da linha do trem.

— Eles assaltam todo mundo na passagem, em frente à praça. Não tem hora, é de dia e de noite. A maioria desses mendigos é viciada em crack — afirma Bencardino.

De acordo com a última Pesquisa Nacional de População em Situação de Rua, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, em 2008, existem 4.800 moradores de rua no Rio de Janeiro.

A Secretaria de Assistência Social informa que realiza sistematicamente operações nos bairros da Zona Norte para acolher mendigos. E acrescenta que qualquer reclamação sobre o assunto pode ser feita pelo telefone 3973-3800.



Marco Antonio Teixeira

■ MORADOR DE rua monta acampamento na Praça do Rocha. A proteção garante abrigo em dias chuvosos

É interessante marcar uma certa oposição entre os usuários, completamente alheios a tudo, e as autoridades, que “fecham os olhos”. A liberação da Marcha da Maconha autorizada pelo STF inclusive reforça o quadro de pressão para que o Estado faça algo, seja mais severo. Afinal de contas, precisamos receber de maneira adequada o presidente Barack Obama.

⁴⁵ Edição de 27 de março de 2011 – Jornais de Bairro, página 3.

⁴⁶ Edição de 17 de junho de 2011 – Carta de leitor, página 8.

⁴⁷ Edição de 17 de março de 2011 – O País, página 4.

No meio dessa atitude mais agressiva, ainda que em número menor, é possível ver ensaios de apelos pela melhoria no tratamento aos usuários, além de apontarem incoerências como o holofote direcionado ao crack, em detrimento da abordagem mais ampla de outras drogas.

48 49

2.1.3) 2010

Essa generalização implica a hegemonia do princípio do não dano (no harm), formulado por Stuart Mill ainda no século XIX, que propõe como único limite à busca individual da felicidade o dano que se causa ao outro. Assim, não há, no nível imediato, nenhum consenso sobre a boa vida; ao contrário, o que esse princípio exige é a tolerância em relação às múltiplas formas de ser e de se obter prazer. A vítima de crime violento, por sua vez, torna-se o lugar de consenso moral mínimo, até pela clareza moral de seu sofrimento (Boutellier, 1999).

Em parte expressiva das notícias analisadas para o trabalho, fica claro o lugar de vítimas em que a parte não usuária de crack da sociedade se coloca. Embora alguns textos questionem a falta de tratamento e atenção do poder público, “quando o calo aperta” os “cracudos” serão os primeiros a serem responsabilizados pelo caos que existe no espaço urbano.

A quase ausência e ineficácia de políticas públicas quase nunca foi questionada nas matérias. Assim como também não foram levantados os motivos que levaram os usuários à droga (é possível que muitos já fossem “zumbis”, por exemplo, mas isso só é “apontado” com o uso do crack). Isso porque o problema não está na existência (que cada um faça o que quiser de suas vidas), mas no desconforto que causa o desleixo, a sujeira, os péssimos hábitos, é isso o que danifica a vida dos que estão alinhados.

Além do dano, é nos jornais que a sensação de incômodo é confirmada. Grande parte das notícias mostra que aquele fato deveria ser evitado, mas, existe uma

⁴⁸ Edição de 6 de maio de 2011 – Carta de leitor, página 8.

⁴⁹ Edição de 2 de maio de 2011 – Carta de leitor, página 8.

ineficiência do Estado na execução de seu trabalho que impede uma mudança no quadro da cidade e faz com que todas as outras pessoas estejam o tempo todo sujeitas a esse tipo de existência.

A forma como são tratadas as notícias – sempre falando dos surtos, do mal comportamento dos usuários, do desleixo - permite a identificação do leitor com elas sob a medida do que não quer ser. Fazendo com que exija uma atitude do responsável. Dessa forma, foi possível perceber os meios de comunicação, especialmente o jornal, como um veículo com influência significativa no alinhamento do discurso do senso comum sobre o estranho.

Os meios de comunicação de massa sempre estiveram ligados a sub-representação das identidades sociais. Esta estratégia de marginalização produz o efeito de reduzir a multiplicidade de características de um grupo a alguns poucos atributos essenciais (fenótipo). Deste modo, impõe um sentido de ordenação da realidade, que tenta impedir qualquer relação com a alteridade. Assim, a formulação de representações estereotipadas propiciam a manutenção e a separação das fronteiras simbólicas entre o normal e o anormal, o “Nós” e o “Eles”. Destinada a constituir-se como uma “comunidade imaginada”, que tenta excluir do real tudo aquilo que é diferente.

Em relação ao usuário de crack, a sensação transmitida pelas notícias é de que geram dano, são inconvenientes e evidenciam uma performance malsucedida. A pesquisa no jornal foi fundamental para perceber com mais exatidão as desconfianças anteriores, que levaram a execução do trabalho. Mas pesquisar é sempre desconfiar de um caminho ainda não feito, o que possibilitou olhares diferentes dos lançados no início do trabalho.

No ano de 2010, ainda que apenas quinze páginas fossem destacadas, muitas outras foram lidas. Mesmo antes, quando ainda surgia o interesse pela pesquisa e, principalmente, quando a ideia tornou-se mais concreta. De forma que o que foi colocado aqui não é muito diferente, quase nada eu diria, do que se lê em outras notícias, mesmo que de outros anos.

⁵⁰ Edição de 5 de novembro de 2010 – Editoria Rio, página 21.

Alô, polícia!

Moradores do Grande Méier denunciavam que menores de rua fumam crack na Dias da Cruz e em outras áreas movimentadas, a partir das 22h, assustando pedestres. Eles temem que a violência no bairro aumente devido à migração de bandidos depois da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nos morros da Tijuca.

52

Apreendidos 9 quilos de crack no Jacarezinho

A pedido do MP, Justiça determina que prefeitura recolha e leve para abrigos menores encontrados na cracolândia

• Policiais do 3^o BPM (Méier) apreenderam na manhã de ontem nove quilos de pedras de crack e dois projéteis para lança-rojão, na Favela do Jacarezinho. Na operação, feita para reprimir a situação de violados na linha do Trem, na localidade conhecida como cracolândia, equipes fizeram uma incursão na favela em busca de esconderijos de armas e drogas. Três suspeitos também foram detidos pelos policiais. Todo o material

apreendido e os detidos foram levados para 25^o DP (Engenho Novo). Desde sábado, a PM já prendeu mais de cem pessoas na cracolândia do Jacarezinho. No entanto, apenas três teriam ficado presas. Numa das operações, os policiais encontraram um casbre que seria usado como prostituição, onde meninas se prostituíam em troca de entorpecentes.

O Ministério Público obtive ontem na Justiça liminar

que determina o imediato recolhimento e acolhimento das crianças e dos adolescentes encontrados na cracolândia do Jacarezinho em abrigos da prefeitura. A ação foi imposta pela 4^o Promotoria de Justiça de Infância e da Juventude, depois de a Secretaria Municipal de Assistência Social informar que há alternativas para essas crianças e adolescentes, mas que é impossível os educadores chegarem a eles por ser a craco-

lândia um local perigoso.

De acordo com a promotora Ana Cristina Macedo, o Ministério Público já adotou inúmeras medidas extrajudiciais e judiciais sobre a situação da população de rua infanto-juvenil, mas o problema persiste. A cracolândia da linha férrea também está na mira da Secretaria Municipal de Ordem Pública (Seop). De acordo com o órgão, até o fim desta semana serão demolidos cerca de 80 barracos nos

arredores dos trilhos próximos à estação Jacarezinho, no ramal Belford Roxo da SuperVia. O local vem sendo aproveitado como refúgio para dezenas de usuários de crack da região. Em abril do ano passado, uma operação Choque de Ordem recolheu 47 menores que se prostituíam para comprar droga. Eles contaram que faziam programas por R\$ 2, preço da pedra de crack. Num dos acessos ao Jacarezinho, mui-

tas crianças e adolescentes dormiam na rua sob a linha do metrô; e um menino dormia no meio do lixo.

Durante a operação, foram demolidas casas e estabelecimentos comerciais irregulares, entre os quais bares e ponto de venda de pneus, num total de 40 construções. Uma loja de esquadrias de alumínio não foi derrubada porque tinha alvará, expedido em 2004, mas a prefeitura vai tentar cassar o documento. ■

⁵¹ Edição de 31 de março de 2010 – Carta de leitor, página 8.

⁵² Edição de 2 de maio de 2010 – Jornais de Bairro, página 8.

⁵³ Edição de 20 de maio de 2010 – Editoria Rio, página 18.

Legalizar as drogas

• Fortalecendo o grito dos que desfilaram na Praia de Ipanema, exigindo a descriminação da maconha, a juíza aposentada Maria Lucia Karam, em artigo neste jornal, foi mais além e posicionou-se abertamente a favor da liberação e da legalização, não só da maconha, mas de todas as drogas. Afirma, perigosamente, que os danos maiores não estão no consumo, e sim na proibição. Empregando palavras de ordem, não esclarece a ex-agente da lei como o Estado controlaria a produção, a comercialização e o consumo dessas substâncias, especialmente do crack, droga devastadora que tanta desgraça traz para seus usuários, notadamente aos mais jovens.

PAULO FREDERICO SORIANO DOBBIN

Rio 54

As notícias continuam dando conta de recolhimentos e número, sempre atreladas a dados que associem essas pessoas a atividades criminosas, como a apreensão de facas e estiletos observada na notícia de novembro. Cartas de leitores continuam sintonizados com uma postura de vitimização e cobrança por medidas que resolvam o problema; porém, para uma das partes apenas.

• Falta de segurança e conservação foram os problemas detectados na Praça Varnhagen no início de 2009. Um ano depois, nada mudou. Pedestres sofrem com os batedores de carteira e até o quiosque de flores é alvo de roubos.

— Às vezes, os moradores de rua roubam plantas para revender — conta Antônio Carlos de Paula, funcionário do quiosque e morador do Grajaú.

De acordo com os frequentadores, viciados em crack fumam a droga no local tanto a noite quanto durante o dia.

Na tarde em que a equipe do GLOBO-Tijuca esteve no local, a praça estava tomada por mendigos dormindo nos bancos e nas calçadas. Não havia crianças brincando no parquinho, até porque, num dia de calor de 40 graus, a tarefa torna-se quase impossível. A área de lazer das crianças não tem cobertura e nem árvores para fazer sombra.

Outro problema, assim como na Praça Afonso Viçeu, é o chafariz da Varnhagen, que não funciona. Com isso, a água acumulada no monumento se transforma em foco de dengue. A parte subterrânea do chafariz, com grades, virou depósito de lixo e de pertences de mendigos. Havia desde latinhas até sacolas com roupas e cobertores.

Varnhagen



Surpreende em alguns textos a forma como o usuário é um estranho do qual não se deve aproximar muito. Quando há aproximação a sensação é sempre de espanto total

⁵⁴ Edição de 4 de maio de 2010 – Carta de leitor, página 8.

⁵⁵ Edição de 7 de janeiro de 2010 – Jornais de Bairro, página 14.

ou de realidade dramática. Ainda assim, o mais comum é que ele seja olhado, muito mais, de longe. E passa a ser um ser estranho que ocupa o espaço urbano de maneira absurda e não se importa com esse fato. Eles dormem, brigam e fazem comida na calçada, fumam crack de noite ou de dia no meio da praça. Quase sempre as informações sobre o que se vê são muito mais abordadas, aprofundadas, do que informações sobre por que se vê o que se vê.

Quando analisamos com mais detalhes as matérias, há três sensações sempre presentes. O “cracudo” é um ser que causa dano. O dano maior que causa é a si próprio. Ele não se preocupa com seu corpo, com sua vida, seu futuro. Ao mesmo tempo, o usuário causa dano ao outro, com a apropriação equivocada do espaço público, com sua sujeira e seu comportamento, enfim, com sua presença. Ainda que admitir isso possa parecer “politicamente incorreto”, fica cada vez mais fácil quando o jornal apoia a decadência causada pela droga e o seu uso.

O “cracudo” gera desconforto. Nas falas das pessoas nas ruas e no vocabulário utilizado nos jornais fica claro o quanto há uma mistura de piedade, mas nojo (piedade mais nojo?). Uma mistura gera a presença inconveniente. Não é possível apontar para o “cracudo” como se faz com o traficante e mandá-lo logo aos presídios de segurança máxima ou deixar que a polícia o mate. Ele não cometeu um crime. Nesse caso, o sentimento experimentado é muito parecido com o que sentimos pelo morador de rua, uma presença que sobra. Com a diferença que o “cracudo” não tem o menor controle de si, o que me dá mais liberdade para justificar a falta de voz dada a alguém tão inconveniente.

Por fim, o “cracudo” é um produto a ser tirado do mercado. O corpo e o comportamento do usuário nada têm de um produto de alto valor. Ele nem mesmo parece reconhecer seu valor. A forma como se apresenta, especialmente por ser em espaços públicos, aumenta a estranheza por sua falta de interesse de participar da cadeia de produtos de boa performance, que alcançarão os melhores compradores no mercado.

Prefeitura retira mendigos do Jardim de Alah

Fiscais encontram debaixo de ponte bicicletas, forno micro-ondas, colchonetes, cadeiras e cachimbos de crack

Rogério Daffon

Um casal que vivia debaixo de uma ponte sobre o canal do Jardim de Alah foi retirado do local ontem, por uma equipe da Operação Bacana, da Secretaria Especial de Ordem Pública (Seop). Fiscais do órgão, guardas municipais, um PM e garis ficaram surpresos com quantidade de apetrechos encontrados no lugar, que incluíam duas bicicletas e um forno micro-ondas. Após o PM encontrar dois cachimbos do tipo usado para fumar crack, o homem e a mulher confessaram ser usuários da droga. Anteriormente, a coluna Gente Boa, do GLOBO, já havia informado que o local estava sendo ocupado por população de rua.

Marconi Gomes de Carvalho e Jucileia Nunes da Silva, ambos de 30 anos, foram levados para a 14ª DP (Leblon), onde foi verificado que os dois não têm antecedentes criminais. Ambos foram encaminhados para a

central de triagem da Secretaria municipal de Ação Social, na Praça da Bandeira — Nós estamos morando aqui há oito meses e vivemos de tomar conta de carro — afirmou Jucileia, acrescentando ter uma filha, que mora com a mãe dela.

Marconi disse que é natural de Belo Horizonte, mas, “por causa de um problema de família”, se mudou para o Rio há dois anos.

Moradores: mais gente está morando debaixo da ponte

Segundo moradores, existe mais gente vivendo no local. — Há pelo menos mais quatro pessoas morando debaixo daquela ponte. Há dois anos que elas usam aquele local como moradia — disse um morador, sem se identificar.

Pela quantidade de objetos encontrados, é bem possível que outros moradores de rua estejam mesmo instalados ali. Além das duas bicicletas e do micro-ondas (da-

nificado), havia um puffe, travessouros, colchonetes, algumas caixas de papelão e de isopor, latas, lençóis, fios, roupas, uma barraca e cadeiras de praia.

Os fiscais da Operação Bacana encontraram outros problemas ao longo do Jardim de Alah. Em frente ao conjunto habitacional Cruzada São Sebastião, alguns carrinhos, conhecidos como burros sem rabo, e lixo recolhido para reciclagem foram apreendidos e levados em caminhões da Comlurb. Houve protestos.

— Estamos aqui trabalhando. Um burro sem rabo custa mil reais — reclamou um dos catadores de lixo. — Caminhões de uma empresa de reciclagem passam aqui quatro vezes ao dia para pegar o lixo. Nós vivemos disso

Coordenador da Operação Bacana na Zona Sul, Marcelo Maywald explicou que os burros sem rabo não podem ficar no Jardim de Alah.

— Os carrinhos vão para

um depósito em Bonsucesso e serão devolvidos ao dono que for lá buscar. Vou pedir uma reunião com a Comlurb, a fim de coordenar o trabalho dos catadores de lixo por aqui. Há dias em que mais de 20 burros sem rabo ocupam o Jardim de Alah.

Cerca de 70 moradores de rua são recolhidos por dia

A Operação Bacana, segundo Maywald, tem recolhido em média mais de 70 moradores de rua por dia.

— Temos feito operações nos seguintes bairros: Leblon, Ipanema, Copacabana, Botafogo e Humaitá. Além disso, atuamos em lugares específicos, como o Largo do Machado e as calçadas da Glória, onde a venda de quinquilharias tem degradado aquele bairro — afirmou Maywald. ■

O GLOBO NA INTERNET
GALERIA Agentes recolhem de bicicleta e cachimbos de crack.
Veja oglobo.com.br/rio



GARIS RETIRAM as bicicletas do espaço sob a ponte no Jardim de Alah

É por isso que se pode dar a uma operação que recolhe usuários e pessoas em situação de rua o nome de Operação Bacana. Resta saber “bacana” para quem? Ou seria uma operação para “bacana”?

Foi possível perceber ainda nas notícias de 2010 um claro desespero em relação à maneira como ela “invadiu” todos os espaços, quase como se numa antecipação de que o próximo pode ser qualquer um de nós, por isso é preciso uma vigilância constante, norteadada por muitas atitudes preventivas.

Os números de fato merecem atenção, mas é importante que cada contexto seja levado em conta, em troca de abandonarmos essa parte para falar dos números. Essa postura torna a questão mais urgente, mas paradoxalmente parece torná-la mais difícil de ser resolvida. Por isso, ainda que o crack chegue às escolas, aos índios, ao futebol, a quem mais for, é necessário que isso sirva para pensarmos sobre que tipos de desejos esse uso atende, no lugar de previsões deturpadas sobre “a pedra do diabo”.

⁵⁶ Edição de 29 de janeiro – Editoria Rio, página 20.

Crack agora ameaça comunidades indígenas

Droga invadiu 17 aldeias do povo Tapeba, na Região Metropolitana de Fortaleza; violência na área aumentou



JEAN TEIXEIRA dos Reis: ameaçado de morte

Isabela Martin

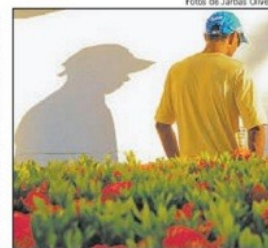
• FORTALEZA. Da mesma forma devastadora com que enveredou pelos centros urbanos do país, o crack chegou agora às comunidades indígenas da Região Metropolitana de Fortaleza. Em apenas dois anos, a droga se espalhou pelas 17 aldeias do povo Tapeba, que reúne sete mil índios espalhados por um território de quase cinco mil hectares no município de Caucaia.

O coordenador da Fundação Nacional do Índio no Ceará (Funai), Paulo Fernandes, diz que relatos dos transtor-

nos provocados pelo crack estão chegando por meio de líderes de várias etnias. Segundo ele, a presença da droga e da violência é maior nas aldeias mais próximas das áreas urbanas. Em algumas, a situação é de extrema miséria.

Na comunidade da Ponte dos Tapeba, o crack não poupou a família do cacique Alberto, chefe político e a liderança máxima da aldeia. O filho é usuário da droga. E um neto também usava crack. Morreu aos 20 anos, meses atrás, deixando quatro filhos e a mulher, que hoje pede esmolas para sobreviver.

O índio Josemir Rodrigues da Silva, de 29 anos, é agente de saneamento. Mora há sete anos na Ponte dos Tapeba, mas está pensando em sair, pois a violência cresceu de forma brutal. Muitos moradores não conseguem dormir com medo dos assaltos. Outros recebem telefonemas anônimos anunciando o dia em que as casas serão roubadas. Em um mês, foram três assaltos a residências de índios e não índios. Homens com armas passaram a circular livremente. Para Josemir, os casos têm relação direta com o crack e a mistura de brancos e índios na região. ■



JOVEM ÍNDIO prefere não se identificar: 'pedra do diabo'

Crack chega ao futebol

• Durante julgamento por doping no STJD ontem, o atacante Jobson, que atuou pelo Botafogo, revelou que fuma crack eventualmente desde 2008. Em dois exames antidoping no Brasileiro, foi encontrado derivado de cocaína. Ele foi suspenso por dois anos. **Página 36**

58



pela **Êxodo forçado** **violência**

Escolas enfrentam evasão de estudantes no meio do ano letivo por conta do envolvimento de crianças com o crime; epidemia de crack também já prejudica frequência escolar e causa até a morte de alunos

⁵⁷ Edição de 23 de maio de 2010 - O país, página 15.



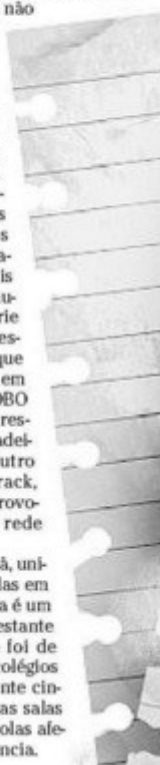
ERA UMA VEZ...
 Numo escola de Copagem da Alameda. Com lucidez, uma alma de apenas 12 anos já relata o drama do crack como um dos principais problemas de sua comunidade. "O crack é uma droga muito perigosa. Comprar uma pedra custa de 50 centavos a 2 reais. Os 'cracodes' moram até a sua casa para poder comprar a droga".

⁵⁸ Edição de 20 de janeiro – Primeira Página.

⁵⁹ Edição de 1 de junho de 2010 – Editoria Rio, página 16.

Há pouco menos de um mês, um menino tímido, de 6 anos, com uma pequena marca de pontos na mão direita, não é mais visto na escola onde estudava, na Zona Oeste, numa região controlada por milicianos. Pela segunda vez em dois anos, ele teve de trocar de colégio e de casa. Um tio, de apenas 11 anos, também aluno da mesma unidade, matou a facadas um adolescente de 16 anos durante uma briga. Os parciais não permitiram mais a presença da família na comunidade. No terceiro dia da série de reportagens "O x da questão: Rascunhos do Futuro", que retrata o desafio de educar em áreas de risco no Rio, O GLOBO mostra como a violência é responsável por criar um verdadeiro êxodo de estudantes. Outro aspecto é a epidemia do crack, que também já começa a provocar evasão nas escolas da rede municipal de ensino.

Nas 150 Escolas do Amanhã, unidades da prefeitura localizadas em áreas de risco, a evasão ainda é um problema maior do que no restante da rede. Em 2009, o índice foi de 4,69% enquanto nos outros colégios foi de 3,19%. Aproximadamente cinco mil alunos abandonaram as salas de aula ano passado nas escolas afetadas diretamente pela violência.



Na mão, uma marca de tiro

• A adaptação do menino de 6 anos na escola em que estudava na Zona Oeste já não tinha sido nada fácil. Em tão pouco tempo de vida, ele carrega uma história que vai além da pequena cicatriz que tem na mão. A marca dos pontos não é apenas o que ficou de um tiro, disparado por bandidos, também na mão de sua mãe. Há pouco menos de dois anos, o garoto já tinha sido obrigado a se mudar porque a mãe dele tivera problemas com os criminosos da favela onde morava.

— Quando o menino chegou aqui na escola, não queria se desgrudar da mãe de jeito nenhum. Chorava e gritava muito. Aos poucos, fomos conseguindo fazer com que ele ficasse — relembra a diretora da unidade.

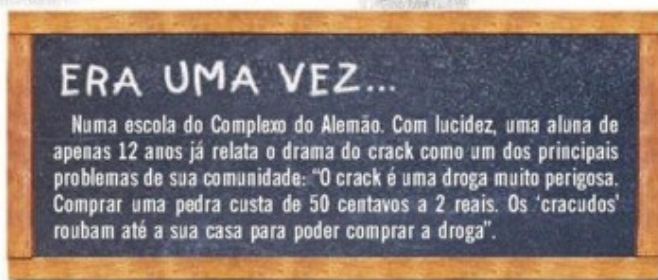
Apesar de, em abril deste ano, a criança já estar há mais de um ano na escola, bastava acompanhar alguns dias de rotina na unidade para saber o quanto era difícil manter o menino. Numa manhã em que o repórter do GLOBO estava no colégio, a própria diretora foi quem o colocou no colo e tentava distraí-lo num momento de tristeza. Na frente do computador da secretária, ela procurava entretê-lo com algumas imagens.

— Às vezes, ele fica assim, triste. Aí, a gente tenta distraí-lo. Mas hoje ele está com certeza bem melhor do que quando chegou — disse a diretora na época.

Poucos dias depois, no entanto, o tio da criança assassinou um adolescente da comunidade, provocando mais uma mudança forçada. Até o último contato feito com a diretora, ainda não havia notícias do novo paradeiro do menino e se ele já havia sido matriculado em outra unidade. O fato é que na próxima escola ele irá começar tudo de novo. De novo.

Enquanto na escola da Zona Oeste, era um aluno que ia embora, numa das unidades da Zona Norte visitada pelo GLOBO, uma professora do 5º ano do ensino fundamental recebia um aluno vindo de outra comunidade. Ela conta que a chegada da criança, de 11 anos, foi tensa:

— Nos primeiros dias, ele trouxe um tom



ERA UMA VEZ...

Numa escola do Complexo do Alemão. Com lucidez, uma aluna de apenas 12 anos já relata o drama do crack como um dos principais problemas de sua comunidade: "O crack é uma droga muito perigosa. Comprar uma pedra custa de 50 centavos a 2 reais. Os 'cracudos' roubam até a sua casa para poder comprar a droga".

ameaçador, dizendo que tinha parentes da "boca" (de fumo) e coisas do tipo. Expliquei que boca aqui era só a da professora e que eu sou bem falante. Passado algum tempo, ele foi se acalmando e hoje já tem um comportamento bem melhor. Aquele jeito inicial era um medo de que pudesse sofrer preconceito ou mesmo agressões dos outros coleguinhas de classe, o que não aconteceu.

O seu êxodo foi provocado pela morte de um irmão, envolvido no tráfico de drogas na comunidade onde a criança morava anteriormente. Desesperada, a mãe resolveu se mudar para fazer com que o filho também não se envolvesse. O pai seria sargento do Exército, mas ele nunca o conheceu porque a mãe "nunca fez o exame" (de DNA, para comprovar a paternidade). A professora conta que os exem-



Ação contra o crack

• Se a violência provoca o êxodo, a epidemia do crack vai além e tem levado até a morte de alunos de escolas em áreas de risco. Numa unidade da Zona Norte, a droga atravessou o caminho de um menino, de 11 anos. Pai e mãe eram dependentes do entorpecente e acabaram mortos por não pagarem uma dívida com o tráfico. Criado pela avó, o estudante seguiu os passos dos pais, deixando de lado caderno, lápis e o futuro. Numa quinta-feira de maio passado, o garoto foi assassinado como punição por ter roubado um botijão de gás, retirado da casa da mãe de um dos "soldados" da boca de fumo, onde foi tentar trocar o objeto por mais uma dose do crack.

— A avó dele veio à escola pedir ajuda. A diretora fez de tudo para tentar afastá-lo da droga. Tinha dias em que ele chegava sujo, descalço e drogado. A gente dava banho, alimentava e conseguia roupas limpas, mas no dia seguinte ele estava de volta à rua, à droga — lembra sua professora.

plos de quem vem e vai são comuns:
— Principalmente na metade do ano, saem muitos. É uma pena porque todo o trabalho que fazemos é interrompido.
Os casos explicitam uma falha: apesar de a escola para onde vai a criança ter acesso ao histórico básico do aluno, dificilmente há um relato mais detalhado, que possa embasar o trabalho dos futuros educadores.

Algumas notícias tentaram previsões menos superficiais, sobretudo a Ong que se dedicou a um trabalho específico com os usuários de crack. Embora esse tipo de notícia não predomine, retomam um pouco a ideia de que: “seja qual for a estratégia realista de competição com o desconhecido, o incerto e o desconcertante podem ser reconsiderados. É preciso partir disso.” (Bauman, 1997) Eu acrescentaria que não só “podem”, mas precisam.

⁶⁰ Edição de 25 de outubro de 2010 – Carta de leitor, página 8.

⁶¹ Edição de 11 de setembro de 2010 – Jornais de Bairro, página 10.

3) Capítulo 3: Só podia dar em choque! Sobre a responsabilidade com os contextos

Embora terceiro, este capítulo revela a vontade primeira de escrever este trabalho: analisar a teoria na prática, abraçar a teoria e pensar a que outras práticas ela pode nos conduzir. Pensar teoria e prática, juntas - nem sempre uma como consequência da outra -, e em como as duas podem ser pensadas em movimento harmônico e constante, condutor de transformação.

Esta dissertação foi iniciada com uma discussão sobre alteridade, trabalhada ao longo de todo o primeiro capítulo. Essa apresentação foi entendida como fundamental para que se percebesse a construção de um lugar onde a abjeção não apenas resiste, mas funciona, cabe.

Essa desumanização foi ainda trabalhada ao longo do segundo capítulo, quando algumas notícias de jornais deram conta de uma leitura rasa que nos apresenta um usuário que traz em si o corpo da animalização, uma leitura que apresenta uma espécie de busca por prazer que não se preocupa com o outro, tampouco com seu futuro. Um usuário aquém do outro e aquém do futuro.

Embora matérias desse tipo não fossem as únicas presentes no jornal, eram muito expressivas durante os três anos em que a pesquisa foi realizada e minha questão para esse capítulo é de que a simples existência delas, explicitando a abjeção que tem lugar, tem relação estreita com as políticas públicas adotadas no Rio de Janeiro até o momento.

Dessa forma, analiso aqui as políticas públicas colocadas em prática, mas também experiências que aparecem como alternativas num cenário em que o Choque de Ordem parece não mais dar conta de um “inimigo” que resiste bravamente, como profecia de um futuro que só poderá ser construído se for capaz de inserir todos na paisagem. Nesses momentos, sinto que a luta pela alteridade é nossa única garantia na construção desse futuro.

Este capítulo entrega ainda meu desejo maior de dar “vida” ao meu trabalho, um rascunho do que pretendo executar no doutorado, num momento em que o Rio de Janeiro grita por redução da maioria penal e corre de facadas – quase sempre de usuários de crack. Num momento em que o Rio de Janeiro, entorpecido, grita por mais Choque.

3.1) A midiatização do abjeto

Algumas notícias sorteadas foram analisadas neste trabalho, no capítulo anterior, para que conhecêssemos, num olhar mais transversal, um pouco do que foi veiculado ao longo de três anos sobre usuários de crack do Rio de Janeiro. Mesmo assim, de 2010 até 2012, debruicei-me na rica tarefa – às vezes triste, às vezes cansativa, às vezes inacreditável, às vezes animadora – de ler todos os textos em que estivesse presente a palavra “crack”. Mais tarde, optei por um primeiro filtro que tornasse meu objeto mais facilmente alcançável e passei a ficar com as matérias em que estivesse presente o “cracudo”, mesmo quando essa palavra não estivesse explícita no texto, mesmo tendo lido todas as outras.

Ainda assim, um material muito expressivo não foi sorteado. Por vezes interpelei-me se não era necessário forçar resultados com dados viciados, não para impor uma resposta porque resposta, no singular, não há, mas para que esses textos, que considero tão significativos e relevantes para nos fazer refletir sobre nosso tempo, também tivessem um espaço neste trabalho.

Então decidi que este capítulo era fundamental. Primeiro porque não busquei com os sorteio fazer com que chegássemos até as minhas questões iniciais, como uma espécie de comprovação pessoal de que meu trabalho “deu certo”, mas porque não só a alteridade marca essa pesquisa, mas – pensando o usuário de crack – notei que sempre esteve ao meu lado, nas páginas em que pesquisava do acervo para este trabalho, um sentimento de abjeção a partir da alteridade. E, fundamentalmente, porque a abjeção é o que, acredito, dá respaldo à possibilidade de que sejam aplicadas políticas públicas no Rio de Janeiro pelo viés da segurança pública.

Loic Wacquant apresenta uma fala que diz muito sobre este capítulo. O autor tem um entendimento de que “não podemos separar o corpo, o Estado social ou penal e a marginalidade urbana. É necessário captá-los em conjunto, nas suas imbricações mútuas”. (W, LOIC. 2008) E essa “imbricação” tão fundamental fica muito clara quando pensamos o usuário de crack. As muitas falas que dão conta de seu corpo nas páginas de jornal que veremos aqui estão completamente atreladas, no sentido de que influenciam, a questão da marginalidade urbana - muito apoiada por esses jornais, mas ao mesmo tempo uma demanda da sociedade – e, ainda, o tempo todo esses corpos são atravessados pelo estado social e penal, sem que seja possível descolar a maneira como são tratados por esses estados da forma como são apresentados e da marginalidade que

se espera deles. Ou seja, inspirada por essa fala de Wacquant, que foi ficando cada vez mais clara na medida em que este trabalho avançava, espero “imbricar”: os corpos cobertos pelo jornal, esse sentimento de abjeção e essa condução a determinadas políticas públicas.

No ano de 2012 - o ano imediatamente posterior ao lançamento do programa do governo federal “Crack, é possível vencer”, mas também um ano de eleições municipais e de cada vez mais urgência na finalização das obras para a Copa e para as Olimpíadas – alguns textos de opinião foram bastante expressivos no jornal. Um destaque necessário: uma semana antes do final de 2012, o próprio jornal mostrou-se surpreso com a forma como, apesar de tantos outros assuntos relevantes, a “palavra do ano de 2012 foi: crack”. A palavra tinha estado em 366 matérias até o dia 23/12 (quase uma para cada dia do ano) e, segundo o Ministério da Saúde, os CAPs, federais, tinham realizado 38 milhões de atendimento no ano.

Muitas vezes foram selecionadas para este capítulo colunas de opinião, e isso não foi decidido previamente, mas é necessário destacar com esse fato que essas colunas não representam apenas o que pensa determinada pessoa, como se fosse um pensamento exclusivo, descolado da linha editorial do jornal, mas ao entrar em contato com essas colunas vale dizer que para serem veiculadas elas também passam pelo crivo de outras pessoas do jornal, além de serem um tipo de texto em que se fala de maneira mais livre, onde a impossibilidade de imparcialidade está mais clara, pontos que considero importantes quando formos olhar seus conteúdos. É relevante ainda dizer que alguns nomes foram colocados seguindo o princípio de relevância pública. Muitas vezes os nomes e mesmo os cargos que essas pessoas ocupam nos informam mais sobre o lugar de que falam, podem nos ajudar a entender melhor o conteúdo de suas falas, não sendo uma exposição pura.

Já em fevereiro, Marcelo Itagiba, advogado e ex-deputado federal do PSDB, nos fala na coluna de opinião “Como Zumbis” de “imagens deprimentes de grandes grupos vagando sem rumo pelas ruas, como zumbis, totalmente entregues ao crack.” Fala que a situação precisa ser tratada como um caso de saúde pública, mas que oferece riscos à segurança pública. O discurso do medo, já bastante conhecido em outras matérias, impera no argumento de que, falhando a saúde pública, que seja priorizada a segurança: “Haja vista que muitos integrantes dessas hordas de dependentes, sem moradia, emprego e meios de subsistência, acabam por recorrer ao crime para adquirir a droga mortal”, ilustrando também a culpabilização exclusiva da droga e do usuário, um

argumento já mencionado no primeiro capítulo. Para o autor da coluna, deixá-los na rua, os empurra para morte. Por isso é a favor da internação compulsória. Para ele, “qualquer um que reincidisse pela terceira vez nesse crime” deveria ser internado compulsoriamente, inclusive da classe média. No fim da coluna, sugere “tratamento efetivo aos doentes que vagam pelas ruas, sem futuro, como zumbis, que são os mortos-vivos. Ou, nesse caso, os vivos-mortos”.

Mais tarde, em maio, é a vez de Rodrigo Bethlem falar sobre o crack. No momento em que era secretário municipal de Assistência Social do Rio, ele clareia da seguinte forma a questão do crack, que naquele momento falava forte sobre a internação compulsória iniciada no próprio mês de maio: “De um lado alguns defensores dos direitos humanos de sofá, do outro a prefeitura e seus parceiros dos órgãos de segurança pública.” Bethlem informou não desprezar que a Constituição garante o direito à vida e à liberdade como garantias invioláveis do povo brasileiro, mas levantou uma questão: “entre a liberdade e a vida, com qual você fica? O fato é que, sem vida, não há como reivindicar liberdade.” E ponderou: “A liberdade tem limites. O que não tem limites e é inquestionável é o direito à vida. Direito esse que deve ser compreendido ainda de acordo com uma visão global, incluindo na interpretação outros valores, entre os quais se destaca a dignidade humana. O dependente químico é um doente que necessita de atenção e atendimento especializado porque já está sentenciado à prisão sem grades, determinado pelo uso das drogas.” Disse que acompanha já faz tempo o flagelo dos usuários e que aquela não pode ser uma “escolha consciente”, acrescentando a necessidade de, então o Estado intervir. “Quando um dependente ainda tem a atenção de sua família, e esta tem condições para tanto, a internação compulsória é um ato de amor. No nível mais alto do flagelo causado pela droga, ele já abandonou a família ou foi abandonado por ela. Não pode ser abandonado pelo poder público. O indivíduo perde a liberdade de decidir o que é bom e mau para si.” Por fim, Bethlem faz uma reflexão que não é das mais animadoras, mas que, para ele, resolve o problema: “Vale ressaltar que a internação compulsória não é prisão, não é criminalização, tampouco é varrer o problema para debaixo do tapete. A reabilitação feita à força é melhor do que nada. Afinal, após ser tratado compulsoriamente, o indivíduo pode sobreviver e retomar o controle de sua vida.” Fica a impressão de que Bethlem teme os mesmos zumbis que Marcelo Itagiba.

Em setembro, Arnaldo Bloch traz em sua coluna um texto mais divertido, irônico, mas que apresenta uma fala interessante ao separar o fumante lícito e o cracudo.

Para Arnaldo, “O fumante de tabaco, hoje, está no nível mais baixo de prestígio social. É mais discriminado que um usuário de crack.” E argumenta: “Afinal, o craqueiro é um desgraçado, um infeliz abandonado, vítima das convulsões socioeconômicas, da desigualdade, dos mandos e desmandos da selva metropolitana, da lógica inclemente dos piores barões do tráfico e dos milicianos mais desumanos”, enquanto o “tabagista” “é um pilantra da pior espécie: um assassino de criancinhas indefesas, um chato incômodo, um patife que se levanta a cada cinco minutos da mesa de bar para cuspir sua fumaça tóxica na cara do guardador de automóveis, que está lá na sua paz, a respirar avidamente cano de descarga de carro de playboy na noite de neon.” Ou seja, revestido de humor, Arnaldo traz um usuário de crack como alguém que está sendo “aliviado” enquanto todos culpam quem fuma cigarro, e evidencia uma ironia nisso: quem de fato deveria ocupar esse não lugar era o cracudo.

Em outubro, é um morador da Zona Norte que aponta o paradoxo de “meninos” que, “em frente ao banco HSBC assustam quem precisa cumprir a rotina e pagar as contas.” Ele diz que “no entorno do Largo da Penha, a sujeira causada pelos usuários torna o lugar inseguro para quem transita”. Destaca-se aí a maneira como a sujeira causa insegurança, uma associação que não entrega uma relação óbvia, mas que ao olharmos com mais calma revela bastante sobre esse limite que o usuário ultrapassa aos olhos dos outros pedestres em relação ao cuidado próprio e por isso amedronta. Ainda em outubro, na mesma coluna “Fala, Zona Norte!” é a vez de um morador reclamar do fato de que “acaba uma cracolândia e no outro dia já tem outra”, numa reprodução de cracolândias que me remete ao comentário ouvido durante minha travessia na Avenida Brasil sobre um suposto grupo de usuários de crack de que “aquelas pessoas se reproduziam feito ratos”. Os mesmos ratos que são título de matéria de primeira página, ainda no mês de outubro: “Jogo de gato e rato do crack.” Dessa vez, acrescentando “a imundície do ‘curral’ do crack que viciados criaram entre os tapumes do BRT sob um viaduto da Avenida Brasil”, que foi “exposta após a prefeitura derrubar a proteção que mantinha os drogados longe da obra”. Esse texto termina com uma outra reprodução, agora de “outro ‘curral’”, que “surgiu a 30 metros dali”.

Em todos esses textos, fica clara a maneira como fazer parte do “nível mais baixo de prestígio social” faz do usuário uma pessoa que não pode mais responder por si, precisa de um tutor, um representante. Ninguém concorda que a internação compulsória e os recolhimentos sejam uma medida politicamente correta. Da mesma

maneira, ninguém concorda que os zumbis que o tempo todo atrapalham o direito do outro tenham condições de decidir o que é melhor para si. Então a decisão é clara.

Duas colunas do dia 29/10 apresentam a opinião do jornal e “uma outra opinião” sobre o recolhimento compulsório de viciados em crack. Interessante destacar que, embora coluna de opinião, a “Nossa opinião” não vem assinada, sendo entendida como o lugar de fala do jornal, sua linha editorial, que basicamente entende a internação como necessária uma vez que o “viciado crônico em crack é um ser humano que caminha inexoravelmente para a total degradação, física e moral” e quando estão dominados pelo efeito da droga apresentam um “comportamento muito fora do normal, como apatia profunda, perda de interesse por quase tudo o que não seja a própria alimentação do vício ou, no extremo oposto, reações violentas”, sintetizando o “exemplo de como a droga é capaz de levar a reações psicóticas”: como “o incêndio que um grupo de viciados provocou numa delegacia de Irajá”. Nessa coluna, a necessidade da internação compulsória se coloca assim: “A medida não é pauta para abstratas discussões ideológicas, mas imposição da realidade. Vidas humanas estão sendo desperdiçadas, pessoas que já não têm livre arbítrio em relação à saúde do próprio corpo, ou à sanidade de seus atos, estão numa rota que, quando não leva à morte, conduz à incapacidade física e mental”. Depois completam que outras medidas precisam existir junto da internação compulsória, mas não detalham quais.

Mais um artigo de opinião, em novembro, traz a “Nossa Zumbilândia”, numa comparação similar à feita no início no ano, dessa vez de maneira ainda mais clara: “Aos viciados em crack se aplicam até mesmo aqueles bordões dos zumbis do cinema. A frase publicitária ‘Você não pode matá-los porque eles já estão mortos!’ é um exemplo. Tanto quanto o estado de entorpecimento, o estado de abstinência joga os viciados num limbo existencial, nem vida nem morte, apenas fissura. O grito de guerra ‘Cérebros! Cérebros! Cérebros!’ é outro bordão cabível. Com a diferença de que os miolos consumidos pelos zumbis da vida real não são os alheios, mas os próprios”. É Arthur Dapieve quem assina esse texto.

Mesmo o delegado Gratão, da Coordenação de Repressão às Drogas da Polícia Civil do Distrito Federal, traz em seu discurso o zumbi, uma comparação bastante presente nesse ano. “O usuário não se importa com as condições físicas e de higiene. O crack é devastador. Ele fica na rua largado como um zumbi – resume o delegado”. Na mesma matéria, o Secretário de Justiça do Distrito Federal, Alírio Neto, diz que ainda há cracolândias, mas já houve êxitos uma vez que os usuários deixaram os “espaços

públicos mais amplos” e se refugiaram em outros lugares. E completa, “pode ter cracolândia, pode existir. O que não existe é uma política de colocar isso debaixo do tapete. Existe uma política de aproximação com o usuário e de convencimento de que ele deve se tratar.”

Mais uma vez, há a construção de uma figura que deixa de ser um cidadão e é incapaz de participar da discussão sobre sua própria vida, alguém que não participa de sua transformação (se ela for desejada, necessária) e que está num estado de alucinação tão profunda que exige decisões urgentes que o travem, e mais, alguém que conta com o apoio daqueles que podem interná-los, devolvendo sua “liberdade”, conta com aqueles que fazem esse “esforço” de devolver aos usuários a vida.

Em 2011, muitas notícias falam de um usuário inserido na paisagem, mas de maneira peculiar se pensarmos o que de fato pode significar compor a paisagem, fazer parte. Uma frase, de 10/3, aponta para a presença do usuário participando da paisagem para torná-la mais feia, uma participação bastante similar à de um objeto que não funciona e precisa ser cortado: “Repleta de mendigos, camelôs e viciados em crack, a via passará por reformas.” Como pretendem reformar as pessoas uma vez que são seres humanos os apontados como problemas na via? Nas notícias, a “promessa de revitalização do bairro”, a “recuperação urbanística e do patrimônio histórico do local” está sempre atrelada ao recolhimento da parte desumana da paisagem.

Desumanidade que em 25/7 foi compilada por uma delegacia em que os usuários que cometiam crimes e reincidiam tiveram suas fotos comparadas num grande antes e depois, “mosaico da degradação”, quase um homem x zumbi. Metamorfose ambulante foi o título escolhido numa comparação no mínimo desrespeitosa com o sentido da música de Raul Seixas, que certamente estaria abismado “com a velha opinião formada sobre tudo”⁶² que notícias desse tipo estampam. “Num instante, as marcas acumuladas a cada pedra queimada se revelam. Os retratos de dependentes de crack não têm retoques, eles mostram pessoas definhando. Numa iniciativa inédita, policiais de uma delegacia próxima às cracolândias do Caju, da Mangueira e do Jacarezinho passaram a catalogar e comparar as fotografias de entrada dos usuários presos rotineiramente por envolvimento em pequenos roubos ou furtos. O trabalho resultou num mosaico da degradação provocada pelo desenfreado consumo da droga”. O grande problema é a simplificação de um discurso que some no impacto das fotos, provas irrefutáveis: “Para sustentar o

⁶² Trecho da música de Raul Seixas, *Metamorfose Ambulante*, lançada em 1973.

vício, o dependente vende o que tem, rouba, larga família, trabalho. O crack não é uma droga barata. Ele consome seu usuário até o fim.” Maria Thereza de Aquino, psiquiatra e diretora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Atenção ao uso de Drogas (Nepad).

Em maio, uma operação da Polícia Militar na cracolândia do Jacarezinho trouxe o seguinte texto: “Numa tentativa de reprimir o consumo de crack e, com isso, reduzir o número de roubos a pedestres, policiais do 3º BPM (Méier), em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social, desencadearam ontem uma operação na cracolândia da Favela do Jacarezinho – a maior e mais assustadora da cidade. Ao todo, 73 adultos e 14 adolescentes foram recolhidos. Dois adultos ficaram presos porque possuíam mandado de prisão por roubo.”

Matérias desse tipo me fizeram questionar a maneira como o jornalismo busca uma verdade dos fatos, aparentemente imparcial, mas que não se verifica na prática, dependendo de quem seja seu “objeto”. Em geral, os jornalistas são bastante cobrados sobre as afirmações que fazem no jornal, sobre a necessidade de apurar os dados, checar as fontes, confirmar o que será veiculado. Entretanto, esse esforço não se repete com o mesmo êxito quando o assunto é o usuário de crack. Muitas vezes os grupos são apontados nas reportagens como de usuários, mesmo não havendo nas imagens algo que comprove a afirmativa. Da mesma maneira, combater o roubo e recolher o usuário em muitas matérias é quase um sinônimo. Mesmo que, dentre os 87 recolhidos, dois tenham mandado de prisão.

Qual a semelhança entre um leitor, um lojista do Alagoas e uma juíza? Nos meses de agosto, outubro e novembro, esses três acreditam que é preciso “resolver” a situação do crack no Rio, de maneira imediatista. De início, o leitor mostra-se muito preocupado com a quantidade de gatos abandonados e sugere a castração, para “mostrar à sociedade que não é barbaridade”; depois, fala do Campo de Santana, e diz que “o lugar está entregue às baratas, às rodinha de crack. Todo mundo atravessa apavorado, segurando seus bens. Tem que ter um café, atrações para as pessoas”.

Depois, acesso uma notícia que fala de comerciantes de Acauã, em Alagoas, que pagam por segurança, inclusive prevendo execuções: “Um lojista, que teme ser identificado, diz que paga R\$ 500 para um PM proteger seu estabelecimento. No pacote de segurança está incluída a execução de traficantes ou pequenos ladrões que sustentam o vício do crack roubando mercadorias.”

A juíza é Ivone Caetano - da 1ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso -, de quem partiu a ideia da internação compulsória. Para ela, a necessidade dessa medida é dupla: “O crack leva à morte – da gente, se eles nos atacam, ou deles”, acrescenta ainda as mudanças ocorridas seis meses após o início do recolhimento compulsório: “Quando criei o projeto, recebi críticas de que estava ferindo o direito de ir e vir deles. Mas de que adianta ter direito de ir e vir se estão indo para a morte?” A juíza admite a condição dos abrigos, mas acha que algo precisava ser feito e que agora as pessoas podem cobrar melhorias dos abrigos.

Outra semelhança entre essas três pessoas, certamente mais sutil que a declarada intenção de sumir com o “problema do crack” é a discriminação entre eles e os usuários de crack, a separação e o distanciamento, que apenas aumentam as possibilidades de sugerir mudanças que não serão assertivas, mas muito levadas pelo medo. Aquele que apavora, a quem posso executar, quem posso conduzir pelo “bom caminho”, não entrega apenas sobre ele, fala mais de quem constrói para ele esses sentidos.

Em junho, a coluna Nossa Opinião apresenta fala favorável a descriminalização como estratégia contra as drogas. No texto, defendem a redução de danos, destacam que a política internacional de combate não funcionou e enxergam nessa medida uma forma, não de acabar com o tráfico – “utopia” -, mas de continuar enfrentando o tráfico e melhor tratar os usuários. A coluna cita a fala de Fernando Henrique Cardoso no documentário Quebrando o Tabu⁶³ como positiva. Ao lado, Uma outra opinião entrega a visão do ator Carlos Vereza, que se opõe a qualquer uma dessas medidas no sentido de liberar ou legalizar algum tipo de droga.

Em agosto, porém, acredito que já um pouco mais cansados, a Nossa Opinião muda e aponta uma medida mais combativa como urgente: a internação compulsória de menores viciados em crack. Também afirmam que mais medidas são necessárias, mas essa é emergencial.

Em julho, uma matéria associa as mortes do crack a homicídios. A matéria é bastante alarmante, falando de números assustadores e defendendo a internação compulsória, mas é interessante ver no jornal a associação forte entre crack e violência, deixando, de modo sutil, a possibilidade mais aberta sobre o que de fato mata os usuários. Ou seja, embora ainda houvesse um certo pânico na hora de abordar o assunto, havia também a chance de entender que o tráfico é mais violento contra o usuário do

⁶³ Filme brasileiro, lançado em 3 de junho de 2011, dirigido por Fernando Grostein Andrade, sobre a temática do combate às drogas.

que a droga, embora isso não tenha sido dito de modo explícito nessa notícia nem em outras.

O ano de 2010 não trouxe um sentimento diferente da abjeção que já era observada em outras matérias. Uma notícia do início de fevereiro fala dos “zumbis”. Citando dados sobre o aumento do consumo de crack em capitais, descrevem o comportamento dos usuários: “jovens com dentes estragados e trajas de mendigos se dividem entre acender o cachimbo e achacar a população por moedas”. Mesmo um dependente endossa o discurso. Para ele, “essa droga foi a forma mais inteligente que o diabo inventou para acabar com a humanidade”.

No dia 24 de fevereiro, o jornal fala do recolhimento de moradores que assaltam. Mais uma vez, trata os crimes como verdadeiros a partir da fala de senso comum daqueles que por ali transitam. A ideia do desleixo com si próprios também fica clara: “Fumam sem se preocupar, nadam à vontade no chafariz”. Na matéria, uma foto bastante expressiva de mãe e filho imbricados num mesmo drama durante aquela que foi nomeada “Operação Bacana”, da secretaria Especial de Ordem Pública. De acordo com Marcelo Maywald, coordenador da operação, eles vão investir diariamente para tirar a população do local: “Vamos ganhar esses moradores de rua pelo cansaço”. Nessa fala, fica clara a medida do governo de “enxugar gelo”. O estranho é notar que no lugar de isso fazer com que a população questione as medidas paliativas, parece tomar corpo um discurso de desumanização dos zumbis que não desistem nunca, continuam retornando, resistindo àquele tipo de vida inaceitável, quase como se afinal gostassem mesmo daquilo, como se tudo de melhor já tivesse sido oferecido, mas fosse algo quase natural àquele tipo de ser humano. No outro dia, mais uma vez, “foram os fiscais que ficaram cansados”, com a resistência das pessoas.

Ainda em fevereiro, numa matéria de título “Arpoador, reduto do lixo e desordem”, destaca-se a fala de um morador inconformado com a presença dos mendigos: “Enquanto a prefeitura faz pressão para não levamos cachorros à praia, esses mendigos fazem o que querem. Eles cozinham, urinam e fazem sexo nas pedras da Praia do Diabo.” Fala ainda da invasão ao Parque Garota de Ipanema: “Até vasos sanitários já foram encontrados entre as plantas. Eles pegam privadas velhas no lixo e deixam na mata para usarem como banheiros.” Um ambulante completa, “já vi até 10

meninos de rua dentro daquela caverna usando crack”. Interessante perceber que a figura do em situação de rua, já bastante complexa, se mistura com a de usuário de crack, uma atividade não necessariamente praticada por quem vive na rua. Embora seja bastante básica a informação, nos jornais quase não há esse tipo de distinção entre os diversos moradores das ruas e suas diferentes condições e características. Mais parece que essas características vão sendo preenchidas a partir das medidas que precisam ser tomadas em relação a eles. Seria ainda mais antiético recolher das ruas os mendigos. Embora essa prática seja muito comum, parece servir melhor se eles forem usuários de crack transformados em zumbis que agora já não podem mais falar por si, mas dependem desse recolhimento. Isso parece tirar um pouco o peso de um politicamente correto que o tempo todo bate na porta.

No primeiro e no último dia de março, duas cartas chamam a atenção. Dois leitores pedem por um choque de ordem mais firme, dizem que a atuação em relação aos usuários está muito branda. O primeiro fala de um usuário que foi “detido” e encaminhado para um centro de tratamento, mas logo foi “liberado”. Provavelmente esse usuário não tinha ficha criminal, já que os procedimentos de recolhimento passam por essa avaliação, mas é importante notar que o leitor o encara, ainda assim, como um criminoso. Então ele continua: “Algo está errado na nossa legislação. A sociedade não pode permitir o consumo de drogas como uma coisa normal. O usuário deve, sim, ser tratado como criminoso e ir para a prisão! O consumo de drogas, além de prejudicar o organismo do usuário, o leva inevitavelmente a praticar crimes para sustentar seu vício.”

O outro leitor, complementa esse discurso. “Está ficando impossível transitar pela Rua Santo Amaro, na Glória: mendigos ocupam as calçadas dia e noite. Dormem, fazem comida, brigam, gritam e sujam toda a calçada. Pela manhã, abrem os sacos de lixo à espera da Comlurb e pegam um monte de porcaria para vender na calçada da Rua do Catete. Meninos usam crack em todas as praças. Dá medo passar pela Rua do Catete, esquina com a Rua Santo Amaro, assim como em outras ruas e praças. É uma pena o descaso das autoridades com a Glória.” Mais uma vez, o usuário é o único responsável por toda aquela situação. É o que pode explicar o fato de todos os problemas citados serem um descaso com a Glória, seus moradores, suas estruturas, mas não com aquelas pessoas, aquelas pessoas não são a Glória.

Uma matéria de maio é significativa para de novo falar dessa questão de um espaço que primeiro é invadido, desrespeitado, pelo usuário de crack. O psiquiatra Jairo Werner, coordenador do Núcleo de Assistência a Dependentes Químicos da UFF, diz o

seguinte: “Nós estamos expostos a pessoas que estão sem a mínima condição de respeitar a vida do outro, porque elas não têm respeito e nem se sentem, de forma alguma, comprometidas com as outras pessoas. Então é um problema de segurança, é um problema social gravíssimo, é um fracasso das nossas políticas públicas que pode realmente levar essas crianças a uma morte prematura.” Um tipo de discurso compreensível frente a complexidade do crack, mas em que fica clara a pouca capacidade de avançar até o questionamento sobre quem é que se compromete com essas pessoas, com essas crianças, para que não morram prematuramente, e mais, como esse comprometimento se revela na prática.

Embora acredite que já tenha ficado claro, com o modo de fazer escolhido durante o trabalho, é importante dizer que minha intenção não é dividir ou apontar culpados. Essa interpretação pode ser feita especialmente nesse momento em que analisamos de maneira clara algumas falas dos jornais; mas, nem os jornalistas, tampouco a população, precisam ficar ainda mais distantes do que já estamos dos usuários de crack. Certamente esse problema causa medo. Diante do caos como se apresenta a nós, essa postura é compreensível, e até esperada. Mas ela não é a única e, especialmente, ela não tem sido eficaz. Minha contribuição precisa ser a de levantar mais vozes e olhares sobre um mesmo discurso, como já fizeram e fazem mais pessoas, para que a abjeção não seja quase que o único sentimento que o usuário nos desperta. Também para que não nos conduza a determinadas políticas públicas, como veremos agora.

3.2) Abjeção tratada a base de choque: políticas públicas no Rio de Janeiro

Frente ao privilégio a uma maneira de olhar, que não é único, mas que por ser bastante estreito sobrevive pouco à totalidade, é importante percebermos os impactos das políticas públicas de enfrentamento ao crack do município na cidade do Rio de Janeiro. Por meio de programas que privilegiam e são pautados pela segurança pública – refletindo em escolhas como o Choque de Ordem e a Internação Compulsória -, muito pouco ainda parece ter mudado nesse aspecto, mesmo quando o interesse final são os números. Pelo contrário, esse tipo de medida muito mais parece entregar à caça àqueles que seriam os “vulneráveis” da situação.

Citando os números, o Núcleo de Prevenção às Drogas da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, em 2011, apresentou dados que davam conta de um aumento de

400% nos atendimentos voltados ao usuário de crack nos anos de 2005 a 2008. Antes disso, um levantamento realizado pelo Conselho Estadual Antidrogas já acenava para o fato de que em 2001 tinham feito apenas um atendimento desse tipo de usuário, mas que em 2004 esse número já saltara para 183 e em 2005 para 262 casos. Embora os números não sejam o foco desta pesquisa, eles são utilizados em larga escala, especialmente como argumento para a aplicação de determinadas políticas públicas do município do Rio, e do Brasil. Uma maneira rápida de perceber isso é retomar nossos últimos debates políticos nas eleições, em que os candidatos vomitavam enxurradas de números, muitas vezes até virando motivo de chacota por se enrolarem com eles. De modo que esses resultados quase sempre são usados como medida para avaliar governos, para sentirmos que nossa situação é boa ou péssima.

Frente à realidade, há artifícios; mas frente aos números, “eles são os fatos contra os quais não há argumentos”. Dessa forma, o crack é cada vez mais apresentado como um assunto bastante preocupante na realidade social, mas também econômica, da cidade do Rio. Isso faz com que medidas sejam tomadas na busca por solucionar a questão. O importante é pensarmos um pouco agora sobre como estão sendo construídas essas políticas de prevenção, combate e atenção (se há) ao uso de crack.

Muito se tem feito nesse sentido, pelo viés da segurança pública, mas é importante pensarmos como a construção de políticas de saúde pode contribuir nesse processo, sem mencionar a importância de enxergar essa como uma questão social que precisa ser envolvida também pelos programas de atenção básica. Falar um pouco das políticas adotadas com o usuário de drogas injetáveis no Brasil, durante as décadas de 80 e 90, pode ser útil nesse processo.

No final dos anos 80 e início de 90, o Brasil foi protagonista no desenvolvimento de estratégias inclusivas ao promover ações de redução entre usuários de drogas injetáveis, que então constituíam um dos grupos mais vulneráveis a transmissíveis à transmissão do HIV por via sanguínea. O resultado foi um decréscimo de 72,6% do número absoluto de casos de AIDS associados ao uso injetável de drogas entre 1996 e 2006. Foi necessário que o

ênfoque não fosse a droga, mas o usuário.
(Mathiasen & Chequer, 2011)

Certamente, esse foi um período com um contexto bastante particular, mas é interessante resgatá-lo quando se percebe que a atuação nele retratada foi construída embasada numa política de saúde, incluindo ações de redução que não funcionam pensadas a parte, mas apenas envolvendo o usuário. Bem diferente do que observamos no município do Rio, em que os dados indicam que as ações que buscam conter o uso do crack se dão através do papel de políticas repressivas. Além disso, há uma ausência de ações efetivas que garantam uma assistência adequada aos dependentes da droga e uma inexistência de políticas de prevenção ao uso do crack eficazes.

Em 2011, logo após ter sido criada em nosso território uma força nacional contra o crack (final de 2010)⁶⁴, começam a surgir as primeiras ações de enfrentamento no município do Rio, implementadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social da prefeitura (SMAS).

Em maio desse mesmo ano, por meio da SMAS, foi instituída a internação compulsória de crianças e adolescentes usuários de crack, antecipando um pouco a maneira como esse enfrentamento seria posto em prática. Recolhidos, em “operações” denominadas “Choque de Ordem”, das cracolândias da cidade e de outras cenas de uso, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Guarda Municipal e profissionais da SMAS, responsáveis pela abordagem e recolhimento efetivo, eram os representantes do Estado que faziam com que qualquer ação tivesse um caráter bastante repressivo.

É importante notar que nem mesmo os nomes foram modificados quando foi colocada em prática a política adotada no município. Em geral, especialmente nas ações que envolvem muitas pessoas – alguns recolhimentos deram conta de dezenas -, há todo um esforço, ainda que apenas teórico, ainda que apenas “marqueteiro”, no sentido de dar mais respaldo à ação, às vezes o simples batismo da ação resolve isso. É curioso pensarmos como não parece ter havido esse esforço no Rio com relação aos usuários de crack.

⁶⁴ A partir da instituição do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas (Decreto de 20/5/2010), com objetivo de prevenção ao uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

O termo “operação” foi constantemente utilizado. Uma palavra já bastante marcada na mídia com um significado de atuação da polícia em algum ambiente, mas com certa frequência nas comunidades. Em especial no contexto de implantação das UPPs, essas operações indicavam a entrada da polícia para a derrubada do “poder paralelo”, embora nem sempre esse poder fosse assumido.

Quando analisamos ainda os grupos que participam dessas ações, majoritariamente da polícia, mesmo que eles estejam ali apenas acompanhando, isso já marca a construção do cenário de iminência de crime, de barbárie, de repressão. Já há muito a presença da polícia não representa garantia total de segurança, haja vista alguns casos em que ela aparece atuando de maneira diferente daquela para a qual foi designada. Nesse caso, e dentro dessa lógica, talvez ofereça segurança para os representantes da SMAS, mas é fundamental a consciência do cenário que se constrói no episódio.

Uma das primeiras ações logo após o recolhimento, que aos poucos foi sendo chamado de acolhimento – nas matérias e nas falas de representantes da SMAS, embora na prática não se falasse em mudanças objetivas nas ações -, é o encaminhamento do usuário à delegacia para que seja observado se possui registro policial. Esse conjunto formado entre presença da polícia e imediata condução à delegacia como ação primeira com o usuário entrega muito sobre o que se espera desse indivíduo. É preciso ter polícia no contato com ele e a primeira suspeita sobre sua vida é a existência de um registro policial.

Howard Becker traz uma leitura que contribui bastante ao observar esse cenário. Embora o autor mostre em *Outsiders* que não há um motivo desviante para que alguém use determinada substância, mas uma compreensão do desvio como um processo constantemente elaborado, cujas concepções sobre normalidade e desvio mudam mesmo entre os usuários, quando passam a envolver-se com a droga, trago sua leitura para comentar uma outra percepção do autor, a de crime como a única “saída” para os considerados criminosos. Não há outras abordagens em que caibam mais papéis para o usuário que não o de criminoso ou já podemos admitir que esse forte desejo de salvá-los – mesmo que de maneira bastante contraditória - seja apenas uma maneira de salvarmos a nós mesmos, as vítimas das facadas, e por isso manter um lugar único para eles?

O crime faz parte da vida de muitos desses usuários, ainda que a partir apenas da utilização de uma droga ilícita. Daí é possível que algumas interpretações sejam feitas e mesmo confirmadas. Muitos dos usuários de cenário abusivo mantêm seus vícios por meio de furtos quando já não têm mais dinheiro. O enviesamento da questão torna-se problemático, porém, quando a criminalidade passa a ser o único caminho possível, o único caminho que se espera, e ainda, uma leitura comum nos jornais.

Embora os primeiros registros de apreensão de crack no Rio de Janeiro ocorram já a partir de 2001, o ano de 2006 ficou marcado pelo grande número de registros na capital. E mais, em 2010, ficou bastante evidente esse crescimento, registrado em 365% de aumento em cinco anos, o que impulsionou inclusive um aumento na média de tempo de consumo dos usuários. (Vallim, 2012:5) Todos os números que estimularam essas constatações foram importantes somados ao surgimento de uma série de cracolândias e cenas de uso de crack espalhadas pela cidade e logo demandaram políticas públicas de enfrentamento. Uma série de novos fatores também contribuiu nesse processo, em especial o fato de o Rio ser sede de vários eventos mundiais que colocaram e colocarão a capital em evidência, como a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo e a Jornada Mundial da Juventude (2014), além dos Jogos Olímpicos de Verão e as Olimpíadas (2016). Sem esquecer das eleições, que sempre são influenciadas pelos grandes “problemas” da cidade. O crack foi um dos assuntos mais comentados nas eleições municipais de 2012 e também foi frequentemente comentado nas eleições do ano de 2010, que elegeu presidente, governadores, senadores e deputados.

Uma das primeiras ações do Governo Municipal - na busca por enfrentamento à disseminação do crack, mas também muito para amenizar a opinião pública do Rio de Janeiro, assustada com o monstro do crack – foi a de, em maio de 2011, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e a instituição do Protocolo do Serviço Especializado em Abordagem Social, fazer valer a resolução nº 20 de 27/5/2011, que determinou a internação compulsória de crianças e adolescentes usuários de crack.

O Choque de Ordem⁶⁵, que também atuava em outras questões da cidade, agora faria o recolhimento de pessoas “em situação de rua”, incluindo usuários de crack e outras drogas. Recolhidas, essas pessoas eram diretamente encaminhadas à Delegacia de Proteção Especial de Crianças e Adolescentes. Logo após, passavam pelo diagnóstico de um médico responsável. Caso fossem crianças e adolescentes usuários de crack, eram automaticamente direcionados para internação numa Casa Abrigo da Prefeitura Municipal, onde permaneciam por um período de 30 a 45 dias. (Valim, 2012:8) É importante destacar que ação similar era realizada com os adultos usuários, a única diferença é que não houve internação compulsória para eles.

O “Choque de Ordem”, como o próprio nome já prevê é uma ação que sempre envolve um excesso, nesse caso a favor da ordem. Da mesma maneira que um choque, muitas vezes é, porém, de rápida duração. Ou seja, muito forte no início, mas sem manutenção. Essas características foram observadas em algumas falas de usuários que foram levados ao Rio Acolhedor⁶⁶. Eles comentaram muitos casos em que passam pelo recolhimento e a internação dura apenas um dia, pois no outro já estão liberados⁶⁷, não apenas porque não exista internação compulsória para esse caso, mas porque não há um acompanhamento ou tratamento que justifique mais tempo ali.

A falta de uma política mais aproximada e duradoura com os usuários é explicitada nos jornais. Muitos deles exibem manchetes de que rapidamente os locais

⁶⁵ De acordo com notícia que explica o Choque de Ordem no site da prefeitura, o Choque representa “Um fim a desordem urbana.” E explica, “a desordem urbana é o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral. Como uma coisa leva a outra, essas situações banem as pessoas e os bons princípios das ruas, contribuindo para a degeneração, desocupação desses logradouros e a redução das atividades econômicas.” Por fim, o texto explica o objetivo do Choque: “pôr fim à desordem urbana, combater os pequenos delitos nos principais corredores, contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida em nossa cidade.” Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137>. Acesso em 11/11/2015.

⁶⁶ Abrigo criado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2011, em Paciência, cujas funções seriam o acolhimento e a reinserção social da população em “situação de rua”.

⁶⁷ Cf. O Globo, 18/10/2012. “Em menos de 4h, o previsível retorno ao ‘curral do crack’”.

em que houve recolhimento estão novamente ocupados. A antropóloga Taniele Rui⁶⁸ destaca essa movimentação ao mencionar a maneira como as cracolândias parecem ter vida própria: não acabam, mas mudam de lugar constantemente. No período entre março e julho de 2011, período em que a internação compulsória era válida para crianças e adolescentes, houve 19 operações de “Choque de Ordem”, nas quais foram recolhidas um total de 1194 pessoas, sendo 230 crianças e adolescentes. Muitos, como boa parte das matérias pesquisadas revela, apenas voltaram, quase que como sem serem atravessados pelos programas disponíveis.

Quando recolhidos, as crianças e adolescentes internados são encaminhados para uma casa abrigo municipal (embora a internação compulsória não aconteça mais, os recolhimentos podem existir com concessão do usuário, uma ação pouco controlada e por isso questionável). O grande questionamento sobre esse fato é, porém, se essa instituição foi pensada para acolher crianças em suas especificidades, se tem estruturas de ação que promovam políticas de atenção ao uso de crack mas por meio do viés da saúde pública, e não em ações respaldadas pela segurança pública e com marcantes traços repressivos.

É de se estranhar, por exemplo, que não se questione a maneira como, ao encaminhar crianças e adolescente de imediato para a delegacia, não se estivesse desrespeitando os direitos determinados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e mais, não parecia haver questionamento também a falta de investimentos na construção de políticas adequadas ao usuário de crack. Nesse sentido, é fundamental que sejam colocadas em prática as ações de redução de danos, uma vez que são pautadas pela esfera da saúde pública e da assistência social, e não da segurança pública.

À polícia resta um papel fundamental, que é o controle sobre a oferta da droga. Um trabalho de eficácia também bastante questionável, mas um desafio que pode ser realizado e é mais coerente com seu trabalho. O foco precisa sair um pouco da execução de programas de governos municipais – que ao longo da história estiveram pautados na publicidade e, nos últimos anos, estão focados nos grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. O que a prática das últimas escolhas municipais revelou foi a

⁶⁸ Cf. Folha de São Paulo, 25/1/2015. “A cracolândia muda, não deve acabar, afirma antropóloga.”

sua restrição a um grande processo de higienização da cidade. Uma espécie de limpeza urbana do lixo humano que perturba a paisagem.

De acordo com Roberto Coelho, que em 2012 fazia parte do Núcleo de Prevenção às Drogas da PMRJ, os profissionais inseridos no programa de enfrentamento ao crack também “não estão preparados para lidar com essa demanda”, isso porque falta uma capacitação adequada e ainda não há resultados que apontem melhorias na redução do consumo da droga, do número de usuários e dos riscos sofridos por eles.

Um dos aspectos contemplados pela política de redução de danos é exatamente diminuir os riscos e a vulnerabilidade à saúde por meio de atenção integral, a fim de garantir uma política efetiva de enfrentamento à questão. Para isso, é necessário que o enfoque seja ampliado para além da droga, envolvendo também, e sobretudo, o usuário.

A relação entre uso de drogas e segurança pública é um tema recorrente nas discussões das políticas antidrogas mundiais. Uma das matérias visitadas para esta pesquisa aborda exatamente a maneira como “Obama enfoca prevenção no combate a drogas”, desviando a prioridade da Justiça Criminal para a saúde pública.⁶⁹ Isso porque a posição da ONU e das políticas antidrogas dos EUA contra o uso, a produção e o consumo de drogas não têm apresentado resultados positivos. Dados divulgados indicam que o consumo aumentou em praticamente todos os países da América Latina. Neste caso, a “guerra às drogas” e a abordagem agressiva feita aos usuários não apresenta resultados positivos, pelo contrário, os dados indicam que a política antidrogas repressiva recomendada pela ONU, e adotada por todos os governos desta região, se tornou responsável pelo surgimento de uma série de novos problemas, tais como o aumento da violência armada e da população carcerária. (Valim, 2012:12) A partir do ano de 2009, por isso, a ONU revê sua política antidrogas, centralizando mais a atuação a partir da política de redução de danos, a partir do momento que, no lugar de conter o uso, a opção passa pelo investimento na saúde pública. (Caldeira, 1999)

O que se percebe, no Brasil e no mundo, é que o usuário e o uso de drogas precisa ser separado do tráfico. A maneira como o tráfico se organiza atualmente

⁶⁹ Cf. O Globo, 12/5/2010. “Obama enfoca prevenção no combate a drogas.”

impacta expressivamente na morte de pessoas, muito mais do que as próprias drogas. É preciso haver, dessa forma, um diálogo entre educação, saúde e assistência social. Do contrário, o Choque de Ordem e outras determinações continuarão sendo bastante eficazes na higienização provisória da cidade do Rio de Janeiro, especialmente quando amparada por um jornal que muitas vezes trata o usuário como uma figura incompreensível apesar de todos os esforços governamentais.

A dependência do uso da droga (todas elas) precisa ser relacionada à situação de miséria social. (Xavier, 2011) Enquanto essa relação não é tão apoiada - o que se percebe em parte expressiva das notícias de jornal é que o enfoque fica na droga, não na dependência -, relações mais profundas, como o uso de droga a partir da percepção da autoestima dos usuários, passam despercebidos, direcionando o enfoque da discussão para uma escolha mal feita, como se fosse apenas uma decisão pela droga errada.

Quando se lança um olhar sob os programas de internação para dependência química na rede de saúde pública no Brasil fica ainda mais clara a ineficiência do que se disponibiliza. Além de a maioria das crianças e adolescentes ser recolhida contra sua vontade,⁷⁰ não são atendidos por um sistema de saúde que atenda suas necessidades, de maneira que a internação estimule melhorias de vida para essas pessoas.

De acordo com o Datasus⁷¹, “o número de internações em unidades de reabilitação no município do Rio de Janeiro em 2009 correspondeu a 241 internações, o que equivale a 0,1% do número total de internações no município para o mesmo período”, deixando bastante clara a realidade estrutural do que é disponibilizado no Rio e ainda o baixo interesse de uma política que vá além da prática limpeza urbana. Mais importante ainda é o dado de que a média de permanência é de apenas um dia, o que revela um duplo problema: primeiro de ineficácia se pensarmos um tratamento que precisa oferecer atenção integral ao usuário; segundo, uma possibilidade de questionarmos como um serviço oferecido para o bem do atendido possa ser tão logo finalizado ou mesmo nem tenha as condições mínimas para manter em seu espaço as

⁷⁰ Esse fato ficou particularmente claro durante o período em que os adolescentes eram recolhidos compulsoriamente e, na Avenida Brasil, corriam inclusive nas pistas, para evitar que fossem levados.

⁷¹ Departamento de Informática do SUS, criado com o objetivo de informatizar as atividades do Sistema Único de Saúde. Cf. O Globo, 7/11/12. “Operação provoca fuga de usuários de crack pela Avenida Brasil.”

pessoas. No caso da assistência ambulatorial, o problema se repete, poucos são os atendidos e quando isso ocorre há muitos problemas.

Um estudo sobre a capacitação e formação dos profissionais de saúde no atendimento aos usuários de drogas, realizado pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apontou falhas na preparação para exercer a função. Os próprios médicos entrevistados consideraram que a formação acadêmica para essa atuação é insuficiente. (Cruz, MS; Silva Filho, 2003) Ainda assim, de acordo com dados da SMAS, há uma unidade de saúde para abrigar e oferecer o tratamento para dependência às crianças e adolescentes, a Casa Viva. Mas mesmo que ofereça uma equipe multidisciplinar composta por psiquiatras, pedagogos e assistentes sociais, o espaço tem apenas 25 vagas, o que restringe muito o acesso e preocupa na medida em que muitos usuários, apesar de reconhecerem que apenas eles podem iniciar um processo de recuperação, também percebem que para interromper o uso de drogas contam quase sempre com a colaboração de um agente externo que auxilie nesse processo.

O que se percebe é que a resolução nº 20 não consegue abarcar questões como o resgate da autoestima das crianças e adolescentes internadas compulsoriamente, sendo fundamental a elaboração de ações que não apenas tirem o usuário do espaço de consumo, mas promovam movimentações intersetoriais, pensadas para o resgate da cidadania do usuário e para reintegrá-lo socialmente por meio do tratamento adequado de uma rede de atendimento capacitada. É necessário resgatar suas condições de saúde, mas também sociais, redirecionando o enfoque da droga para o usuário.

Outro pauta bastante urgente nesse debate, além da já citada que prevê colocar o usuário no centro da discussão, garantindo sua participação de maneira ativa, é a de pensar ações que aproximem a população do Rio de Janeiro da realidade desses usuários. Mas esse processo precisa ser garantido de maneira sóbria e cautelosa.

Os jornais quase sempre são mais cuidadosos com notícias que envolvam tragédias ambientais, eles reconhecem o desespero que podem causar por meio de suas notícias. Da mesma maneira, assuntos que envolvam suicídios quase sempre têm dados pouco revelados, pois há a interpretação de que podem incentivar mais casos. Para além de pensarmos sobre a validade dessas atitudes, é interessante pensarmos que em

situações objetivas os jornais reconhecem sua influência, mas em outras isso não acontece, como com a questão do usuário. Ou seja, esse papel de aproximação da população com a realidade dos usuários de crack também pode, e deve, ser promovido pelos jornais, no lugar de se insistir num discurso que foca na droga e em seus efeitos devastadores, provocando o medo e uma natural abjeção do usuário pela outra parte da população. Se essa atitude não é proposital, já é tempo de reconhecê-la para modificá-la.

Roberto Coelho, do Núcleo de Prevenção às Drogas da PMRJ, considera que as ações, com caráter majoritariamente repressivo e higienizante, provavelmente refletem um incômodo da população, que para ele é promovido por informações incorretas divulgadas pela mídia, criando um estereótipo em torno da figura do usuário de crack. (Valim, 2012:17)

Os próprios usuários compartilham experiências desse estigma. Em uma pesquisa etnográfica realizada nas cracolândias das comunidades do Jacarezinho e Manguinhos (Sampayo & Vallim, 2011), um dos reflexos negativos do uso do crack apontado por um dos usuários é esse lugar de exclusão social que eles passam a ocupar. “Só de ninguém te aceitar, te enxergar de outra forma, já era!” (Usuário de crack entrevistado, NUPEVI, 2011).

O que relatos desse tipo, as políticas adotadas no Rio, muitas notícias de jornal e as recentes demandas da população (redução da maioria penal e pânico de tomar facadas) apontam é para a urgência de se refletir sobre uma sociedade que parece bastante dividida, o que torna o enfrentamento ao crack pouco eficiente diante de sua complexidade. As forças de repressão promoverão ainda muitos shows de violência e banhos de sangue, mas certamente uma sociedade que não esteja articulada, integrada e interessada em enfrentar com o usuário essa questão não alcançará o que pretende, uma vez que as “soluções mágicas” não virão.

O Governo Municipal precisa articular novas ações para lidar com o enfrentamento ao crack, diferentes das que violam os direitos das crianças e adolescentes e estão ancoradas na repressão policial. É preciso que mais serviços de saúde e psicológicos interessados nesse tema sejam criados e desenvolvidos, garantindo a reinserção social dessas pessoas, bem como sua participação ativa num processo que também é de sua responsabilidade.

Nesse contexto, uma metodologia única não será suficiente. Um tratamento centrada exclusivamente na internação, especialmente da maneira como tem sido realizado no Rio, é esquizofrênico para os usuários, sendo cada vez mais necessária uma atenção com a integração de diferentes setores, especialmente os de saúde, assistência social e direitos humanos.

Partindo da ideia de que a saúde é um direito fundamental do ser humano, a política de Redução de Danos (RD) nasce como uma proposta que respeita esse direito e espera que o Estado provenha os indivíduos das condições necessárias para o seu exercício. Serviços e ações para promover, proteger e recuperar usuários de drogas, e suas famílias, nesse caso, passam a ser viabilizados e garantidos.⁷²

A Redução de Danos funciona, assim, por meio de intervenções singulares - uso protegido da droga, diminuição do uso, substituição por outras substâncias que causem menos agravos e até mesmo a abstinência. O interessante é perceber que essa prática torna-se um paradigma na medida em que é utilizada menos no combate ao uso de drogas, mas proporcionando uma reflexão profunda sobre a necessidade de diminuir danos de alguma prática que cause ou mesmo possa causar danos. Dessa forma, a política não pode existir ou ser aplicada deixando de lado o usuário, da mesma forma que valoriza e põe em ação estratégias de proteção, cuidado e autocuidado, ou seja, no lugar de criar um grande monstro que afasta, há mais possibilidades de o usuário mudar de atitude frente à situações de vulnerabilidade.

Ao não partir de uma imediata e obrigatória extinção do uso de drogas, a Redução de Danos formula práticas que diminuem os danos para aqueles que usam drogas e também para os grupo sociais com que convivem. Mesmo em casos extremos, com risco de suicídio, overdose e crescimento dos efeitos prejudiciais, há um monitoramento constante, fazendo com que a internação involuntária e a desintoxicação sejam possíveis, mas nunca a primeira medida. Isso faz com que algo fundamental seja proporcionado: a possibilidade de troca com o usuário, o seu acompanhamento efetivo e mais chances de que ocorra um equilíbrio nessa troca.

⁷² Cartilha de Redução de Danos para Agente Comunitários de Saúde. Produzida, em 2010, a partir do seminário Crack – Repensando as Estratégias de Atenção à Saúde, pelo Viva Rio em parceria com a Subsecretaria de Atenção Primária, Vigilância e Promoção de Saúde.

No ano de 1926, surgiram as primeiras ideias que conduziram ao conceito de redução de danos. No relatório de Rolleston, um grupo de médicos definiu que monitorar o uso de heroína e morfina era o modo mais adequado de tratar seus dependentes, de maneira a aliviar os sintomas de abstinência. Muito diferente do que ocorre hoje, mesmo passados tantos anos, quando o uso do crack é visto no município do Rio e nas campanhas do Ministério da Saúde quase sempre com um alarde que, independentemente de ser justificável, favorece uma postura marginalizadora, que não resolve o problema.

A partir dos anos 80, a redução de danos surge já de maneira sistematizada em determinados programas de saúde. Inicialmente, o objetivo era reduzir o número de contaminados pela hepatite B entre usuários de drogas injetáveis, mas essa eficácia ficou bastante clara quando foi compreendida como uma medida que também diminuiria índices de contaminação pelo HIV.

Em Amsterdã, é em 1984 que surge um programa experimental de troca de seringas para usuários de drogas injetáveis. Em 1989, no Brasil, no município de Santos (SP) houve a primeira tentativa de implantar o programa de redução de danos. Como foram impedidos de fornecer seringas por conta de uma ordem judicial, porém, os profissionais estimulavam o uso de hipoclorito de sódio para desinfecção de agulhas e seringas que fossem reutilizadas. Mais tarde, em 1993, foi implantado o primeiro projeto oficial no Brasil, pelo governo de Santos, que apresentou os redutores de danos como agente de promoção e prevenção em saúde.

É em 1985, na Bahia, que acontece a primeira troca de seringas por um Programa de Redução de Danos. Depois dele, muitos programas e projetos de RD são implantados em mais estados brasileiros, transformando-a numa estratégia de atenção ao usuário de drogas. De modo que, em 1998, é sancionada, no estado de São Paulo, a primeira lei estadual que legaliza a troca de seringas.

Em 2004, a RD passa a ser entendida como uma estratégia de Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas, lançada pelo Ministério da Saúde. Seu foco passa a não mais se restringir aos Programas de Redução de Danos e ações de trocas de seringas, mas inicia a constituição de ações de redução de danos, transversalizando os serviços da rede assistencial do SUS, em especial os serviços de

saúde mental (como os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS) e os serviços de atenção primária à saúde.

Essas medidas, aos poucos, trazem uma compreensão mais ampliada sobre o uso de álcool e outras drogas, diversificando as formas de lidar com a questão, incorporando outras estratégias para além da abstinência e da prescrição de comportamentos adequados, porém é preciso destacar que esse avanço ainda é insuficiente.

Em 2006, houve a divulgação e implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde, numa tentativa de reforçar as ações de atenção ao usuário de drogas. Esse foi um momento em que a intersectorialidade e a atenção integral, mais uma vez, foram entendidas como elementos importantes na concretização dessa política, um avanço a ser destacado.

É importante apontar ainda a maneira como a RD preconiza o desenvolvimento de iniciativas preventivas e de redução que envolvam a co-responsabilização e autonomia da população, uma medida capaz de mudar por completo o perfil da política e certamente impactar de modo mais expressivo seus resultados. Conferir um estatuto cidadão ao usuário é a garantia de não infantilizá-lo ou mesmo desumanizá-lo e esse aspecto não pode ser perdido de vista, acredito que essa seja a maior contribuição do programa.

A insuficiência, porém, fica clara com o fato de a RD ser – também - uma política pública oficial do Ministério da Saúde do Brasil, e de diversos outros países, para lidar de forma adequada com problemas que podem ser gerados pelo uso de álcool e outras drogas – e não apenas. Portanto, embora esteja preconizada na Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas (2003), e respaldada por uma portaria⁷³ do Ministério da Saúde que destina incentivo financeiro para o fomento de ações de redução de danos em Centros de Atenção Psicossocial para o Álcool e outras Drogas – CAPSad, ela ainda não norteia todas as ações, especialmente quando pensamos em contextos menores, em que os cenários são os mais diversos. Nortear, nesse caso, não significa diminuir a importância de outras ações, mas passa pelo entendimento de que apenas uma medida mais plural e horizontal é maior garantia de

⁷³ Portaria 1.059/GM DE 4/7/2005, que destina incentivo financeiro para o fomento de ações de redução de danos em Centros de Atenção Psicossocial para o Álcool e outras Drogas.

acertos. Basta pensarmos no paradoxo vivido no Rio ao adotarmos uma política que conta muito pouco com a participação do usuário quando já foi amplamente debatido que o primeiro passo para deixar o uso de drogas é a decisão pessoal.

É preciso que a redução de danos pautas as outras ações, seja uma linha de ação em todos os estados. Há uma influência dela no Ministério da Saúde, mas que na prática ainda se confunde com muitas outras políticas, algumas vezes opostas e contraditórias com os princípios de tolerância e respeito às escolhas individuais. É preciso que a RD possa gerar informações adequadas sobre riscos, danos, práticas seguras, saúde, cidadania e direitos, para que as pessoas que usam álcool e outras drogas possam tomar suas decisões, buscar atendimento de saúde (se necessário) e estar inseridas socialmente em um contexto de garantias de direitos e cidadania.

Do contrário, os projetos continuarão em sua maioria desenvolvidos marginalmente ao Sistema Único de Saúde, com pouca integração formal com outras instâncias. Seu espectro de ação em nosso meio continuará limitado, não tendo na maioria dos lugares atingidos todos os setores que necessitam de seu trabalho na comunidade.

Outro ponto crucial dessa política que merece destaque é a proposta de fomentar discussões e ações no campo das leis de drogas, sobre atenção em saúde mental e reforma psiquiátrica, sobre exclusão social e violência estrutural, entre outros temas relacionados às políticas públicas e legislação.

“Pensar Redução de Danos é pensar práticas em saúde que considerem a singularidade dos sujeitos, que valorizem sua autonomia e que tracem planos de ação que priorizem sua qualidade de vida.” (VINADÉ, 2009, p. 64) Mas é muito mais do que isso.

Levar em conta o usuário em todo esse processo não é um ato de bondade nem mesmo um ato possível de ser realizado por “nós” que do lado de cá estamos, mas não gostaria de para sempre falar de um “nós” que obrigatoriamente escapa de um “eles”, mas acho que não é possível de outra forma. Esse trabalho não fala de um objeto sofrido, ingênuo e apático: essas pessoas vomitam em mim uma questão. Falo, então, de uma necessária tentativa de manter um lugar ético em que cada um possa ocupar com suas singularidades. Não por preciosismo ou porque sou politicamente correta, mas

porque todas as formas de vida entregam para nós A forma de vida, isso não pode negado. Porque a paisagem só é composta com todos, inclusive com as perturbações que o outro evoca em nós, fazendo-nos duvidar de nós mesmos.

Eu não sei como manter esse lugar de poder falar deles, sendo nós. Eu não sei como manter um lugar ético por completo e me angustia a possibilidade de que, mais uma vez eu contribua para a construção de um mesmo lugar de inferioridade para o outro. Então minha tentativa foi a de, mais do que tolerá-los: contemplá-los. Foi uma tentativa.

CONCLUSÃO

O interessante de terminar um trabalho é perceber o quanto é mesmo no caminho que tudo é construído. Como essa pesquisa mudou desde que seu rascunho foi iniciado. E que bom perceber esse amadurecimento, mas, principalmente, como foi recompensador receber as informações novas que ela trouxe para mim.

Durante esse tempo em que o trabalho foi realizado tive a chance de, além de me aproximar dos jornais, estar perto de um grupo aqui no Rio que inicia muito recentemente debates sobre a legalização de todas as drogas e também de pessoas que acreditam na política de redução de danos e trabalham com ela, nas ruas, mas também em festivais de música eletrônica.

Esse encontro foi fundamental para a pesquisa. Ele garantiu não apenas um olhar menos apavorado diante do “monstro do crack”, mas fez com que estivesse próxima de pessoas que pensam em utilizar drogas, de um modo mais equilibrado e responsável até o fim de suas vidas. Uma escolha, aliás, que tempos atrás eu nem mesmo acharia possível. Pessoas que curtem o barato e as inestimáveis reflexões sobre a vida que as experiências trouxeram e também pessoas que acreditam, defendem e pesquisam sobre o uso de muitas drogas para a melhoria de vida do ser humano, inclusive auxiliando no tratamento de doenças para as quais ainda não temos outros medicamentos. Um grupo que acredita no empoderamento do homem, independente de optar ou não pelo uso de drogas.

Tive a chance de bater um longo papo com um usuário de crack que, “pasmem”, não era zumbi e não fazia parte desse cenário de uso abusivo. Ouvi histórias interessantes de pessoas que usaram o crack como mais uma das experiências que se leva da vida. Falamos longamente sobre o quanto os jornais insistiam numa categoria única, embora essa realidade não se confirmasse na prática. Com o fim do trabalho, noto o quanto essa apuração rasa, expressiva nos jornais, dá respaldo a todo um aparato repressivo, com políticas públicas específicas, e também todo um aparato moral, que divide vítimas e algozes na sociedade e, insisto, não é favorável a ninguém, embora sempre faça sofrer de modo bem objetivo um dos lados.

Toda a pesquisa fez com que eu percebesse de modo muito claro três aspectos que considero os grandes ganhos do trabalho. Primeiro, perceber que o crack não pode

ser analisado isoladamente, como insiste em fazer os jornais. Desde o barato até as mais diversas consequências do uso, tudo sempre vai estar ligado a cada contexto situacional.

Então é importante destacar que a postura observada nas notícias, quase sempre dando conta da pior droga de todas, aquela que não deveria ser nem mesmo tocada, quanto mais usada. Aquela que não deveria ser usada “nem mesmo uma vez”. É fundamental dizer que esse comportamento não diminuiu os números sobre a quantidade de usuários de crack, não resolveu a dificuldade dos que estão em cenas de uso abusivo, nem mesmo impediu aqueles que nunca tinham tido contato com a droga. O crack apresenta índices expressivos de uso, contra todas as campanhas que se tenha criado.

Da mesma maneira, e esse é o segundo grande ganho, o usuário não pode ter a leitura de sua singularidade sempre realizada pelas lentes do crack. Os fatores sociais, históricos, a riqueza de cada contexto, nada disso pode ser encarado como aspecto neutro, que em nada interfere no uso de uma droga, inclusive no uso do crack. Ou seja, ignorar esses aspectos apenas contribui para deixar a discussão pobre, não responsabilizar outros serviços que não funcionam, fazer com que o crack ganhe ares de droga assustadora – com seus efeitos mágicos -, e pior, contribuir para a responsabilização do problema cair, apenas, na conta do usuário. A partir desse ponto, toda a sociedade parece engrossar um coro que se reveza entre criticar o desleixo do usuário e criticar o risco que ele representa. A falta de cuidado com ele mesmo e com o próximo.

Ou seja, vai ser sempre problemático, raso, decidirmos olhar essa questão sob um único viés. Parar para estigmatizar a droga é tão complicado quanto parar para estigmatizar o usuário. Mas é fundamental não perder de vista que, se esse discurso, ainda que problemático, é usado, certamente, como quis mostrar ao longo da pesquisa, ele serve a alguém.

Por fim, um outro ponto importante que precisa ser destacado é esse discurso quase unânime nos jornais sobre o problema do crack, destacado principalmente nos capítulos 2 e 3. Um discurso que se constrói fazendo com que o usuário se desumanize, inclusive deixando de ser alguém capaz de decidir sobre sua própria vida. Esse quadro cria uma demanda por políticas públicas com características repressivas, autoritárias e violentas, como já informa no nome o Choque de Ordem que recolhe os usuários no

Rio. É como se o jornal primeiro tirasse o poder, desqualificando a capacidade de ação dessas pessoas, para que então o Estado, na figura da polícia, fizesse o controle dos que “precisam” dessa medida. É claro que o jornal não inicia esse movimento, mas ele evidencia uma articulação que já tomou lugar.

Em São Paulo, uma medida parecida com a do Choque de Ordem também deixou bastante clara essa relação entre o tipo de grupo a que se destina e a política que será utilizada. A “operação cracolândia”, ou “Operação Sufoco”, foi realizada na cidade de São Paulo, na região de Helvécia, no início do ano de 2012. O objetivo era combater o tráfico e os usuários. “Combater” porque trouxe características similares às que o Choque utilizou, e utiliza, como repressão policial e dispersão. Embora tenha sido seguida por denúncias de violação de Direitos Humanos⁷⁴, as autoridades alegavam usar uma estratégia de “dor e sofrimento” para conter o avanço da dependência. Reprimindo traficantes e usuários, acreditavam obrigar viciados a buscar internação médica por meio do sofrimento psicológico. (Almeida, 2012)

Dois anos depois, uma outra experiência foi colocada em prática em São Paulo, no início de 2014. Embora não tenha revelado desafios menores, o programa Braços Abertos⁷⁵ aparece como uma proposta alternativa aos outros modelos de “operação”. Seguindo uma opção distinta, os usuários que aceitam participar do programa (não há recolhimento compulsório) recebem abrigo, comida, pequenos atendimentos de saúde e higiene. É importante ressaltar que o desenho do programa foi feito em conjunto com alguns usuários, os inserindo no papel de modificar sua própria situação.

No lugar de apenas remover os usuários, como tinha sido feito dois anos antes, foram removidos barracos, da mesma região de Helvécia, a partir de uma negociação entre usuários e o programa da prefeitura. Os moradores aceitaram a proposta de sair, com a garantia de moradia em hotéis - fechados para essa finalidade -, trabalho, renda,

74

Pelo menos quatro ONGs enviaram uma denúncia formal às Nações Unidas denunciando violações de direitos humanos na operação policial. Cf. Folha de São Paulo, 4/1/2012. “Entidades pedem para ONU contestar ação policial na região”.

⁷⁵ O programa Braços Abertos surgiu dentro da Secretaria de Saúde quando um prédio na Região da Luz foi destinado à Secretaria para um trabalho de estreitamento da população de rua, usuária de crack, com os aparelhos públicos.

formação profissional e acompanhamento constante de assistentes sociais. Os usuários trabalhavam em zeladorias de praças e vias públicas quatro horas diárias, além de participar de cursos profissionalizantes e receber uma remuneração de cerca de quinze reais por dia trabalhado. É válido ressaltar que duas pessoas não optaram por participar do programa.

Uma outra característica interessante foi o abandono da droga não ser um critério de elegibilidade para o programa. Ou seja, deixar a droga era algo que se esperava, mas foi reconhecida a necessidade de se olhar para essa questão de maneira profunda, refletindo sobre sua situação também em relação a outros aparelhos públicos.

Embora esse tipo de programa seja um caminho, ainda não é aplicado de maneira sistematizada, como uma espécie de medida transversal que perpassasse uma política inteira sobre como lidar com os usuários de crack. O programa Braços Abertos inclusive ainda pode ser questionado em muitos aspectos. Se voltamos ao Rio, o problema persiste. Não há nem mesmo uma política oficial alternativa ao choque e, mais recentemente, várias outras questões parecem por vezes colocar uma espécie de neblina que tira a questão dos usuários de crack do foco, embora o choque continue sendo uma oferta a eles.

Termino essa dissertação, então, achando que temos feito o caminho inverso ao que seria mais humano no Rio de Janeiro. Parte expressiva das notícias e das políticas públicas parecem caminhar exatamente na contramão do que se espera, sobretudo se pensamos em medidas que respeitem os direitos humanos.

Embora esteja agora “parada” no Senado, a votação em relação à Proposta de Emenda à Constituição (PEC 171/93) foi aprovada pelo plenário da Câmara dos Deputados – é verdade, depois de uma manobra do Eduardo Cunha⁷⁶. Ainda que seja previsto engavetá-la no senado, é preciso destacar a maneira como cabe a discussão sobre a redução da maioria penal de 18 para 16 anos para alguns crimes.

Mais delicado ainda é pensar a votação que segue para a Câmara dos Deputados, aprovada no Senado em julho, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

⁷⁶ Um dia depois de ter sido rejeitada, a redução da maioria penal foi novamente analisada, e aceita, pela Câmara dos Deputados, em julho. Essa segunda votação só foi possível, no entanto, depois de manobra do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que colocou em pauta uma emenda aglutinativa sobre o mesmo assunto, inclusive com trechos da proposta já rejeitada, para que fosse possível uma nova votação.

e aumenta o tempo de internação de menores de 18 anos que tenham cometido crimes hediondos.

Ao mesmo tempo em que essas votações são pensadas, a morte do médico Jaime Gold, de 57 anos, esfaqueado na noite do dia 19/5/2015, na Lagoa, enquanto andava de bicicleta e fora abordado por dois adolescentes, sendo atingido na barriga e no braço, atravessa essas narrativas. As votações são logo posteriores ao evento, que não foi isolado, mas a mídia esteve atenta a muitos outros casos de assalto envolvendo facadas, explicitando um cenário de angústia no Rio.

Foram vários acontecimentos que se misturaram em muitos recortes, ora privilegiados ora esquecidos, durante a realização desse trabalho. Gostaria de ressaltar que, chegando ao fim, sinto que é importante destacar o lugar do privilégio, quase sempre ocupado por notícias que desumanizaram o usuário de crack, o tiraram da paisagem, o transformaram em zumbi, fazendo com que o preconceito e o desinteresse do Estado por políticas alternativas frente a um problema complexo, fossem muito silenciados, especialmente no momento da escolha de políticas públicas para enfrentar o problema.

Quando toco no preconceito encontro também o maior erro que acredito ter cometido neste trabalho. A questão do negro, embora tão minha, não foi abordada na pesquisa, ou quase não foi. Esse erro apenas deixa claro para mim que essa questão é me é também muito recente, se revelando, agora, um ganho de quem percebe que errou, mas deixou crescer o seu olhar. Isso não alivia muito o que sinto. Este trabalho foi o possível agora, mas me comprometo em não mais ocultar essas questões daqui pra frente. Não só porque elas sejam “minhas”, mas porque tocam o tema desse trabalho de maneira íntima.

Acrescento ainda que essa pesquisa, de modo pessoal, foi importante para iluminar o meu caminho na decisão de seguir com o doutorado. A partir do que ganhei com os jornais e a pesquisa, quero aproximar um pouco mais meu estudo de meu objeto de estudo. Com isso, formular uma proposta de política pública mais adequada ao que temos visto e mais estruturada também. Uma proposta, é claro, construída em diálogo com os movimentos que já discutem esse assunto no Rio de Janeiro, mas com os quais acredito que possa contribuir a partir do que discuto aqui.

Discordo daqueles que dizem do quanto é difícil começar um trabalho. De fato, o início é bem pesado até que se ganhe ritmo, mas como é doloroso decidir o momento em que dou o ponto final, porque sempre me vem o peso insuportável de que eu ainda tinha muito para fazer. Por isso desejo continuar. E que mais e mais essa questão fique também clara para mim.

Referências Bibliográficas

BATISTA, Nilo. **Política criminal com derramamento de sangue**. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, ano 5, nº 20, p. 129, outubro-dezembro de 1997.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis Ganhos Fáceis**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOUTELLIER, Hans. **Morality and crime: the significance of criminal justice in post-modern culture**. Boston: Kluwer Academic, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 1970

FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na civilização**. Obras completas, vol. XX I. Rio de Janeiro: Ed: Imago, 2006.

FRACASSO, Laura; TORRES, Suely. **Situação de rua e consumo de crack**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

LARANJEIRA, Ronaldo; ZALESKI, Marcos. **Políticas públicas**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

PAIN, Rachel. **Place, social relations, and the fear of crime: a review**. Progress in Human Geography, n. 24, v. 3, p. 365-87, 2000.

PERRENOUD, Luciane Ogata; RIBEIRO, Marcelo. **Histórico do consumo de crack no Brasil e no mundo**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

PERRENOUD, Luciane Ogata; RIBEIRO, Marcelo; SOLA, Vanessa. **Perfil do usuário e história natural do consumo**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

RIBEIRO, Luciana Abeid. SANCHEZ, Zila Van Der Meer Sanchez. **Aspectos socioculturais do consumo de crack**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

RODRIGUES, Tiago. **Narcotráfico e as Guerras Presentes (Parte 2)**. Disponível em <http://www.cenariointernacional.com.br/ri/default3.asp?s=artigos2.asp&id=11>. Acesso

TAYLOR, Charles. **A secular age**. Cambridge: Harvard University Press, 2007

SAPORI, Luiz Flávio; SENA, Lúcia Lamounier. **Crack e violência urbana**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VAZ, Paulo; GAELLE, Rony. **Experiência urbana e narrativas de crime.** In: Revista da Associação Nacional dos Programas de pós-graduação em Comunicação. Brasília: E-compos, v. 11, n. 1, jan./abr., 2008.

VAZ, Paulo; LISSOVISKY, Mauricio. **Mídia e Segurança Pública: os jogos dos descontentes.** In: Cadernos Temáticos da Conseg. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

VAZ, Paulo; POMBO, Mariana. **Sufrimento e alteridade: notícias de depressão e produção de subjetividade.** In: As ideias no lugar. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

VELHO, Gilberto. **Nobres e anjos – um estudo de tóxicos e hierarquias.** Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1998.